



PPGL

Programa de Pós-Graduação
em Letras

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas | IFCH

Wilian Dal' Ponte

**O ENCURTAMENTO ESPAÇO-TEMPORAL, ATRAVÉS
DO DIÁLOGO, NAS CARTAS DA IMPERATRIZ
LEOPOLDINA**

PASSO FUNDO
2022

WILIAN DAL' PONTE

O ENCURTAMENTO ESPAÇO-TEMPORAL, ATRAVÉS DO DIÁLOGO, NAS
CARTAS DA IMPERATRIZ LEOPOLDINA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de doutor em Letras, sob a orientação da Prof.^a Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste.

Passo Fundo
2022

D149e Dal’Ponte, Wilian

O encurtamento espaço-temporal, através do diálogo,
nas cartas da imperatriz Leopoldina [recurso eletrônico] /
Wilian Dal’Ponte. – 2022.

1.1 Mb : PDF.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Claudia Stumpf Toldo Oudeste.
Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Passo
Fundo, 2022.

1. Semântica. 2. Análise do discurso. 3. Linguística.
4. Leopoldina, Imperatriz, consorte de Pedro I, Imperador
do Brasil, 1797-1826. 5. Cartas. 6. Espaço e tempo na
linguagem. I. Toldo, Claudia Stumpf, orientadora.
II. Título.

CDU: 801.73



PPGL
Programa de Pós-Graduação
em Letras

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a tese

“O encurtamento espaço-temporal, através do diálogo, nas cartas da imperatriz Leopoldina”

Elaborada por

Wilian Dal’Ponte

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito final para a obtenção do grau de Doutor em Letras, Área de concentração: Letras, Leitura e Produção Discursiva.

Aprovada em: 3 de agosto de 2022
Pela Comissão Examinadora

Prof.^a Dr.^a Claudia Stumpf Toldo Oudeste
Presidente da Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Carolina Knack
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof.^a Dr.^a Tânia Maris de Azevedo
Universidade de Caxias do Sul

Prof.^a Dr.^a Marlete Sandra Diedrich
Universidade de Passo Fundo - UPF

Prof.^a Dr.^a Jacqueline Ahlert
Universidade de Passo Fundo - UPF

Prof.^a Dr.^a Claudia Stumpf Toldo Oudeste
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras

A Deus, ao Matteo e ao Dimi (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A Deus, força maior que me move, por me sustentar em Seus braços.

Ao meu sobrinho e afilhado Matteo, pelo renovo trazido a minha vida. Eu te amo!

Aos familiares que me ajudaram, de todas as formas, em minha trajetória de vida.

À Universidade de Passo Fundo – UPF – instituição onde realizei toda a minha formação acadêmica e pela qual tenho tanto respeito.

À Capes, pela bolsa de estudos a mim concedida, viabilizando a realização do curso.

A minha orientadora e amiga, Prof.^a Dra. Cláudia Stumpf Toldo Oudeste, pelas orientações nos cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado. Meu agradecimento sincero por apontar caminhos, me encorajar e auxiliar a dar forma a este sonho que se torna real.

Às professoras Carolina Knack e Tânia Maris de Azevedo, pela leitura e avaliação do meu artigo científico na primeira qualificação.

Às docentes Carolina Knack e Marlete Sandra Diedrich, por terem contribuído tanto no meu exame de qualificação e, também, por terem participado da banca final.

Às professoras Carolina Knack, Marlete Sandra Diedrich, Jacqueline Ahlert e Tânia Maris de Azevedo, pelas contribuições destinadas ao texto definitivo.

A minha amiga-irmã Keila de Quadros Schermack, pela parceria, cumplicidade e acolhimento.

Ao meu afilhado Kaleb, por me ensinar a ser um ser humano ainda melhor.

Às instituições de ensino nas quais atuo, pelo apoio, paciência e compreensão.

Aos meus ex-alunos e alunos atuais, por me permitirem compartilhar conhecimentos.

“Um pouco de nossa alma introduziu-se ali, na pouca espessura de um envelope”.
André Comte-Sponville

RESUMO

As Ciências Humanas ocupam um importante espaço frente ao cenário acadêmico. A Linguística, enquanto campo do saber inserido nesse panorama, abarca pesquisadores que se dedicam ao estudo da língua e da linguagem, difundindo conhecimentos. Com base nisso, a Teoria Enunciativa de Émile Benveniste (marco teórico basilar deste trabalho) possibilita estudar o trinômio “enunciação, texto e sujeito” sob uma perspectiva não só teórica mas também aplicável e utilitária à sociedade, observando e analisando diferentes textos, manifestados em contextos sociais distintos. A nossa pesquisa une duas áreas do conhecimento parceiras: a Linguística e a História. Então, esta tese objetiva, de modo geral, demonstrar que os pronomes “eu”, “tu” e “ele”, inseridos no contexto do “aqui / agora”, são elementos encurtadores físico-temporais no processo de trocas enunciativas realizadas pela imperatriz Leopoldina, em cinco cartas, destinadas a três interlocutores. Tal perspectiva origina-se da hipótese de que os elementos pronominais “eu”, “tu” e “ele”, em consonância ao “aqui” e ao “agora”, no âmbito do diálogo, atuam como elos de reaproximação entre Leopoldina e a corte austríaca dos Habsburgo-Lorena, atenuando distâncias territoriais e, também, a passagem do tempo de natureza cronológica. A fim de realizar essa tarefa bibliográfico-reflexiva e analítica, serão mobilizados conceitos-chave integrantes das obras *Problemas de lingüística geral I* (2005) e *Problemas de lingüística geral II* (2006), ambas de Benveniste, complementados pelo pensamento de diversos estudiosos nacionais e internacionais da teoria benvenistiana. Em cinco cartas leopoldinenses – redigidas na Europa, durante a travessia marítima para a América e no Brasil – os pronomes “eu”, “tu” e “ele”, em sincronia com o “aqui / agora”, produzirão diferentes efeitos de sentido, por meio da manifestação do diálogo mnemônico-discursivo que integra a essência enunciativa da correspondência. A partir dos conceitos de subjetividade, intersubjetividade e diálogo, será observado como o espaço e o tempo são encurtados no discurso das cartas, estabelecendo uma relação de proximidade entre o locutor e os interlocutores.

Palavras-chave: Enunciação. Cartas. Leopoldina. Diálogo. Pronomes. Espaço. Tempo.

ABSTRACT

The Human Sciences are quite important in the academic scenario. Linguistics, as a field of knowledge inserted in this panorama, encompasses researchers who disseminate knowledge through the study of language and languages. Based on this, Émile Benveniste's Enunciative Theory (basic theoretical framework of this work) makes it possible to study the trinomial "enunciation, text and subject" from a perspective not only theoretical but also practical to society, observing and analyzing different texts from different social contexts. Our research unites two partner areas of knowledge: Linguistics and History. So, this thesis aims to demonstrate that the pronouns "I", "you" and "he", inserted in the context of "here/now", are physical-temporal shortening elements in the process of enunciative exchanges carried out by the Empress Leopoldina in five letters addressed to three interlocutors. This perspective originates from the hypothesis that the pronominal elements "I", "you" and "he", in consonance with "here" and "now", in the context of the dialogue, act as links of rapprochement between Leopoldina and the Austrian court of the Habsburg-Lorraine, attenuating distances and, also, the chronological passage of time. In order to carry out this bibliographical-reflexive and analytical task, key concepts from Emile Benveniste's two-volume *Problems in General Linguistics*, will be mobilized, complemented by the thinking of several national and international scholars of Benveniste's theory. In five Leopoldina's letters – written in Europe, during the sea crossing to America, and in Brazil – the pronouns "I", "you" and "he", in sync with "here/now", will produce different effects of meaning, through the manifestation of the mnemonic-discursive dialogue that integrates the enunciative essence of the correspondence. From the concepts of subjectivity, intersubjectivity and dialogue, it will be observed how space and time are shortened in the discourse of the letters, approaching the speaker and interlocutors.

Keywords: Enunciation. Letters. Leopoldina. Dialogue. Pronouns. Space. Time.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 LEOPOLDINA, A IMPERATRIZ.....	19
3 A CARTA ENQUANTO GÊNERO QUE TRADUZ O HOMEM E O MUNDO...30	
3.1 UM OLHAR VOLTADO À ESCRITA DE CARTAS PELA IMPERATRIZ LEOPOLDINA.....	44
4 A ESCRITA SOB A PERSPECTIVA BENVENISTIANA.....	55
4.1 A MANIFESTAÇÃO DO PROCESSO DE ESCRITA VIA ENUNCIÇÃO ESCRITA.....	61
5 ATRAVÉS DO DIÁLOGO, A INSTAURAÇÃO DE MECANISMOS ENUNCIATIVOS NA CORRESPONDÊNCIA LEOPOLDINENSE.....	69
5.1 A CORRELAÇÃO ENTRE O “EU” E O “TU”, EM FACE DO “ELE”: O PRIMEIRO AGENTE DE ENCURTAMENTO ESPAÇO-TEMPORAL.....	80
5.1.1 O pronome “ele” em <i>A natureza dos pronomes</i> (1956).....	84
5.1.2 O pronome “ele” em <i>Da subjetividade na linguagem</i> (1958).....	86
5.1.3 O pronome “ele” em <i>A linguagem e a experiência humana</i> (1965).....	87
5.2 A INSEPARABILIDADE E A DEPENDÊNCIA ENTRE O “AQUI / AGORA”: O SEGUNDO AGENTE DE ENCURTAMENTO ESPAÇO-TEMPORAL.....	89
6 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E O <i>CORPUS</i> DE PESQUISA: OS ELEMENTOS QUE EMBASAM A ANÁLISE.....	92
7 O COMPORTAMENTO DOS OBJETOS DE ESTUDO EM QUESTÃO: A ANÁLISE E A DISCUSSÃO.....	99
7.1 O OLHAR ANALÍTICO VOLTADO ÀS CARTAS DA IMPERATRIZ LEOPOLDINA.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS.....	143

1 INTRODUÇÃO

As Ciências Humanas conquistaram, ao longo do tempo, um importante espaço frente ao cenário acadêmico. A Linguística – enquanto campo do saber inserido nesse panorama – abarca, cada vez mais, pesquisadores que se dedicam ao estudo da língua e da linguagem, produzindo conhecimentos. A partir disso, a Teoria Enunciativa de Émile Benveniste possibilita observar e interpretar o trinômio “língua, linguagem e sujeito” sob uma perspectiva não só teórica mas também prática e útil à sociedade.

No contexto da Linguística, a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste conquista cada vez mais adeptos, os quais demonstram interesse em conhecer o modo de interpretação que essa vertente teórica adota frente à língua e sua manifestação por meio da linguagem.

Preciso mencionar que tanto as razões de caráter teórico quanto as de teor prático emergirão, neste trabalho, como escopo que ambiciona complementar os já existentes postulados da Teoria Enunciativa e melhor explicar – seja de maneira geral seja de modo particularizado – os pressupostos de estudo com os quais se confronta o linguista-pesquisador durante a atividade de construção do saber científico.

Há quinze anos atuo como docente, exercendo minha *práxis* no ensino da Língua Portuguesa e da Produção Textual, tanto no Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e no Ensino Médio quanto em cursos preparatórios para concursos e Ensino Superior. Sou graduado em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas; realizei o curso de Especialização em Língua Portuguesa – Novos Horizontes de Estudo e Ensino; concluí o curso de Mestrado em Letras, no ano de 2013, e, atualmente, finalizo o Doutorado em Letras no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, instituição na qual desenvolvi toda a minha formação acadêmica.

Inserido na linha de pesquisa *Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso*, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo – UPF –, este trabalho se apresentará como contribuinte tanto à Linguística quanto à Teoria da Enunciação, visto que realizará a intersecção entre as Ciências da Linguagem e a História, abordando aspectos de natureza teórica e, ao mesmo tempo, de cunho histórico. A atividade de pesquisa que será a partir daqui desenvolvida trará contribuições, pois atuará como alternativa de complementação de alguns construtos teóricos inerentes à enunciação benvenistiana. Estruturas já consolidadas como os pronomes (o “eu”, o “tu” e o “ele”, especificamente) e o “aqui / agora” servirão como elementos representativos de questões

sempre férteis à novas discussões no esteio da teoria aqui abordada e que necessitam de respostas concretas, visando à estabilidade, mesmo que provisória, conceitual.

Quanto à motivação inicial da realização deste trabalho, o fato de ser admirador do Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense fez com que eu despertasse interesse em estudar, minuciosamente, a vida da imperatriz Leopoldina – vulto histórico nacional que serviu de inspiração para dar nome a tal agremiação carnavalesca carioca. Essa mulher imperial foi homenageada, inclusive, pela escola de samba a qual “emprestou” seu nome, no ano de 1996, com o enredo intitulado *Imperatriz Leopoldinense Honrosamente Apresenta: Leopoldina, a Imperatriz do Brasil*, desenvolvido pela carnavalesca Rosa Magalhães.

A personagem histórica que integrará a tese – a imperatriz Leopoldina – escreveu, durante sua curta trajetória de vida, mais de mil cartas destinadas a diversos destinatários, localizados em diferentes espaços e situados, cronologicamente, em distintos períodos temporais. Isso motiva meu interesse em aprofundar os estudos acerca dessa emblemática personagem da história do Brasil.

Há de se fazer referência, também, à representatividade histórica que este trabalho assumirá. É fato constatado que o povo brasileiro – exceto algumas exceções – não conhece, integralmente, sua própria história e os vultos simbólicos que a compuseram ao longo de mais de cinco séculos. Leopoldina (a primeira imperatriz do Brasil e personagem central nessa atividade investigativa) é desconhecida pela quase totalidade populacional de nosso país, ilustrando um contexto que reflete a perda gradual da identidade cultural nacional. A reflexão que será aqui construída atuará como forma de resgate da importância que o acervo composto por fatos e sujeitos históricos exerce no ininterrupto processo de edificação e aperfeiçoamento intelectual de nossa nação.

As cinco cartas¹ escritas pela imperatriz Leopoldina que analisarei “abrem o baú” no qual repousam amores, devaneios e ideais. Sejam elas intimistas sejam líricas, políticas ou saudosistas todas têm traços subjetivos, espaciais e temporais. Percorrendo os atalhos da matéria vivida, a leitura atenta das cartas leopoldinenses (preservadas até a atualidade) atua como uma “janela aberta” para o passado, descortinando fatos que sobrevivem no presente.

Indispensável é fazer menção, também, à dupla faceta que integra, subliminarmente, a carta: a impossibilidade de falar tudo ao destinatário e o impedimento

¹ As cartas escritas pela imperatriz, que servirão como objetos de análise, serão apresentadas, integralmente, nos capítulos 6 e 7 deste trabalho. Elas compõem a obra *D. Leopoldina: cartas de uma imperatriz*.

de calar por completo diante do interlocutor. Em meio a essa mescla entre a intimidade, a privacidade e o segredo, o remetente consegue, através da escrita da correspondência, realizar a alternância materializada na antítese “comunicação *versus* solidão”. O fato de não poder exercitar a troca verbal, face a face, com outro indivíduo ocorreu e ainda ocorre, hoje, devido a circunstâncias como a distância territorial, as separações, as viagens, as guerras e os exílios, dentre tantas outras. À carta é atribuída a função de “mediadora”, facilitando a interação entre diferentes interlocutores de determinada comunidade linguística.

Ao longo da tese mostrarei que a escrita tem, além da sua já conhecida função comunicativa, a propriedade de arquivar, em seu interior, aspectos como as angústias, os desejos, as emoções, os sentimentos e os sonhos do homem. O compartilhamento de acontecimentos, boas novas, dúvidas, pensamentos e inquietações faz parte do extenso território de abrangência do gênero textual carta.

A fim de sugerir perspectivas de estudo a partir do horizonte temático aqui abordado, este trabalho terá, dentre outras pretensões, o anseio de lançar um olhar acerca da natureza constitutiva dos pronomes “eu”, “tu” e “ele”, configurando-os como elementos gramaticais, linguísticos, enunciativos (sob a luz dos fundamentos teóricos de Émile Benveniste) e, também, como marcas que encurtam o espaço e o tempo entre diferentes sujeitos. Isso gerará o viés do ineditismo que o contexto teórico-científico acadêmico almeja, sendo o presente exercício investigativo um colaborador nessa tarefa.

Há de se mencionar, além disso, que quanto ao atual estado da arte são inexistentes as teses que relacionam os elementos do trinômio “História, Leopoldina e Enunciação benvenistiana”. Tal fato foi constatado após uma minuciosa pesquisa exploratória na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Banco de Teses (Capes), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, na Biblioteca Digital da Unicamp, no Lume (Repositório Digital da UFRGS) e, por fim, na Biblioteca Virtual Domínio Público.

Os elementos linguísticos “eu”, “tu” e “ele” são tópicos que motivam inúmeras reflexões quanto a sua natureza constitutiva. Os pronomes – em sua totalidade – são componentes do sistema comunicativo humano que, tanto no que tange à forma quanto no que é inerente à função que desempenham, cristalizam-se, constituindo uma classe unitária. O comportamento pronominal se manifesta a partir de duas distintas diretrizes: alguns pronomes fomentam a sintaxe da língua e outros, por sua vez, caracterizam as instâncias discursivas.

A linguagem, compreendida como exercício, possui representatividade no que tange à adequada caracterização da funcionalidade dos pronomes. Os indicadores de subjetividade e intersubjetividade “eu” e “tu”, e a não pessoa “ele”, não são índices linguísticos estáveis, visto que são suscetíveis à mobilidade intrínseca à *práxis* da língua.

Ainda reforço que não só os pronomes “eu”, “tu” e “ele” mas também o “aqui / agora” tem sido objeto de investigação de pesquisadores ao longo do tempo. Do mesmo modo que os elementos pronominais, tanto o “aqui” quanto o “agora” têm a capacidade de relacionar-se à categorização de pessoa, visto que – devido a aspectos provenientes da gramática grega – as instaurações do espaço e do tempo se dão a partir da enumeração pessoal. Há, sem exceção, nos sistemas linguísticos universais, três pessoas apenas que, inter-relacionadas e intercaladas, garantem o processo de trocas inerente à comunicação humana. Ter o real conhecimento sobre como determinada categoria pessoal se opõe às demais é imprescindível, pois somente observando o que a diferencia em detrimento às possíveis semelhanças frente às demais é que se poderá contemplar, claramente, seu mecanismo enunciativo de engendramento.

Nesta tese, destacarei que os pronomes e o “aqui / agora” se configuram como elementos indispensáveis aos mecanismos que integram o funcionamento da Enunciação. A partir deles, os campos da expressão pessoal, espacial e temporal são definidos, disponibilizando múltiplos sentidos às trocas linguísticas realizadas entre diferentes interlocutores.

A correlação que se estabelece entre as pessoas “eu” / “tu”, a não pessoa “ele” e o “aqui / agora” é possível pelo uso da língua, através do exercício da linguagem, feito pelo sujeito. A tríade pronominal, construída a partir da junção entre o “eu” e o “tu” – em oposição ao “ele” – justaposta ao “aqui” e ao “agora”, auxilia na formação de uma corrente de múltiplos sentidos, cujos elos são, necessariamente, inseparáveis.

O “eu”, o “tu”, o “ele” e o “aqui / agora”: é edificada, a partir desses elementos, a solidez da interatividade entre locutor e interlocutor. Seja através da manifestação das correlações de subjetividade e intersubjetividade seja por meio da materialização da pessoa estrita ou da pessoa amplificada, a Enunciação benvenistiana torna-se instigante à medida que viabiliza a oportunidade da língua ser compreendida como um sistema integrado.

Dois aspectos integram o problema de pesquisa, motivando o desenvolvimento deste trabalho:

1º são, os pronomes “eu”, “tu” e “ele”, no contexto do “aqui / agora”, elementos encurtadores de distâncias no processo de trocas enunciativas realizadas pela imperatriz Leopoldina?;

2º é, a tríade pronominal “eu”, “tu” e “ele”, acompanhada do “aqui” e do “agora”, traço linguístico-enunciativo atenuante, aproximativo e redutor do tempo de natureza cronológica que transcorre entre diferentes interlocutores inseridos no âmbito da enunciação?.

Essas inquietações contribuirão com a prática investigativa que será realizada, à medida que fomentarão o saber-fazer inerente à Ciência, enquanto prática humana.

Então, o objetivo geral, a partir da tese já delineada, é observar que os pronomes “eu”, “tu” e “ele”, considerando os dêiticos “aqui / agora”, são elementos encurtadores espaço-temporais no processo de trocas enunciativas realizadas pela imperatriz Leopoldina.

Quanto aos objetivos específicos, quatro intenções farão parte da pesquisa:

1ª comprovar que os pronomes “eu”, “tu” e “ele”, em sintonia com o “aqui / agora”, são traços linguístico-enunciativos atenuantes, aproximativos e redutores do tempo de natureza cronológica que transcorre entre diferentes interlocutores inseridos no âmbito da enunciação;

2ª reconhecer que tanto o indicador de subjetividade “eu” quanto o índice de intersubjetividade “tu”, em face do “ele”, em um “aqui” e “agora”, são capazes de materializar o outro, mesmo que tal fato não ocorra presencialmente, em situações de interação enunciativa;

3ª verificar o comportamento pronominal (enquanto elementos instauradores de subjetividade e intersubjetividade) em diferentes espaços e períodos temporais, a partir de textos pertencentes ao gênero carta, escritos por Leopoldina a distintos interlocutores;

4ª estudar os pronomes “eu”, “tu” e “ele”, observando-os enquanto marcas de pessoa e, também, como marcas de subjetividade no diálogo.

Esses anseios originam-se da hipótese que os pronomes “eu”, “tu” e “ele”, diante do “aqui / agora”, atuam como elos de reaproximação² entre a imperatriz Leopoldina e a corte austríaca dos Habsburgo-Lorena.

² A escrita de cartas, realizada pela imperatriz Leopoldina a diferentes destinatários, ocorreu devido ao fato de ela ter saído da Europa (especificamente de Viena, na Áustria) em direção ao Brasil, onde residiu até a sua morte. A sua vasta correspondência foi o único recurso disponível naquela época para que ela não perdesse o total contato com a família real dos Habsburgo-Lorena.

O espaço e o tempo, também, se configuram como categorias enunciativas fundamentais às Ciências da Linguagem atuais, motivando, cada vez mais, estudiosos que veem, nesses elementos, a oportunidade de complementar as pesquisas que integram o universo acadêmico.

Após a introdução da tese, este trabalho fará uma explanação de cunho histórico. Isso é importante pelas seguintes razões:

- a) a população brasileira, em sua quase totalidade, conhece pouco a história do seu país;
- b) o povo brasileiro – grosso modo – desconhece a imperatriz Leopoldina, sua trajetória de vida e seus feitos;
- c) no Brasil, a produção científica precisa atingir o maior número de pessoas possível, pois através da difusão de pesquisas como essa o acesso à cultura se torna uma realidade colaborativa e não uma utopia.

O segundo capítulo se intitula *Leopoldina, a imperatriz*. Nele será feita a apresentação do contexto histórico brasileiro e internacional nos quais se inseriu a primeira imperatriz da nossa nação e será mostrada – com destaque – a personagem central desta tese. Nesse momento do texto, múltiplos aspectos serão ilustrados ao leitor, permitindo que ele presencie a intensa vida de Leopoldina. Para que isso ocorra, trarei à tona informações de autores e bibliografias como:

- a) Clóvis Bulcão; obra: *Leopoldina – A Princesa do Brasil* (2006);
- b) Mary del Priore; obra: *A carne e o sangue: A imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a marquesa de Santos* (2012);
- c) Monica Buonfiglio; obra: *Imperatriz Leopoldina – O Anjo da Independência do Brasil* (2002);
- d) Rosa Magalhães e Maria Luiza Newlands; obra: *O Inverso das Origens* (2014).

Destaco que toda a história é contada sob um olhar. E isso é o que farei aqui. Então, a partir de uma “lente” específica, amparado pelas reflexões dos historiadores selecionados, trago à tona a história da personagem-foco desta tese.

Em seguida, o gênero textual carta ganhará espaço de discussão no trabalho. Isso ocorrerá devido ao fato de que a carta exerceu papel determinante à vida da imperatriz Leopoldina, sendo o único gênero de texto que mediou sua comunicação com os outros “tu”. Denominado *A carta enquanto gênero que traduz o homem e o mundo*, o terceiro capítulo abordará a carta enquanto texto, destacando suas particularidades constitutivas. Na seção intitulada *Um olhar voltado à escrita de cartas pela imperatriz Leopoldina*,

trataremos da *práxis* leopoldinense de elaboração de correspondências. Farão parte dessa explanação os conhecimentos provenientes de:

- a) E. M. de Melo e Castro; obra: *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas* (2000); capítulo: *Odeio cartas*;
- b) Brigitte Diaz; obra: *O gênero epistolar ou o pensamento nômade* (2016);
- c) Eliane Robert Moraes; obra: *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas* (2000); capítulo: *A cifra e o corpo: as cartas de prisão do marquês de Sade*;
- d) Andréa Slemian; obra: *D. Leopoldina: cartas de uma imperatriz* (2006); capítulo: *O paradigma do dever em tempos de revolução: D. Leopoldina e “o sacrifício de ficar na América”*.

O quarto capítulo da tese, nomeado como *A escrita sob a perspectiva benvenistiana*, fará uma abordagem enunciativa sobre a escrita, prática que fundamenta o gênero carta. Dividido em uma sessão denominada como *A manifestação do processo de escrita via enunciação escrita*, esse capítulo tem como fundamentação teórica basilar:

- a) Irène Fenoglio; obra: *Émile Benveniste: a gênese de um pensamento* (2019);
- b) Émile Benveniste; obras: *Problemas de lingüística geral I* (2005), *Problemas de lingüística geral II* (2006) e *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)* (2014);
- c) Valdir do Nascimento Flores; obra: *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste* (2013).

O quinto capítulo, *Através do diálogo, a instauração de mecanismos enunciativos na correspondência leopoldinense*, será aquele que abrigará os elementos-chave de minha pesquisa. Nele, haverá a subdivisão em duas sessões:

- 1ª *A correlação entre o “eu” e o “tu”, em oposição ao “ele”*: o primeiro agente de encurtamento espaço-temporal;
- 2ª *O “aqui / agora”*: o segundo agente de encurtamento espaço-temporal.

Esse momento da tese demandará conceitos que compõem as obras *Problemas de lingüística geral I* (2005) e *Problemas de lingüística geral II* (2006), de Émile Benveniste.

Da obra *Problemas de lingüística geral I* (2005), utilizarei os seguintes textos de Benveniste:

- a) *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946);
- b) *A Natureza dos pronomes* (1956);
- c) *Da subjetividade na linguagem* (1958).

A partir de *Problemas de lingüística geral II* (2006), trarei à tona as reflexões benvenistianas situadas nos artigos:

- a) *A linguagem e a experiência humana* (1965);
- b) *O aparelho formal da enunciação* (1970).

Enquanto material bibliográfico complementar, farei uso do livro *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste* (2013), escrito pelo docente-pesquisador brasileiro Valdir do Nascimento Flores.

Também, serão realizadas reflexões a partir dos fundamentos teóricos dos seguintes autores e obras:

- a) Eleni Jacques Martins; obra: *Enunciação e diálogo* (1987);
- b) Claudia Stumpf Toldo e Valdir do Nascimento Flores; obra: *Esboço de uma abordagem enunciativa do texto* (2015).

Em seguida, desenvolverei o sexto capítulo do trabalho, nomeado como *Os procedimentos metodológicos e o corpus de pesquisa: os elementos que embasam a análise*. Nele, farei, detalhadamente, a explanação acerca dos procedimentos metodológicos e da análise.

Nessa atividade, utilizarei trabalhos dos seguintes autores e seus respectivos livros:

- a) Maria Cecília de Souza Minayo, Suely Ferreira Deslandes e Romeu Gomes; obra: *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (2016);
- b) Cleber Cristiano Prodanov e Ernani Cesar de Freitas; obra: *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2013);
- c) Francisco Perujo Serrano; obra: *Pesquisar no labirinto: a tese de doutorado, um desafio possível* (2011).

Feito isso, apresentarei o capítulo de número 7, referente à prática investigativa, intitulado *O comportamento dos objetos de estudo em questão: a análise e a discussão*. Durante a sua redação, mobilizarei os conhecimentos teóricos dos autores e obras:

- a) Umberto Eco; obra: *Como se faz uma tese?* (2007);
- b) Julia Kristeva; obra: *Últimas aulas no Collège de France – Prefácio* – (2014);
- c) Émile Benveniste; obras: *Problemas de lingüística geral I* (2005) e *Últimas aulas no Collège de France (1968-1969)* (2014);
- d) Dany-Robert Dufour; obra: *Os mistérios da trindade* (2000);
- e) Valdir do Nascimento Flores e Marlene Teixeira; obra: *Introdução à lingüística da enunciação* (2005);
- f) Valdir do Nascimento Flores; obra: *Problemas gerais de lingüística* (2019);

g) Jean-Jacques Franckel; obra: *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação* (2011);

h) Sarah de Vogüé; obra: *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação* (2011).

Dessa forma, utilizando a Teoria da Enunciação benvenistiana como arcabouço-guia, os pronomes “eu”, “tu” e “ele”, inseridos no campo do “aqui / agora”, poderão ser melhor compreendidos a partir dos textos pertencentes ao gênero carta, escritos pela imperatriz Leopoldina em distintos espaços e períodos temporais, direcionados a diferentes destinatários.

Isso será possível de ser visto, principalmente, no capítulo 7 deste trabalho. No espaço referente às análises, utilizaremos os conceitos de subjetividade, intersubjetividade e diálogo, observando-os em cinco cartas. Nelas, verificaremos como os pronomes e os dêiticos atenuam, no âmbito do discurso, tanto o espaço quanto o tempo na relação “locutor / interlocutor”.

A união de duas esferas culturais (a Linguística e a História), as respostas a tópicos linguísticos ainda pouco assertivos e a possibilidade de instauração do novo são fatores que, definitivamente, justificam a realização desta atividade inerente ao fazer-saber.

2 LEOPOLDINA, A IMPERATRIZ

*“E foi da Áustria, a escolhida,
Carolina Josefa Leopoldina”*

Em meados da década de 90, especificamente no ano de 1996, os compositores Jurandir, Dominginhos do Estácio, Demarco e Carlinhos China compuseram esses versos integrantes do samba-enredo do Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense. Naquela ocasião, a escola do bairro de Ramos, no Rio de Janeiro, prestava uma homenagem à imperatriz Leopoldina, com o enredo, desenvolvido pela carnavalesca Rosa Magalhães, intitulado *Imperatriz Leopoldinense Honrosamente Apresenta Leopoldina, a Imperatriz do Brasil*.

Este trabalho não tratará da escola de samba mencionada, mas discutirá aspectos relacionados à personagem que lhe dá o nome. O presente capítulo terá o formato narrativo-biográfico e, ao mesmo tempo, histórico, pois apresentará a trajetória de vida de Leopoldina, inserindo-a no contexto social da época. O percurso será feito com base

no escopo teórico dos seguintes autores: Mary del Priore³ (2012), Monica Buonfiglio⁴ (2002) e Rosa Magalhães⁵ (2014). Tal abordagem é necessária, haja vista que, mais adiante, trabalharemos com aspectos enunciativos presentes em cinco cartas escritas pela imperatriz, e apresentá-la ao leitor é imprescindível para que ele possa conhecê-la e melhor compreender o conteúdo dos seus textos.

A tese que elaboramos situa-se na área de estudos inerente à Linguística. Porém, ela realizará a interface com diversas questões que compõem a narrativa histórica do Brasil. Fazemos, aqui, apenas um recorte sobre os fatos históricos narrados, não nos preocupando quanto à veracidade plena dos acontecimentos. Nosso foco principal é reproduzir, ao nosso modo, a história já contada por alguns historiadores sobre os elementos que interessam a nossa pesquisa.

Nascida no dia de São Anastácio, em 22 de janeiro de 1797, na cidade de Viena, capital da Áustria, Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo-Lorena foi entregue ao colo do pai, o imperador Francisco I, pela jovem aia Annonny, a qual abreviou o longo

³ Mary del Priore é historiadora e autora de mais de trinta livros sobre História do Brasil. É vencedora de vários prêmios tanto nacionais quanto internacionais como, por exemplo, o Jabuti, o da APCA, o Sérgio Buarque de Holanda, o Ars Latina e o Casa Grande & Senzala. Colaboradora em jornais e revistas do Brasil e do mundo, é membro do PEN Clube e sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Portuguesa de História e da Real Academia de la Historia de España, dentre outras instituições. Foi professora no departamento de História da FFLCH-USP e na PUC-RJ. Hoje, é docente do curso de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira. (PRIORE, Mary del. **A carne e o sangue: A imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a marquesa de Santos / Mary del Priore.** – Rio de Janeiro: Rocco, 2012 – Posfácio).

⁴ Monica Buonfiglio tem sessenta anos, é casada e escritora brasileira com 41 livros editados no país e no exterior. Foi colunista do Portal Terra. Por trinta e cinco semanas consecutivas, ocupou o primeiro lugar da lista de Best-Sellers (na categoria não-ficção) da Revista Veja. Entre livros, fascículos e vídeos, já vendeu mais de seis milhões de exemplares. No ano de 1999, foi eleita pela Revista Marie Claire como “Os 100 sucessos da década”. Homenageada, também em 1999, pela Câmara dos Vereadores de Curitiba-PR, recebeu, anteriormente, o título “Personalidade Profissional” – Medalha do Mérito Profissional, outorgado pela Academia Brasileira de Arte Cultural e História. Em 1996, inaugurou, na cidade de Nova Friburgo-RJ, a Biblioteca da Casa da Suíça. Nesse mesmo ano, foi homenageada com o troféu Leila Diniz, sendo eleita a escritora mais importante do Brasil. Atualmente, participa, de modo atuante, dos movimentos de incentivo à cultura, educação e auxílio às instituições filantrópicas, por meio de doações provenientes de cursos, palestras e direitos autorais. (BUONFIGLIO, Monica. **Imperatriz Leopoldina – O Anjo da Independência do Brasil.** São Paulo – SP: Editora Oficina dos Anjos Ltda, 2002 – Posfácio).

⁵ Rosa Magalhães é brasileira, solteira e carnavalesca do Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense. Foi aluna no Colégio Sacré-Coeur de Marie. Estudou Pintura e Cenografia na EBA-UFRJ, Escola de Artes Visuais (Parque Lage), SENAI-CETIQT e Faculdade de Arquitetura Bennett. Foi cenógrafa, figurinista e diretora de arte tanto no teatro quanto na televisão. Já expôs seus trabalhos na Bienal de São Paulo, na Quadrienal de Praga e, também, na Bienal de Veneza. Realizou os desfiles dos trezentos anos de Curitiba e dos quinhentos anos do Descobrimento do Brasil (em Salvador-BA). Destacou-se nacional e internacionalmente pela direção de arte realizada na cerimônia de abertura dos Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro. Rosa ganhou prêmios como o MINC – duas vezes como a melhor figurinista de teatro – o Prêmio Carlos Gomes, tendo feito o melhor cenário de ópera, o Prêmio Emmy – Costume Designer, além de sete campeonatos em escolas de samba e seis prêmios Estandarte de Ouro, como a melhor carnavalesca. É, além disso, membro votante da Academy of Television, Art and Science dos Estados Unidos da América. (MAGALHÃES, Rosa; NEWLANDS, Maria Luiza. **O Inverso das Origens.** Rio de Janeiro – RJ: Novaterra Editora e Distribuidora Ltda, 2014 – Prefácio).

nome da menina para Leopoldina. A criança era pequena, de pele clara, bochechas rosadas, olhos azuis e cabelos louros, próximos ao dourado. No interior do palácio, à espera de sua chegada, estavam os membros da família Habsburgo, o príncipe de Metternich, barões, duques, ministros de Estado e autoridades religiosas, como o cardeal de Viena. Seu nascimento foi celebrado com festa.

A imperatriz teve uma infância regada às regalias da corte. Quando criança, ela gostava de brincar com seus irmãos Maria Luísa e Fernando, o qual recebia mais atenção que as duas meninas devido ao fato que, futuramente, ele viria a se tornar imperador. As salas da residência real eram um dos locais preferidos para o lazer de Leopoldina. Mesmo desfrutando de estreito vínculo afetivo com os irmãos, a menina tinha a aia Annonny como sua melhor amiga. A diferença de idade entre elas não foi uma barreira à amizade: dormiam no mesmo quarto, compartilhavam a comida e as brincadeiras e passeavam pelos jardins do castelo imperial.

No verão, a família Habsburgo viajava para o palácio de Schönbrunn⁶, nas proximidades de Viena. Para carregar a bagagem real, uma longa fila de carruagens era enfileirada. O casal de imperadores abria o cortejo, a bordo de um coche luxuoso. O menino Fernando ia no segundo carro. E, logo em seguida, viajavam, confortavelmente acomodadas, Maria Luísa, Leopoldina e Annonny. O príncipe de Metternich, o cardeal de Viena e os nobres também acompanhavam os Habsburgo, cada um deles ocupando sua própria carruagem. Nessas ocasiões, Leopoldina aproveitava para colocar em ordem sua coleção de moedas, conversando com a irmã sobre a origem de cada uma delas.

No terreno do castelo de verão, as áreas verdes eram abundantes, predominando as alamedas de árvores, além das diversas espécies de plantas provenientes de diferentes continentes, as quais contavam com uma estufa especial, destinada à preservação da flora. Anexo, havia um pequeno jardim zoológico. O espaço abrigava elementos da fauna de várias regiões do mundo: havia canários, perus, papagaios, pavões e tucanos, dentre outros. Contudo, a atividade favorita da jovem menina era andar a cavalo, fazendo-a, desde criança, tomar gosto pela equitação. Os dias de caçada eram uma comemoração. Os caçadores montavam em seus cavalos e os pajens eram encarregados de trazer os cães

⁶ O palácio de Schönbrunn, ainda hoje, é um dos mais representativos símbolos do poder do antigo império da Áustria. Ele foi construído no século XVI. Antes disso, era utilizado como espaço destinado às caçadas imperiais. Ao longo do século XVIII, melhorias estruturais foram feitas no castelo, reformulando inclusive o jardim, no ano de 1777. Hoje, ele é um museu visitado, anualmente, por milhares de turistas de todo o mundo.

farejadores. Leopoldina comandava seu cavalo, galopando, pulando sobre obstáculos, atravessando riachos. (BULCÃO, 2006).

Maria Teresa, mãe de Leopoldina, organizava, durante as férias, peças teatrais, as quais eram encenadas com marionetes. Um dos salões do castelo abrigava um pequeno palco que servia para receber apresentações de grupos musicais. Cada um dos membros da família Habsburgo sabia tocar um instrumento, compondo operetas que prestavam homenagens à Áustria, à família e ao amor. Em meio a árvores exóticas, animais, atividades recreativas e culturais, música e luxo, Leopoldina vivenciou uma infância feliz.

A educação era bastante valorizada nas cortes europeias. A imperatriz recebeu uma formação cultural de alto nível. A responsável por isso, na corte austríaca, foi a condessa de Lazansky. Era ela quem ministrava aulas nas dependências do palácio oficial da família Habsburgo. A jovem Leopoldina estudava sua língua materna, o alemão, francês, italiano e latim. Durante o dia, aprendia sobre Botânica, Desenho, Matemática, História, Música, Religião e Mineralogia, área pela qual desenvolveria, com o passar do tempo, verdadeira adoração. Desde a infância ela herdou a paixão pelas plantas, colecionando espécies variadas de flores. Nas dependências de seu quarto, a jovem guardava amostras de pedras de diversas regiões da Europa.

Leopoldina sonhava conhecer o mar. Em uma certa ocasião, ela recebeu, como presente, uma concha marinha. Desde esse dia, a jovem imaginava recolher as conchas trazidas pelo mar na faixa de areia da praia.

Não só Leopoldina mas também os outros integrantes da família real tinham apreço pela água. Em virtude de um problema de saúde ocorrido com sua mãe, a jovem foi até Karlsbad, uma estação de águas termais. O pai, Francisco, não acompanhou os Habsburgo, pois o cenário político da época era adverso. O general Napoleão Bonaparte, na França, ameaçava iniciar uma guerra contra as nações vizinhas. O imperador austríaco, em defesa de seu território, permaneceu em Viena.

Em Karlsbad, durante um jantar, a mãe de Leopoldina recebeu um bilhete de um jovem alemão, o qual era profundo admirador de seu marido. Quem lhe escrevera era Johann Wolfgang Goethe. Os filhos ficaram ansiosos em conhecer o jovem poeta, especialmente Leopoldina. Dona Maria Teresa escreveu um convite, a fim de que ele viesse, no dia seguinte, jantar com ela e os filhos. Goethe, tendo aceito o chamado, trouxe um poema intitulado *A chegada da imperatriz* para presentear a rainha. Depois disso, curiosamente, Maria Teresa apresentou uma evolução positiva em seu quadro de saúde.

Leopoldina, crente no poder curativo da leitura, atribuiu à poesia o fato da mãe estar quase restabelecida. A partir desse dia, a jovem tornou-se leitora das obras de Goethe.

A vida de Leopoldina era marcada por uma grande quantidade de deveres, estudos e lições. Seu pai envolvia-se, principalmente, com os aspectos administrativos e políticos do império austríaco. Sua mãe organizava as festas e as recepções oficiais. A rotina no palácio seguia um ritmo constante. (BULCÃO, 2006).

Enquanto isso, sob a liderança de Napoleão, as tropas francesas dirigiam-se a Viena. A criadagem, rapidamente, preparou as malas, carregou-as nas carruagens e a família Habsburgo-Lorena dirigiu-se a Schönbrunn, pois lá estaria segura. O príncipe de Metternich alertou para que partissem o mais rápido possível, devido à aproximação de Bonaparte. Apressadas, Leopoldina, Annonny e Maria Luísa recolheram a coleção de moedas, entraram em um coche e iniciaram a viagem.

A Áustria foi invadida por Napoleão. Após a ocupação de Viena, ele se instalou no palácio oficial dos Habsburgo. Leopoldina estava apreensiva, imaginando a possibilidade que o imperador da França destruísse sua coleção de minerais, o quarto e os livros. Os austríacos mostravam-se impotentes contra a força das tropas napoleônicas. Francisco I, desolado, mal conseguia se alimentar. Mas, pouco tempo depois, o imperador convocou o corpo ministerial para uma reunião decisiva. A única possibilidade de selar a paz entre os governos austríaco e francês era ceder a uma exigência feita por Napoleão Bonaparte: permitir que ele se casasse com Maria Luísa. A aia Annonny passava em frente à sala de reuniões e ouviu o que era discutido, secretamente, nas dependências do palácio. Apressou-se em contar a Leopoldina o que havia escutado. A jovem, desconfiada, imaginou tratar-se de um plano idealizado por Metternich, pois, segundo ela, o príncipe não gostava da família Habsburgo e, por essa razão, queria separar seus integrantes.

As tratativas do matrimônio entre Maria Luísa e Napoleão foram aceitas pelo monarca Francisco e a execução do enlace contou com sua participação. O ato de casar, porém, era um dos momentos mais difíceis para qualquer jovem da nobreza, pois o casamento por interesses paternos era uma prática comum entre algumas nações da Europa. Maria Luísa mudou-se de Viena, acompanhando o esposo. Esse fato interferiu, negativamente, na vida de Leopoldina. A ausência da irmã trouxe consigo a sensação de que os dias eram mais longos e a melancolia acompanhou a jovem Habsburgo por bastante tempo.

Após um ano, a vida no palácio voltou à normalidade. Em um determinado dia, Leopoldina foi convocada para comparecer à sala do trono, a fim de conversar com seu

pai. A sua aia a acompanhou até a porta de entrada. No interior do cômodo estavam Francisco I e o príncipe de Metternich. A jovem estava curiosa quanto ao assunto da reunião. Seu pai, de forma franca, comunicou a ela que a coroa portuguesa tinha o interesse de casar Pedro, o príncipe herdeiro. O imperador mostrou-se interessado em aceitar a oferta que Dom João fez pela mão da jovem austríaca. Para que isso ocorresse, Leopoldina tinha que abandonar a sua família, sair de Viena e viajar para uma nova terra. Os casamentos imperiais, naquela época, eram vistos como boas oportunidades financeiras nos reinos europeus.

A jovem foi informada que não residiria em Portugal, como de início havia pensado. O rei português havia se transferido, junto da família, para o Brasil. A América seria sua nova residência. Lá, construiria a nova vida. Leopoldina era obediente e zelosa pelos seus familiares. Aceitou, então, o que havia sido proposto, inicialmente, pelo pai.

As informações dadas a ela sobre seu noivo eram positivas. Disseram-lhe que Pedro era um rapaz belo. No futuro, ele seria o rei de Portugal; ela, a rainha. Depois disso, voltariam para Lisboa, reinando na Europa.

O imperador austríaco disse à filha que a aia Annonny a acompanharia ao Brasil. Não só a criada mas também muitos outros membros da corte iriam com ela para o Novo Mundo. Embarcariam, rumo à América, uma dama de companhia, um embaixador, empregados e músicos. Ao término da conversa com seu pai, Leopoldina, rapidamente, procurou a aia para informar a ela o teor do encontro com Francisco e Metternich. Annonny, surpresa com a aparente felicidade da jovem, foi comunicada que deveria preparar-se para viver junto dela no Brasil, a “terra dos papagaios”.

O período anterior à viagem de Leopoldina para a nova residência foi de preparação do seu enxoval. Maria Teresa ajudou na separação de presentes para os familiares do noivo, livros, joias, vestidos para ocasiões especiais, vestimentas para o calor e as montarias, além de roupas de cama bordadas. O enlace matrimonial entre a jovem austríaca e Pedro enchia de orgulho os membros da nobreza e os habitantes de toda a Áustria, pois Leopoldina seria a primeira mulher de sua terra a construir uma nova página da história no continente Sul-Americano.

O casamento aconteceu em Viena e seguiu os moldes tradicionais europeus, entretanto, com uma particularidade: não haveria a presença do noivo. Foi organizada uma das cerimônias mais luxuosas já vistas em toda a Europa. Havia filas de carruagens, das quais desembarcavam religiosos, embaixadores e nobres. A noiva, vestida de branco e usando véu e grinalda, chegou à catedral em um coche dourado, cercado por soldados

fardados. Os convidados adentravam a igreja, enfeitada de flores, por meio da recepção de mais ou menos cinquenta serviçais impecavelmente trajados.

A ausência do noivo chamava a atenção de todos os presentes. No lugar de Pedro, Carlos, irmão do imperador Francisco I, aguardava Leopoldina com o uniforme de marechal-de-campo. A noiva, emocionada, chorava muito. Ao findar a cerimônia, a família Habsburgo ofereceu aos presentes uma recepção no palácio de Hofburg. Após entrar em uma sala, a jovem recebeu um embrulho. Ao abri-lo, deparou-se com o retrato de seu noivo. No formato de medalhão, o busto do príncipe português estava estampado, cercado por uma moldura cravejada de brilhantes. Encantada, Leopoldina deslumbrou-se com a imagem do seu esposo. (BULCÃO, 2006).

Após as festividades, a princesa aguardava o momento da partida. Ela e os seus acompanhantes viajarão, inicialmente, de Viena até a Itália. No porto da cidade de Livorno, embarcaram para o Brasil a bordo de um navio de bandeira portuguesa. O instante da despedida foi emocionante. A mãe estava aos prantos; o pai tentava esconder as lágrimas. Leopoldina prometeu honrar a educação recebida e ser uma rainha justa com os seus súditos. Depois, entrou em uma luxuosa carruagem e seguiu, cumprindo seu destino.

Em solo italiano, Leopoldina e os membros da corte precisaram aguardar a chegada da esquadra de Portugal. Ali, a austríaca teve a primeira visão do mar. Logo em seguida, os navios portugueses aportaram na costa italiana. A travessia rumo ao Novo Mundo recomeçou. Devido ao fato de o percurso ser longo, a jovem aproveitaria o tempo livre para estudar o idioma português e escrever cartas⁷. A viagem transcorria de modo tranquilo. Contudo, uma severa tempestade atingiu a embarcação. Um dos mastros do navio foi quebrado pela violência das águas e do vento. A fim de reparar os danos, o capitão foi obrigado a fazer uma parada na Ilha da Madeira. A população local acolheu a princesa com uma calorosa recepção.

O transcorrer do restante da viagem não foi fácil. No dia em que Leopoldina, Annonny e os demais integrantes da esquadra chegaram ao Brasil, especificamente ao Rio de Janeiro, o céu estava limpo e o mar sereno. A jovem e os outros europeus encantaram-se com a entrada da Baía de Guanabara, protegida pelo Pão de Açúcar. A princesa comparou aquele lugar ao paraíso, pois nunca tinha visto nada igual.

⁷ A escrita de cartas foi, inicialmente, para a imperatriz Leopoldina, uma prática de preenchimento do tempo ocioso. Depois, como mostraremos em outros momentos deste trabalho, o ato de escrever assumiu novas configurações, a partir das intenções de Leopoldina.

Tiros de canhão saudavam a futura rainha de Portugal. Ela queria, o mais rápido possível, conhecer o seu marido. O navio ancorou nas proximidades da Ilha das Cobras, ladeado por barcos com bandeiras portuguesas e austríacas. Finalmente, a embarcação que trazia Pedro se aproximou. Os nobres D. João, Carlota Joaquina, o marquês de Castelo-Melhor e o príncipe herdeiro da coroa lusitana foram transferidos ao local onde estava Leopoldina. A historiadora Mary del Priore (2012, p. 12) acerca disso descreve que

A rainha, Carlota Joaquina, cercada pelas filhas Maria Teresa, Isabel Maria, Maria Francisca, Maria d'Assunção e Ana de Jesus Maria, mais o príncipe D. Pedro e o infante D. Miguel aproximaram-se para receber a dona dos olhos azuis: a arquiduquesa Maria Leopoldina Josefa Carolina Francisca Fernanda Beatriz da Áustria, princesa da Hungria e da Boêmia e princesa de Habsburgo-Lorena, filha do último soberano do Sacro-Império Romano-Germânico e imperador da Áustria, Francisco I, e de sua esposa e prima Maria Teresa de Nápoles e Sicília. Ela ajoelhou-se aos pés de Suas Majestades e abraçou os cunhados. (PRIORE, 2012, p. 12).

Os noivos ficaram frente a frente pela primeira vez. Solenidades formais foram feitas. A princesa e o príncipe trocavam olhares, timidamente. Ela reparou nos cabelos negros, nos olhos e no porte de Pedro.

No navio, Leopoldina foi presenteada com uma caixa de ouro forrada de pedras preciosas brasileiras. Ao anoitecer, os jovens chegaram ao cais. A população colocou, nas janelas de cada residência, velas que iluminavam a passagem do casal. Pedro e Leopoldina acenavam, do interior da carruagem, para um grande número de pessoas. Uma banda animava a festa. Esse encontro selava a união entre os Bragança e os Habsburgo-Lorena.

A princesa austríaca estava ansiosa pelo momento em que conheceria sua nova residência. Queria ficar a sós com Pedro. Sua casa seria a Quinta da Boa Vista⁸, localizada no alto de uma colina. Desse local ela avistaria a Baía de Guanabara, o Pão de Açúcar, a Tijuca, o Dedo de Deus e todas as demais localidades da cidade do Rio de Janeiro. No jardim do palácio real havia laranjeiras, bananeiras, pés de café, cajueiros, jabuticabeiras, pitangueiras e vários tipos de flores.

⁸ A Quinta da Boa Vista foi construída no início do século XIX. A finalidade inicial do local era ser a residência de um nobre português. No ano de 1808, ela foi doada aos reis de Portugal, sendo a sede governamental brasileira até a proclamação da República, em 1889. O último morador da Quinta foi D. Pedro II, filho de Leopoldina e de D. Pedro I. As leis iniciais do Brasil republicano foram redigidas no local, no ano de 1891. A construção foi restaurada em 1909. Ela funcionou como um parque, abrigando o Museu da Fauna, o Jardim Zoológico do Rio de Janeiro e o Museu Nacional, o qual foi foco de um incêndio de grandes proporções, em setembro de 2018. Hoje, o local encontra-se em fase de reconstrução.

A família real portuguesa era composta por D. João, Dona Carlota Joaquina, Miguel e mais seis irmãs de Pedro. Leopoldina demonstrou afeição especialmente pelo sogro. Ela admirava o amor dele pela natureza. Aos pés da serra do Corcovado, ele deu ordens para que fosse construído o Jardim Botânico da então capital do país. Esse fato intensificou o apreço que a jovem princesa sentia pelo rei de Portugal.

As diferenças culturais não foram uma barreira para Leopoldina, pois ela sempre buscou superá-las. A princesa e Annonny impressionaram-se com o costume dos brasileiros de tomar banho diariamente e com o fato de não consumirem iguarias como as salsichas, tão apreciadas na Áustria. (BULCÃO, 2006).

O casamento entre Pedro e Leopoldina transcorria muito bem. Os jovens acordavam cedo, cavalgavam e, em algumas ocasiões, visitavam a Floresta da Tijuca. A princesa admirava, com curiosidade, a fauna nacional, composta por macacos, tamanduás e borboletas, dentre outras tantas espécies. Depois de se refrescar na cascata que havia no local, eles gostavam de andar a cavalo pelas praias, recolhendo conchas trazidas até a areia pelo mar.

Assim como a princesa, Pedro também gostava de música. Ele tocava piano, acompanhado da mulher e de membros da corte. Juntos, iam a concertos musicais e ao teatro, onde apreciavam peças encenadas por diferentes companhias itinerantes.

Em Portugal, uma revolução começava a ganhar forma.

Na Quinta da Boa Vista, em uma manhã, Leopoldina acordou com certa indisposição. Enjoada e sem apetite, permaneceu deitada. A aia Annonny, preocupada, chamou o médico. A princesa não tinha nenhum problema de saúde; estava grávida. Dentro de alguns meses o reino teria um novo herdeiro. Todos, no palácio, comemoraram a boa nova.

Dias depois, a residência real foi cercada pelas tropas do exército, as quais queriam saber qual seria o posicionamento da corte sobre a revolução que acabara de eclodir em Portugal. O rei D. João e Pedro reuniram-se com os militares, seguindo em direção à cidade. Ao final do dia, eles retornaram ao palácio, comunicando que o exército havia os obrigado a aceitar a nova constituição portuguesa. Ainda, disseram que se o rei continuasse no Brasil, perderia a coroa.

A tensão e os boatos perduraram nos dias seguintes. Havia a possibilidade de Pedro precisar voltar à terra natal sem Leopoldina. Os revolucionários de Portugal desejavam que toda a família Bragança regressasse à Europa. Um certo período de tempo passou. O príncipe e a princesa permaneceriam no Brasil. O rei, a rainha e os filhos iriam

voltar para seu país. Esse cenário tranquilizou Leopoldina, pois, assim, seu filho poderia nascer em segurança no Brasil.

O período de instabilidades no interior do palácio diminuiu com o nascimento da princesa Maria da Glória. No contexto político, o exército português se dedicava a tentar retirar da colônia todos os benefícios que haviam sido deixados por D. João. O governo do Brasil, agora, estava sob a responsabilidade de Dom Pedro. Leopoldina, porém, não ficava alheia aos assuntos do reino, pois governava junto do marido. Ela inspecionava obras, percorria as instalações governamentais e visitava os ministros. A princesa sabia que os portugueses estavam insatisfeitos pelo fato do Brasil não ser mais totalmente dependente de Portugal. O príncipe recebeu ordens de abandonar o país. O povo percebeu que, se isso ocorresse, perderia sua liberdade, manifestando-se.

No dia 09 de janeiro de 1822, no Paço Real, Dom Pedro proclamou que ficaria no Brasil. A multidão, eufórica, comemorou, percebendo que não lutava, solitária, pela liberdade do país.

A jovem Leopoldina temia que os portugueses não aceitassem, pacificamente, a decisão tomada pelo marido. A fim de fortalecer o governo de Dom Pedro, ela decretou uma lei que esclarecia que ele era a única autoridade do Brasil. A princesa teve um forte engajamento no cenário político nacional. A austríaca organizou movimentos de forte apelo popular. Pela causa da autonomia brasileira, mandou cortar fitas verdes e amarrou-as no pulso de cada um dos habitantes. Também atuou como conselheira política do príncipe. A fim de saber quais províncias brasileiras o apoiavam, Dom Pedro fez viagens por todo o território da colônia portuguesa.

Após o governo brasileiro receber comunicados ameaçadores por parte de Portugal, o naturalista e estadista José Bonifácio, colaborador de Dom Pedro, foi conversar pessoalmente com Leopoldina. Na ausência do marido, ela ocupava o cargo de regente oficial, sendo a primeira mulher a governar o Brasil. Preocupada com a situação do país, escreveu uma carta ao marido, ilustrando o risco iminente da nova terra ser eterna colônia de Portugal. Dom Pedro, em São Paulo, recebeu o texto da princesa. Enquanto não tinha notícias, Leopoldina, no Rio de Janeiro, organizava sua coleção de moedas. Esse fato histórico é explicado por Monica Buonfiglio (2002, p. 180), a qual informa que

A princesa Leopoldina assinou, no dia 2 de setembro de 1822, o Decreto da Independência do Brasil, em um gesto destemido que poucos teriam a coragem – e a firmeza – de cometê-lo, se estivessem em seu lugar. Fez isso pela liberdade de um país que não era seu, por amor à nova pátria e seu povo, que aprendeu a amar, respeitar e admirar. Estava cumprindo o seu destino e a

promessa que fizera a seu pai, o rei Francisco I da Áustria, que sempre ficaria ao lado dos fracos e dos oprimidos. E foi por meio de sua assinatura que, na verdade, o Brasil conquistou sua liberdade. (BUONFIGLIO, 2002, p. 180).

O regente Dom Pedro, então, retornou ao palácio. Ele comunicou à esposa que desde o dia 07 de setembro de 1822, o Brasil não integrava mais o reino português. O país era um território livre. Desde aquele momento, Dom Pedro era o imperador; Leopoldina, a imperatriz.

A notícia foi dada ao povo. Diante da Quinta da Boa Vista, os brasileiros se abraçavam, choravam e comemoravam. O Brasil era o primeiro Império do Novo Mundo, garantindo a perpetuação das tradições das famílias reais europeias na América.

A proclamação da independência foi celebrada por vários dias. O legado de D. João foi garantido ao povo por meio das atitudes de Dom Pedro. No dia 12 de outubro de 1822, houve as festividades do aniversário do imperador. O povo, eufórico, foi às ruas. Os jovens imperadores receberam a aclamação no interior de um teatro, diante dos nobres. Em todas as ruas e casas do país, a liberdade definitiva foi aclamada.

Naquela mesma noite, Dom Pedro e a imperatriz Leopoldina idealizaram a bandeira do Império. A cor verde representaria a casa de Bragança; o amarelo, a família Habsburgo-Lorena. Além de romântica, essa seria uma iniciativa que lembraria ao povo que foram os jovens imperadores que conquistaram a liberdade do Brasil. (BULCÃO, 2006).

A proclamação da independência inaugurava um novo tempo no país. A nação deixava de ser uma colônia de Portugal, tornando-se um Império.

A prática da escrita acompanhou, desde a infância, Leopoldina. Ela redigiu um breve relato, em forma de carta, ao seu pai. O interesse da imperatriz era o de que Francisco I apoiasse o fato do Brasil ser independente, contrariando os anseios dos portugueses. Dom Pedro e a imperatriz Leopoldina tinham, realmente, o desejo de construir uma nova nação. Eles colocavam em prática a rotina de inspecionar o cumprimento das leis, as guarnições do exército e as repartições públicas.

Os imperadores eram cortejados pelo povo. Em todos os locais, eles eram saudados, respeitados e admirados.

A imperatriz Leopoldina amava Dom Pedro. Em uma ocasião, ela mandou confeccionar um anel ornado com dois brilhantes cravados com o nome deles. Essa era uma forma de demonstrar sua afetividade pelo esposo. Antes que o marido viajasse ao sul do país, ela presenteou-o com a joia. Os dois se abraçaram e choraram. Na véspera da

viagem do imperador, ela foi, novamente, nomeada regente imperial, convocando todo o ministério, presidindo uma reunião. Grávida, sentiu-se mal, teve febre e, devido a complicações, no dia 01 de dezembro de 1822, perdeu a criança.

O estado de saúde da imperatriz Leopoldina piorou muito nos dias seguintes. Houve, inclusive, a perda da consciência. Os serviçais do palácio, os nobres, as damas de companhia e os escravos oraram pela recuperação da imperatriz. Ela pediu que seus empregados viessem até seu quarto. Sensibilizada, despediu-se deles. (BULCÃO, 2006).

No dia 11 de dezembro de 1826, nos aposentos do palácio da Quinta da Boa Vista, a imperatriz Leopoldina faleceu. O Império ficou abalado. O povo chorava pelas ruas do Brasil. O corpo da imperatriz foi levado ao Convento da Ajuda.

Na era atual, a fim de construir o carnaval do Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense, em 1996, a artista plástica e carnavalesca Rosa Magalhães visitou, acompanhada por uma comitiva de brasileiros, a Áustria. Sobre a relação entre esse país europeu, a imperatriz Leopoldina e o Brasil, Magalhães (2014, p. 84) relata que

[...] Associei tudo isso a um fato curioso e quase desconhecido que relaciona mais uma vez a Áustria aos brasileiros. Durante a visita que fiz ao país, passei por um monumento em uma praça que me foi apresentado como um agradecimento ao povo brasileiro. Tínhamos recebido a liberdade por intermédio de uma austríaca e eles também tinham ganho a liberdade pelas mãos dos brasileiros. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi o único país da América do Sul a fazer parte do grupo dos aliados. A Áustria foi invadida pela Rússia, tal como Berlim. Para que o país não tivesse o mesmo destino de Berlim, o Brasil liderou os países da América Latina em uma votação nas Nações Unidas pedindo liberdade para a Áustria, obtida com a promessa de neutralidade. (MAGALHÃES, 2014, p. 84).

A imperatriz Leopoldina foi uma mulher à frente de seu tempo. Erudita, utilizou-se da cultura recebida desde o berço para atuar, de diferentes maneiras, pelo Brasil. Após traslado, no ano de 1972, seus restos mortais repousam, até hoje, na Cripta Imperial do Monumento do Ipiranga, na cidade de São Paulo.

O próximo capítulo deste trabalho fará um estudo bibliográfico acerca da carta. Nele, também, será abordado o processo de escrita de cartas posto em prática por Leopoldina.

3 A CARTA ENQUANTO GÊNERO QUE TRADUZ O HOMEM E O MUNDO

“Ao sol / carta é farol”
Mário de Andrade

O ato de encontrar uma forma para exteriorizar as reminiscências, as angústias e os anseios humanos sempre foi, e ainda é, uma necessidade. As páginas em branco que foram preenchidas ao longo da história revelam a transposição, via escrita, de elementos íntimos que se materializaram, através de registros verbais, em cartas⁹.

A personagem histórica que integra esta atividade investigativa – a imperatriz Leopoldina – escreveu, durante sua curta trajetória, inúmeros textos destinados a diversos destinatários, localizados em diferentes espaços e situados, cronologicamente, em distintos períodos temporais. Isso motiva, dentre outros fatores, a discussão acerca do texto do gênero carta.

Este espaço do trabalho fará um estudo bibliográfico sobre a carta. Primeiro, de maneira ampla, abordaremos o processo de escrita de cartas ao longo da história, detalhando particularidades de diferentes ordens envolvidas nessa atividade. Em seguida, mostraremos a *práxis* de Leopoldina frente a esse contexto de produção textual.

A carta é um texto de difícil definição. Ao mesmo tempo em que podemos dizer que ela é um gênero textual, é possível categorizá-la, também, como um gênero literário. Ela é, concomitantemente, um arquivo, um documento e um testemunho de seu autor. A Literatura, enquanto forma artística, mostrou que, ao longo do século XIX, as cartas eram colecionadas, comentadas, difundidas em larga escala e editadas, reduzindo-se, por vezes, ao estatuto de dados biográfico-psicológicos que serviam à composição da história de cada sujeito e da própria sociedade.

Há uma estreita relação entre os indivíduos, a sua história e a correspondência¹⁰. A carta é um instrumento de comunicação que torna visível, graficamente, a voz privada do homem. Apesar disso, alguns críticos ainda alimentam certa desconfiança contra a escrita de correspondências, rotulando-as como fúteis, triviais e exageradamente polidas no que tange à conversação.

A escrita de cartas constitui-se como uma prática relacionada ao registro da vida. Enquanto gênero em trânsito ao longo da história da humanidade, a carta é um eterno assunto de debates literários e linguísticos. Inicialmente detentora de um estilo composicional próximo à oratória, a correspondência modificou-se, assumindo contornos de texto natural, escrito quase sem nenhuma ornamentação estilística clássica impeditiva

⁹ Tomamos a carta como gênero textual, enquanto meio adotado por Leopoldina para se comunicar com os membros da corte dos Habsburgo-Lorena. Não aprofundaremos a questão referente aos gêneros textuais, pois isso não é o foco desta tese.

¹⁰ Ao longo deste capítulo e de todo o trabalho, utilizaremos como sinônimos os seguintes termos: a) carta, b) cartas, c) correspondência, d) correspondências, e) gênero carta e f) gênero epistolar.

à compreensão, tornando mais acessíveis os discursos. As cartas abandonaram, no decorrer do século XIX, o estatuto da erudição, aproximando-se da cultura social, representando fielmente os indivíduos em situações de interação.

A matriz criadora do processo de elaboração de uma carta é o resultado da união entre o advento de um determinado estilo e a composição, como produto final, de uma obra em potencial. As cartas não são frutos de uma convenção, sendo verídicas em comparação aos livros, os quais cedem espaço à ficcionalidade literária. Distante de ser uma forma de escritura despreocupada, a correspondência possibilita a livre manifestação do indivíduo que a compõe, delineando-se como prática subjetiva e, ao mesmo tempo, reflexiva.

As cartas guardam, na memória do que já foi escrito, a recordação dos seus estados precedentes. Esse efeito de sentido memorial atinge, mesmo que inconscientemente, o autor das correspondências. A partir disso, a carta se constitui como um espaço de liberdade, possibilitando a quem a escreve manifestar-se a sua maneira. A escrita não premeditada se impõe, na maioria das vezes, como valor estilístico que remete à correspondência, prática textual inventiva.

A redação da carta acompanha a inspiração e o estado momentâneo do seu autor. Como consequência disso, há a imposição do caráter subjetivo da escrita, inserindo-a no campo da invenção linguística, em que cada indivíduo realiza escolhas que podem, por vezes, situá-lo no lugar-comum. Operam, nesse processo, as propriedades da criatividade e da imitação, agindo, simultaneamente, como elementos de alienação retórica.

A forma estilística padronizada não é um fator determinante à elaboração da correspondência. A carta nem sempre é observada e recuperada por meio das normas que poderiam regê-la. Ela é dotada de liberdade e ganha terreno de manifestação através de elementos retóricos que podem gerar, no leitor, os falsos efeitos de desleixo e despojamento exagerado.

Ao longo do tempo houve uma mudança quanto aos locutores das cartas. Apropriados desses suportes, eles trocaram a sociabilidade letrada, acadêmica e erudita por um modo interacional de comunicação escrita mais próximo dos elementos naturais do mundo, acessado por um texto semelhante à conversação. O abandono dos antigos rituais de redação inseriu as mulheres no universo particular de elaboração da carta.

A perspectiva de inclusão da figura feminina no campo de gênese da correspondência suscita um cenário de pseudofeminilidade, haja vista que o monopólio desse gênero de texto era exclusivamente masculino. A cedência a tal abertura esteve

atrelada à condição de que a mulher utilizasse a carta apenas como um instrumento trivial de interação, voltado à fruição. As mulheres que, nos séculos XVIII e XIX, recorreram à escrita de cartas, cingiram um antigo paradoxo que não possibilitava a passagem do estilo clássico ao mundano. A realização dessa ruptura permitiu que as correspondências estivessem mais integradas à sociedade, configurando-se como veículos cotidianos de inclusão.

A partir disso, calcada no modelo da troca verbal altamente oralizada, a carta constrói seus enunciados quase como a enunciação se organiza nas conversações. As cartas não são formas paliativas de comunicação oral. Elas agem como complementos à voz social. A correspondência é o instrumento de preenchimento da ausência e uma alternativa que dá conta de aproximar sujeitos que, devido a determinado impedimento, não podem comunicar-se pessoalmente.

A escrita de cartas é a transposição simples dos pensamentos e sentimentos humanos. Circunscrita em um tempo e em um espaço, a correspondência age como um elemento que revela a civilidade humana, fundamentada no exercício da palavra livre. Ora atuando como documento histórico ora revelando-se como texto sociológico, a carta traduz a sociedade e os homens. Ela exerce, também, a função de ser uma espécie de crônica íntima, retratando particularidades e generalidades do mundo.

O discurso social que as correspondências impõem como norma imperativa se une à voz individual que as constitui. Há formas de enunciação autorizadas na carta, criando um espaço no qual a palavra se manifesta de modo único. Nesse contexto, alguns autores, principalmente no século XVIII, escreveram cartas indo de encontro às normas e os modelos enunciativos, sendo contrários à disciplina sócio ideológica imposta, em alguns momentos, pela correspondência. (DIAZ, 2016, p. 34).

Em meio à constante evolução, a carta conservou a propriedade de ser original, preservando as escolhas pessoais dos seus autores. Quanto à manifestação autoral na correspondência, Brigitte Diaz (2016, p. 35-36) expõe que alguns escritores

Em suas cartas, a única língua que pretendem falar é a deles, com sua gramática própria, seu vocabulário singular, seu monograma secreto. E alguns, como Stendhal, levarão tão longe quanto possível essa reação criptográfica. Por isso, há uma nova divisão paradigmática entre o social e o individual, o coletivo e o íntimo: clivagem que deixa seu rastro nas correspondências privadas, ao longo do século XVIII, e da qual se poderia seguir um traço exemplar nas cartas de Diderot a SophieVolland. (DIAZ, 2016, p. 35-36).

A sociabilidade foi e é, ainda hoje, característica intrínseca à correspondência. Ao longo dos últimos dois séculos, a carta retraiu-se no campo protegido da intimidade dos escritores. Eco de socioletos e retrato da sociedade, ela se reinventou e assumiu a função de ser a transpositora do pensamento íntimo de seu autor. Essa prática de registrar em palavras a vida privada abriu espaço para a escrita de si. Nas cartas, os indivíduos encontraram um lugar seguro para fazer reflexões sobre o outro e sobre eles mesmos, construindo uma relação dual que extrapola o eixo da singularidade.

A intimidade sentimental e, até mesmo, espiritual, que até então faziam parte apenas do romance literário, passaram a integrar a carta. Os autores se expuseram e os leitores viram-se refletidos nos textos. Essa modalidade de escrita incorporou a sensibilidade da alma humana, elemento, anteriormente, pouco abordado na correspondência. A espiritualidade dividiu espaço com as temáticas socializadas como a política e os fatos triviais do mundo. As correspondências foram reprodutoras de diversos objetos de discurso, atuando como alternativas de fazer transparecer a comunicação direta que descortina a sociedade.

Através das cartas a palavra busca a si própria, à medida que tenta atingir e traduzir o homem no mundo. Ao assumir a autoria da carta, quem a escreve define e expõe sua identidade. Esse texto, sendo menos impositivo do que o jornal e menos solene do que a autobiografia, por exemplo, age como instrumento de captura de si, o qual utiliza a palavra mais voltada a ela mesma do que ao outro. Antes vista apenas como alternativa de lazer, a correspondência transformou-se em uma prática estética, através da qual o pensamento pode materializar-se. O texto, então, passa a ser uma ferramenta de expressão legitimamente autoral.

O exercício intelectual de refletir sobre o outro e sobre si é inerente à carta. Algumas de forma prolixa, outras de maneira fluida, as cartas sempre materializam o homem. Nesses textos, entretanto, não impera o vazio universal, onde tudo o que é humano preenche-o. O pensamento do autor, dotado de consistência racional, potencializa o poder de abrangência social da correspondência. Esse gênero de texto foi o divisor de águas entre práticas de escrita concorrentes, pois favoreceu a maior inclusão daquele que escreve e, como consequência, houve um mais alto grau de exteriorização da subjetividade.

O interdito integra as cartas. Ele instiga os escritores a se adaptarem a novos protocolos de reflexão, menos rígidos quanto à teoria e pouco dogmáticos. A mobilidade, a desenvoltura e a pluralidade próprias da essência constitutiva da carta fortalecem a livre

manifestação do pensamento. As digressões, os registros flexíveis e a pluralidade de posturas enunciativas estão internalizadas na correspondência, configurando a plasticidade original desse texto, movido pela inspiração e pelo prazer. As cartas tratam desde os princípios morais até a crítica literária. A introspecção autobiográfica também faz parte dos horizontes epistemológicos da carta, abolindo os discursos previamente constituídos, fato que torna a escrita uma prática próxima do homem.

As relações de trocas que a correspondência mobiliza permitem que o pensamento de seu autor esteja apto a receber influências exteriores. Os antigos modelos de carta que oprimiram os escritores e os obrigaram a ocupar o lugar-comum, à margem da sociedade, cederam espaço à nova liberdade de pensar. A carta, operando entre a leveza e a profundidade e optando pelo convencional ou pelo novo, atuou como elemento de preenchimento das lacunas deixadas pelo pensamento em constante progressão.

As cartas são formas de pensar a sociedade, à medida que fundam uma nova literatura. Elas são arenas para grandes debates e embates humanos e instrumentos formais de registro da palavra. Durante os últimos trezentos anos, a carta assumiu facetas que foram sendo, gradativamente, modificadas: a) autobiografia, b) diálogo filosófico, c) carta aberta, d) panfleto, e) romance e f) debate crítico. Tal pluralidade oportuniza ver o processo de revelação do conteúdo íntimo da consciência.

A liberdade de expressão e a correspondência estão intimamente relacionadas. A plurifuncionalidade concedida a esse texto faz com que ele se adapte às necessidades da sociedade. A infinidade de assuntos dos quais a carta pode tratar caracteriza-a como um meio de expressão privilegiado e ilimitado, pois ela está sujeita a diferentes usos, atuando como texto livre às manifestações do pensamento.

As cartas têm a capacidade de se adaptar a épocas e contextos diferentes. Elas foram, por um determinado período, textos normatizados, configurando-se quase como um antigênero. (DIAZ, 2016, p. 94). Depois, experimentaram a forma livre de comunicação, avessas a normas e conceitos pré-estabelecidos. Esses textos representaram, e ainda hoje representam, o pensamento engajado. A liberdade e a carta estão unidas de forma indissociável. No processo de escrita desse texto, por parte do autor, há um efeito sobre si e sobre o outro, originando outras vertentes de manifestação como as biografias, as lembranças, as narrativas de infância e as memórias. A heterogeneidade é elemento constituinte da correspondência. Nela, a singularidade do “eu” se torna mais enfática, fato que a define também como um testemunho da vida humana.

Os princípios retóricos, aos poucos, foram dissolvidos pelas cartas. Seja na carta real seja na ficcional, não há uma padronização ou conformidade estilística. Os ritos textuais formais não têm espaço nesse gênero, condicionando a readaptação dos correspondentes quanto à maneira de se manifestar. Há espaço para o imaginário plural, seguro e, ao mesmo tempo, contraditório. As intenções equívocas e as significações ambíguas moldam as cartas, atuando não como forças contrárias, mas como marcas de uma pluralidade que cede terreno ao individual e ao social.

A carta, devido à capacidade de autorreflexão que provoca, gera uma espécie de crise na comunicação. Dotada de fragilidades, ela suscita desregramentos, acentuando a percepção do indivíduo quanto à opacidade que existe nas relações de troca verbal entre os diferentes locutores, constituindo-se, por essa razão, em um texto híbrido. A correspondência é um espaço de fuga dos rígidos modelos literários regidos por gêneros solidamente constituídos. Há, agora, o interesse de revelar dissonâncias e não construir uma unidade inflexível. A autenticidade do outro e as múltiplas vozes que influenciam seu discurso emergem na carta, construindo um texto mais verossímil.

As correspondências ocupam um espaço limítrofe que as situa dentro e fora do campo literário. No âmbito linguístico, a transdisciplinaridade exerce influência sobre a carta. Isso ocorre devido ao fato que questões de ordem linguística, histórica e ideológica se mesclam nesse texto. A plurifuncionalidade das cartas possibilita múltiplas abordagens: o homem em sociedade, a vida privada e a emergência do “eu”, dentre outras. A Sociologia da Língua, a Genética Literária e a Pragmática da Comunicação, por exemplo, são áreas do saber que influenciam a correspondência, potencializando seu caráter plural.

Nessa perspectiva, a carta pode ser compreendida como um texto, discurso, diálogo, documento e um fazer-saber. Ela pode atuar como uma testemunha de natureza linguística, literária, histórica, antropológica, sociológica e política. As cartas são instrumentos de gênese para outros textos, pertencentes a tipos e gêneros diversificados. É própria da correspondência a capacidade de interpretar e registrar a história humana.

A carta é um testemunho original. Ela revivifica o passado e atualiza o presente, trazendo à tona a realidade e a verdade histórica, tanto de modo geral quanto particular. Documento etnológico, esse texto reconta a história das sociabilidades. A correspondência atua no mundo como elemento sociológico, pois nela estão contidas as diferentes faces humanas. As cartas, autênticas e instrutivas, são um arquivo documental, sempre atualizado pelas práticas humanas. Textos dotados de intenções estéticas nem

sempre previsíveis, elas consolidam o ato de escrever como um espaço de manifestação subjetiva do seu autor. Em alguns momentos simples, em outros literárias, as correspondências estão relacionadas à bricolagem textual inventiva, construindo narrativas embasadas em dimensões variadas.

Os modelos literários ficcionais são latentes nas cartas, auxiliando o leitor no processo de codificação da mensagem. Em alguns momentos, tal ficcionalização torna mais visível a veracidade dos elementos subjetivos que se encontram nelas. Por vezes um simulacro, em outros contextos eco, prolongamento e reflexo da sociedade, uma carta é sempre um elemento literário, interior e privado, que traduz a alma humana. Esse texto é objeto enunciativo que, às vezes, excede o real devido à literariedade, extrapolando o horizonte funcional da comunicação.

A correspondência pode ser interpretada, também, como um relato ou experiência existencial e poética. Em virtude de se manifestar através de processos verbais, ela concretiza, frente aos leitores, as intenções humanas. Na contemporaneidade, houve algumas redefinições quanto à natureza que constitui, enquanto gênero, a carta. Uma delas é a que preconiza o fato de, nas cartas, a comunicação ocorrer através de modalidades discursivas diferentes das que regem o modo de manifestação da palavra na conversação.

A alocação feita ao destinatário determina as relações de trocas entre os sujeitos envolvidos na comunicação via correspondências. Em consonância à perspectiva enunciativa difundida por Émile Benveniste, a carta é um veículo de exposição da subjetividade do locutor, em relação ao interlocutor. Mas, o diálogo da correspondência é paradoxal, haja vista que, para acontecer, necessita situar – simultaneamente na esfera temporal – a existência do autor distanciado do leitor.

Há uma intensa reverberação nas cartas, pois elas atuam baseadas em um efeito reflexo, através do qual o autor que as escreve passa a ser interpelado pelas respostas que recebe. A carta, nessa aproximação simbólica, produz a abertura sobre si, internalizando nela o outro. Na comunicação por meio de correspondências, nos dirigimos a um parceiro idealizado. Então, nesses textos, há a conquista, por parte do locutor, de um território que o interlocutor não tem autonomia para controlar. Esse mecanismo enunciativo faz da correspondência um texto linguisticamente independente, através do qual a liberdade alheia é controlada.

A projeção do homem no discurso é um aspecto próprio da carta. O locutor apropria-se de identidades possíveis, as quais o interlocutor reconhece e legitima. O outro é condicionado a contemplar a livre manifestação do pensamento daquele que enuncia,

percebendo sua forma de refletir e sua identidade, participando da interação. Essa relação pode ser melhor compreendida através da explicação dada por Diaz (2016, p. 65, grifos do autor), a qual mostra que a resistência

Ao outro, na carta, pode também se efetuar de maneira mais mediata. Dentre as diversas figuras discursivas que a geometria epistolar desenha, existe aquela, frequente, do terceiro excluído. O binômio remetente-destinatário esconde, às vezes, um trinômio, e o duo aparentemente tão próximo que se forma na carta entre o *je* [eu] e o *tu* [você] celebra uma união que se faz na evicção da terceira pessoa – a acertadamente chamada “não pessoa”. *Je-tu-il* [eu-você-ele], o trio habitual de toda comunicação, converte-se, às vezes, no regime epistolar, em um “*je tue il*”: no segredo de um diálogo clandestino opera-se a exclusão do terceiro que incomoda. (DIAZ, 2016, p. 65).

As cartas são instrumentos de comunicação que defendem opiniões e asseguram a demarcação de um território por meio da adoção de uma postura diante do mundo. Elas são elementos essenciais na constituição, inclusive linguística, do homem. As relações de trocas que esses textos realizam se constituem em um processo de ontogênese. (DIAZ, 2016, p. 66).

A palavra, diante disso, se reveste de autoridade, pois nas correspondências há o exercício da força praticado pela escrita. Esses textos ultrapassam os limites habituais integrantes de um circuito privado de comunicação. Toda carta é um discurso que atua sobre o mundo, através de horizontes de ação ora afetivos ora polêmicos, consolidando, nas palavras, o real e o simbólico. As cartas abertas, políticas e militantes, por exemplo, traduzem o anseio das correspondências: transformar o dizer em um fazer.

O princípio fundador da escrita de cartas está baseado na fusão entre as intencionalidades e o modo de dizer. A lógica da interface que rege a carta coloca em interação elementos heterogêneos, os quais agem por meio de um sistema operacional difuso. Os discursos e as posturas enunciativas integram a correspondência, pois em um único texto é possível observar uma mutação de gêneros, construindo um processo de hibridização interna. As imposições de uso e os estereótipos se convertem. As correspondências são universos virtuais e, através de diálogos reais e figurados, adaptam e flexibilizam posturas identitárias.

As cartas criam conexões impossíveis de existir sem elas. A relação entre esses textos e a autobiografia é um exemplo disso. Inicialmente, o autor da carta talvez nem observe tal relação de dependência, pois ele crê que seu texto segue uma trajetória retilínea. Posteriormente, ele vê que esse percurso se perde em uma rede de interferências

e bifurcações, as quais emanam da matéria textual em direção à escrita e do que está verbalmente registrado e que é dirigido ao outro.

Frente a esse contexto, surgem quatro questionamentos acerca da forma mais precisa de ler e interpretar a correspondência: 1º Deve-se vê-la fora ou dentro do âmbito da literatura?, 2º Esse texto está dotado ou não da propriedade de literariedade?, 3º Ela integra, constitutivamente, a esfera literária? e 4º Toda carta é inerente ao campo literário apenas parcialmente? Não há uma resposta definitiva a essas perguntas, pois as correspondências são gêneros instáveis, constituindo-se como objetos comunicativos tanto literários quanto linguísticos. A impossibilidade de chegar a uma verdade absoluta a partir desse cenário de dúvidas existe devido ao fato que é preciso, sempre, examinar a correspondência sob um olhar histórico, analisando-a caso a caso e não de maneira global.

A carta é um gênero textual multiforme. Em seu genoma retórico, ela armazena uma memória, individual ou coletiva, determinada a partir daquilo que conservou, alterou e renegou. Nela, os procedimentos fixos padronizados não se sustentam, devido a sua essência híbrida. Algumas dualidades atribuídas às cartas revelaram sua binariedade antitética: a) expansão comunicativa *versus* autofechamento, b) literário *versus* linguístico, c) dinamicidade *versus* estagnação do pensamento, d) superficialidade *versus* profundidade, e) masculinidade *versus* feminilidade, f) sociabilidade *versus* intimidade e g) artificialidade *versus* naturalidade, dentre outras. Esses paradigmas foram diluídos na interioridade funcional das cartas, pois elas não constituem uma alternativa de escrita baseada nas dissidências redutoras, mas sim na unidade construtiva dos sentidos.

As correspondências têm a capacidade de criar novos padrões de escrita de si. O discurso crítico também é readaptado na correspondência, através das sociabilidades que ela constrói. Às vezes conivente com a Literatura, em outras situações integradora apenas do campo linguístico, a carta serviu, e ainda é útil, para repensar as noções de sujeito e de sociedade.

As cartas têm a autonomia de se mover, percorrendo um caminho que vai de uma extremidade à outra dos encadeamentos de sentidos. Isso causa, sobre quem as recebe, o efeito de imprevisibilidade. A produção desses textos é dotada de intenções comunicativas, as quais sofrem a influência das eventualidades linguísticas inerentes a sua circulação. Acaso a carta não chegue ao seu destino final – o interlocutor – ela se torna apenas um signo vazio, sujeito a desencontros e desvios. Ao longo de sua existência, a correspondência se auto modifica, pois no momento de sua concepção ela é

programática e prospectiva; depois, se adapta, e como produto final, apresenta-se renovada.

O ato de escrita de uma carta pode ser analisado sob duas perspectivas: a sincrônica e a diacrônica. No que tange à sincronia, ela é entendida como uma rede interligada de discursos, na qual cada um deles se complementa. Em termos de diacronia, esse texto é visto como uma sequência de modulações enunciativas oriundas de uma única voz, constituindo-se em objeto plurívoco. (DIAZ, 2016, p. 88).

A manifestação do pensamento do autor é característica dominante nas correspondências. Tanto o “eu” quanto o “tu” se apropriam, através desses textos, de um sistema formal de interação verbal, revelando aspectos que traduzem sua subjetividade. As cartas são autônomas uma em relação à outra, compondo uma tessitura fragmentada que, como produto final, dá forma à reflexão de quem enuncia. Enquanto prática de engajamento, a correspondência é a representante da inteligibilidade discursiva. A presença do interlocutor em face do locutor sustenta e dinamiza a escrita desse gênero. Todas as cartas são a fonte do processo de gênese de outros textos, como os poemas, os romances e as autobiografias. A exteriorização do discurso, fenômeno comum nas correspondências, permite ao sujeito ser livre, interiorizando o mundo.

Nesse contexto, é possível comparar a carta a uma cena, através da qual diferentes aspectos atuam, concomitantemente. Por meio dela, um autor-remetente interpela um leitor-destinatário, utilizando-se de uma mensagem dotada de sentido como canal de comunicação. Às cartas cabe a transgressão de padrões de escrita pré-estabelecidos, pois elas agem na sociedade como textos autônomos que favorecem a integração entre os sujeitos envolvidos no processo de enunciação.

Ao mesmo tempo em que realiza a gênese da escrita, a correspondência consolida a gênese de si. (DIAZ, 2016, p. 78). Não incorporando pseudotextos, ela precede manifestações da palavra como os diários íntimos, escritos, principalmente, por mulheres. A carta é um texto feito a quatro mãos, pois há a reversibilidade entre o autor *versus* o leitor e entre o leitor *versus* o autor. Nessa perspectiva, as cartas assumem uma função pedagógica, participando do processo de auto formação da identidade dos interactantes.

As correspondências participam, sistematicamente, de uma atividade de autogênese previamente definida. Ao escrever uma primeira carta, o autor não consegue revelar-se por completo. Ao longo de um processo sucessivo de composição de outros textos de natureza idêntica, ele atinge um nível de maturidade subjetiva que possibilita deixar-se ver, quase totalmente, pelo outro no discurso. Interpretadas como simulacros

persuasivos, as cartas auxiliam na sobreposição do “eu” diante do outro, fortalecendo os elementos que compõem sua identidade.

A carta, em determinadas situações, faz transparecer ao leitor os instintos, anseios e sentimentos do correspondente. Subordinadas ao desejo de comunicar, as cartas são espaços de visualização da inteligibilidade humana, favorecendo a exploração do universo de socialização verbal e a projeção de si sobre ele. A correspondência seleciona objetos de discurso e projeta horizontes, pelas vias dos sentidos, de interação que incorporam as múltiplas vozes sociais.

A função socializante é inerente às cartas. É atribuída a elas, também, a responsabilidade de separar a palavra de cunho íntimo do dizer de natureza social. Ao trazer à tona as suas memórias, o homem avança para o interior do território da carta, aprofundando a autoanálise acerca de si. A materialidade desse texto é sempre perpassada pela presença de seu autor, o qual, de modo subjetivo, dialoga com o outro ao mesmo tempo que conversa consigo próprio. Através da correspondência, o indivíduo que escreve preenche, internamente, os vazios da alma e da mente. As correspondências são um espaço de autoconstrução e de autoafirmação.

A carta, centrada no “eu” em relação ao “tu”, exerce funções como arquivar, explorar, identificar e encenar. Esse texto age de modo similar à crônica, mas com a particularidade de ser coordenado por uma dupla função: a de atuar como registro da vida e da alma humana. Imbuídas de um espírito quase autobiográfico, as cartas são portavozes de seus autores, os quais dão notícias de si, apresentando um retrato da própria vida.

Ao longo do tempo, a correspondência ultrapassou seus próprios limites. Além da realização de exames de si, ela foi capaz de fazer comentários literários, envios de poemas, anedotas biográficas e reflexões filosóficas. Essas funcionalidades tecem uma hibridização enunciativa, atribuindo às correspondências o estatuto de objetos textuais particulares. Tal cenário aproxima a carta de gêneros como a confissão, o diário e o ensaio, possibilitando que ela seja compreendida como um ego-documento, o qual constrói a sua história e a de seu autor.

As cartas são a recomposição da mente daquele que as escreve. Ao destinatário cabe a recepção, compreensão, interpretação, conservação e o arquivamento desses registros, tornando perceptível, através da leitura, a subjetividade do remetente. Enquanto signo, a carta permite ao autor pensar-se interiormente em face do outro, intercalando sua introspectividade e a exposição da racionalidade. (DIAZ, 2016, p. 84). É possível

entender, a partir disso, que as correspondências, mesmo em sua fase embrionária, atuam como prenúncios hipotéticos de outros textos como a autobiografia, configurando-as como texto base.

A essência autorreflexiva da carta oferece ao escritor a oportunidade do autoconhecimento e de melhor entender o seu interlocutor. Seja em tom memorialista seja de forma biográfica, o gesto de escrever conduz à expansão do grau de revelação do “eu”. As cartas são fragmentos de memórias subjetivas estáveis capazes de recompor o passado e atualizar o presente. Elas atuam como espécies de guias que levam o homem a preencher apagamentos por meio da mobilização da consciência. Esses textos, assim como qualquer outro, não são produtos acabados, pois acompanham as evoluções pelas quais passam os indivíduos e o contexto no qual eles atuam.

O público e o privado coexistem, harmonicamente, na correspondência. Ela é, por vezes, um documento histórico de primeira mão, como, por exemplo, as cartas escritas pela imperatriz Leopoldina. A polifonia da História encontra na carta um espaço de manifestação, registrando nela as vozes de autores e leitores que interagem, inseridos em um contexto histórico específico. A constituição de si, revelada pela encenação da própria existência, é consolidada nas correspondências, pois elas são testemunhos da existência. A escrita e a vida são intercambiáveis nas cartas. Isso interfere, positivamente, no que diz respeito à autoria, pois o autor tem inúmeras possibilidades temáticas disponíveis à inserção nos textos.

Ao apropriar-se do sistema da língua, o locutor que escreve a carta tem a sua disposição uma forma de escrita plural que representa a multiplicidade da vida e de suas formas de discurso. As cartas, na alternância entre a harmonia e as dissonâncias, inscrevem o homem no seu tempo e na História, haja vista que ele se projeta no discurso através da enunciação que se perpetua no tempo. Alimentada por encontros e desencontros, a correspondência atende às necessidades comunicativas humanas, pois ela representa o homem através da materialização subjetiva dele. Nesse sentido, emerge a epistemologia do “eu”, refletida na construção da identidade do autor que age em face do leitor.

No âmbito da epistolografia, o momento de produção da carta é sempre uma experiência discursiva dotada de intencionalidade. Por vezes, tal intenção pode ser subversiva, e as cartas passam a ser o espaço privilegiado para externalizar a rebeldia e a resistência diante do mundo. Essa escrita, sob a ótica de alguns, libertadora, luta contra a ordem estabelecida no contexto familiar e social, manifestando-se não como um texto de

infração às leis, mas como uma alternativa de superação dos limites de revelação do homem anteriormente impostos pelos rígidos parâmetros textuais.

Os textos das correspondências são elementos que configuram uma espécie de escrita de passagem, pois conduzem a outras modalidades escriturais. A gênese do “eu” que se constrói na carta é a do remetente que escreve, utilizando a palavra como alternativa de expansão de horizontes de comunicação. A correspondência readapta, funde e transforma textos que ela absorve no mundo, direcionando-os a públicos leitores diferentes. Há, nas cartas, um processo de embreagem interna, fenômeno que possibilita que haja um trânsito de modificações entre as produções de um mesmo autor em relação ao destinatário. É intrínseca às correspondências a capacidade de interpretar o pensamento humano, propriedade que as coloca em um nível de autossuficiência e maturidade em comparação a outros gêneros de texto.

A eclosão literária e o rompimento de limites fazem parte do poder de influência das cartas. Ao longo do tempo, a regularidade desses textos criou uma propedêutica da escrita, mantida pela disciplina dos autores que transformam a produção de correspondências em um hábito. Esses textos têm um protocolo de elaboração, o qual se distancia de imposições estéticas. Tal particularidade é o que favorece a autonomia daquele que escreve, fortalecendo a adoção do estilo próprio.

Seja ostentando a designação de carta seja manifestando-se por meio do termo “correspondência”, esse gênero textual constitui-se como manifestação verbal de tradição milenar, pois ele atravessou fronteiras que pareciam, antes, intransponíveis, perpetuando-se. Aspectos inerentes às cartas como a materialização do outro, apesar de sua ausência no que tange à personificação presencial, são fundamentais para que se possa compreendê-las. Acerca disso, Eliane Robert Moraes (2000, p. 55), em seu texto intitulado *A cifra e o corpo: as cartas de prisão do marquês de Sade*, explica que “Para um prisioneiro, talvez mais do que para qualquer outro homem, as cartas se rendem forçosamente ao seu sentido primeiro: o de abolir distâncias”. Esse, sem dúvida, é um dos elementos mais importantes das correspondências.

Diante disso, é indispensável destacar a dupla faceta que integra, subliminarmente, a carta: a impossibilidade de falar tudo ao interlocutor e o impedimento de calar totalmente diante dele. Em meio à mescla entre a intimidade, a privacidade e o segredo, o locutor consegue, através da escrita de cartas, realizar a alternância proposta pela antítese “comunicação *versus* solidão”. O fato de não poder fazer a troca verbal, face a face, com outro indivíduo ocorreu, no passado, e ainda ocorre, hoje, devido a

circunstâncias como a distância territorial, as separações, as viagens e os exílios, dentre outras. À correspondência é atribuída a função de mediadora, facilitando a interação entre o locutor e o interlocutor integrantes de uma determinada comunidade linguística.

3.1 UM OLHAR VOLTADO À ESCRITA DE CARTAS PELA IMPERATRIZ LEOPOLDINA

O homem revela-se, quase que completamente, na escrita de correspondências. Isso pode ser observado nas mais de mil cartas escritas pela imperatriz, nas quais abordou diferentes assuntos que lhe inquietavam. O inconsciente humano, representado pela subjetividade¹¹, se materializa em textos. Leopoldina, ao longo da vida, escreveu cartas, desde os seus onze anos até as vésperas de sua morte, aos vinte e nove anos de idade. As elites urbanas europeias compuseram textos desse gênero, confessionais e com um alto nível de romantismo, agradando a burguesia. Não sendo burguesa, mas integrante da realeza, a primeira imperatriz do Brasil compôs mais de oitocentas cartas, as quais foram destinadas a diferentes destinatários. A maior parte delas possui natureza protocolar e, devido à formalidade do conteúdo, os leitores têm a impressão que o locutor oculta-se por detrás das palavras.

O estrito rigor formal não é capaz de deixar implícita a subjetividade daquele que escreve. As diferentes experiências narradas pela imperatriz Leopoldina geram dissonâncias entre si, efeito que é percebido pelo leitor de suas cartas. A medida exata da veracidade de tudo que é dito não pode ser precisamente calculada, pois, na correspondência, mais relevantes que o teor dos fatos são a visão daquele que escreve e a exteriorização da subjetividade. As queixas de Leopoldina acerca do modo como Dom Pedro I regia o país, os recorrentes episódios de infidelidade praticados pelo imperador e a má-educação da família real portuguesa foram observações relatadas por ela em seus textos. Essas passagens históricas podem, sob a égide da dúvida, ser questionadas, haja vista que demonstrariam certo exagero por parte de quem as enuncia. O que não é possível

¹¹ Durante a escrita de toda a tese, ao nos referirmos à subjetividade, assumimos o seguinte conceito de Émile Benveniste: “A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais que um reflexo) mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa “subjetividade”, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que *diz ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo *status* linguístico da “pessoa”.”. (BENVENISTE, 2005, p. 286). (grifos do autor).

negar, contudo, é a capacidade da imperatriz de, através de sua erudição, materializar seu ponto de vista diante dos demais e do contexto que a envolvia.

Há cartas menos protocolares na produção da imperatriz Leopoldina. Uma das interlocutoras com a qual ela mais se correspondeu foi Maria Luísa, sua irmã mais velha. Durante os últimos anos de vida, Leopoldina viveu de forma isolada no Brasil, utilizando a correspondência como o único canal de comunicação com os familiares que residiam na Europa. A escrita, nesse contexto, foi uma prática enunciativa vital. Mesmo sabendo que seus textos eram abertos antes de chegarem ao destino final, a imperatriz escreveu por meio de uma linguagem cifrada, compreendida apenas por seus destinatários.

Alguns temas foram recorrentes nas cartas leopoldinenses¹². A família, a política, a vida cotidiana e o amor embasaram muitas de suas correspondências. A constante demanda por afeto, a necessidade de aprovação, as repetidas crises de melancolia e os problemas de saúde também deram corpo aos seus textos, constituindo-se em verdadeiros relatos subjetivos de sua vivência. Mais adiante, já casada, sua correspondência abordou a relação com Dom Pedro I, registrada, na escrita, em alguns momentos, até mesmo com certa sensualidade. As decepções amorosas, o fato de não ser afetivamente correspondida e as traições ocuparam espaço em seus registros, fazendo da carta um texto que reflete a identidade, momentânea ou definitiva, do remetente.

A mudança na personalidade também apareceu nas correspondências de Leopoldina. Diante de Luísa ela não se revela mais infantil e fragilizada, mas sim corajosa, determinada e firme, agindo de forma independente na tomada de decisões, à revelia da concordância do cônjuge. Ao mesmo tempo, ela se marca nas cartas de modo mais amargo e desiludido, permitindo ao leitor perceber que ela mantém forte identificação e vínculo saudosista com sua infância na corte vienense. A imperatriz Leopoldina abandona um padrão comportamental pré-estabelecido de jovem dependente e obediente, transformando-se em uma mulher autônoma, capaz de sustentar, com inteligência, seu ponto de vista diante de situações de ordem política, familiar e afetiva.

As diferenças entre as cartas escritas até 1820 e as dos últimos anos de vida de Leopoldina não dizem respeito apenas ao teor, mas também ao estilo. A linguagem assume um caráter objetivo, por vezes agressivo, e irônico. Nessa fase, a imperatriz encara a vida de maneira próxima da realidade dos fatos, sem ilusões. De forma solitária, a conquista dessa transformação abalou sua saúde e a vida. Através de suas

¹² Ao longo do trabalho, utilizaremos os termos “leopoldinense” e “leopoldinenses” fazendo referência à produção de cartas da imperatriz Leopoldina.

correspondências, ela fez um exame da própria consciência, pois compreendeu que serviu como objeto de troca comercial entre as coroas austríaca e portuguesa, assumindo, depois, com maturidade, uma postura que a fez responsável por seus atos e escolhas, elevando-a ao nível de personagem influente na história do Brasil.

Esse amadurecimento instiga os leitores das cartas leopoldinenses, haja vista o longo tempo que a autora dos textos demorou para deixar de ser criança. Os palácios e os jardins da Áustria, a erudição transmitida a ela pela mãe, Maria Teresa, os afazeres, os momentos de diversão e os passeios, além de outras tradições da família Habsburgo, povoaram sua mente, gerando uma passagem tardia à vida adulta. Em 1808, ao escrever a seu pai, Francisco I, a imperatriz, adulta, relatava fatos cotidianos com uma inocência e pureza que, de certa forma, infantilizavam o texto. Isso tudo era o reflexo da segurança e proteção ofertadas às mulheres das cortes europeias. No Brasil, a rotina regrada e a disciplina não eram características postas em prática pela população. Talvez isso tenha determinado a adequação da imperatriz Leopoldina aos moldes comportamentais da época, tornando-a um pouco mais infantil. Sua correspondência, progressivamente, mostrou uma jovem em ritmo de adaptação, adequando-se à nova realidade, amadurecendo.

Um dos elementos discutidos por Leopoldina nas cartas foi a instituição do matrimônio. Maria Luísa, a irmã, foi dada em casamento a Napoleão Bonaparte como uma alternativa de selar a paz entre a França e a Áustria. Mesmo causando descontentamento e revolta às princesas, essa era uma prática comum na Europa. A partida para uma nova corte, distante, pertencia à ordem natural dos fatos sociais. Em suas correspondências, a imperatriz demonstrou o sofrimento em distanciar-se, primeiro, da irmã, e depois do restante da família, quando se deslocou para a América.

A primeira imperatriz do Brasil foi separada, precocemente, de todas as suas referências seguras: a língua alemã, a pátria e a família. Em sua nova terra, ela experimentou a solidão, o desencanto e a melancolia. Isso foi abordado em suas cartas, junto dos relatos referentes ao senso de responsabilidade que ela teve que pôr em prática na administração do país, devido à falta de comprometimento do marido. No Novo Mundo, ela desempenhou um papel social e político civilizador. A solidez das experiências da infância a auxiliaram a enfrentar, com coragem, sua nova vida.

Em 1808, quando a então ainda princesa Leopoldina iniciou o processo de escrita de correspondências, o falecimento de sua mãe completara um ano. A madrasta, Maria Ludovica, foi interlocutora da imperatriz nas cartas, destinadas à nova esposa do pai de

forma sempre respeitosa. Na fase da infância, a imperatriz Leopoldina escreveu mais de cem textos, os quais faziam relatos minuciosos do cotidiano, por meio de um estilo de linguagem formal e apurado para a sua pouca idade. Nesses documentos, ela fez referência a aspectos como as batalhas austríacas contra Napoleão, a vitória de seu tio Karl no combate e a derrota da Áustria, em 1810, contra a França.

Na sua primeira carta enviada à irmã, Maria Luísa, a imperatriz Leopoldina relata, com detalhes, uma viagem feita à Praga. A visita a uma galeria de minerais, localizada em uma universidade, foi o aspecto descrito com maior entusiasmo pela jovem. A partir desse dia, Leopoldina desenvolveu grande interesse pelas Ciências Naturais, especialmente pela Mineralogia, solicitando ao pai, mais tarde, o cargo de mineralogista da corte. As correspondências foram o espaço de livre manifestação dos anseios, pensamentos e sentimentos da imperatriz.

A carta é um espaço de exteriorização da memória. Na correspondência de Leopoldina há a reconstituição mnemônica dos locais visitados por ela, mencionando os nomes de plantas, animais, artistas, monumentos, igrejas e castelos. Se em algumas cartas da imperatriz é possível notar certa ingenuidade para aspectos da vida cotidiana, em termos de inteligência e formação cultural ela foi uma mulher à frente de seu tempo. Isso é visível nos textos em que ela se revela sábia na tomada de decisões referentes ao Império, especialmente na esfera política.

O principal fator perceptível nas correspondências leopoldinenses quanto a não fragilização da jovem foi o fato de ela ter enfrentado diversos desafios, no último terço de sua vida, no Brasil. As adversidades relatadas nas cartas não foram uma barreira que a impediu de desempenhar suas atribuições com desenvoltura, comandando, ao lado de Dom Pedro, a corte e a família. Nos textos escritos no Rio de Janeiro, a imperatriz Leopoldina deixa clara a fuga da realidade difícil na qual vivia, superando os desafios através da imersão no campo das Artes, Literatura e Música.

A imperatriz nunca escreveu e tampouco recebeu cartas de seus irmãos, com exceção de Maria Luísa. Em diversos textos destinados a ela, Leopoldina demonstrava interesse em esforçar-se para agradá-la, correspondendo às suas expectativas. Diante da irmã mais velha, ela revelava-se, aos leitores, subserviente e infantil. A imperatriz Leopoldina era puritana em comparação à Maria Luísa. A longa preservação de sua ingenuidade fez com que a irmã Luísa não escrevesse a ela sobre as questões amorosas. Nas correspondências que Leopoldina endereça à irmã, nenhuma pergunta é feita sobre a vida afetiva com Napoleão Bonaparte e com o amante Neipperg.

As cartas da imperatriz elaboradas para Maria Luísa mostram um grande descompasso entre a situação vivida por uma e o que a outra sabia sobre isso. Tal problemática foi exposta através da ingenuidade de Leopoldina quanto ao exílio da irmã, após a separação de Napoleão. Essa postura imatura da jovem dificultou a consolidação da cumplicidade entre as irmãs, a qual ocorreu de modo tardio.

Algumas temáticas menos convencionais também fizeram parte da escrita da primeira imperatriz do Brasil. A realidade do sexo não era desconhecida para ela. Acerca desse assunto, seus textos revelam uma mistura entre interesse e pudor. No dia 25 de julho de 1816, Leopoldina escreve uma carta à Maria Luísa, na qual ela descreve seu constrangimento acerca de uma cena da peça teatral que assistiu junto do pai, Francisco. Depois de algum tempo, prometida em casamento a Dom Pedro I, ela relata à irmã que se sentiu constrangida em escutar a madrastra explicá-la sobre os deveres sexuais que ela deveria pôr em prática com o futuro esposo. A timidez e a excitação quanto a isso ficaram evidentes nas cartas da imperatriz.

Quanto à manifestação do estado físico e das condições emocionais, ao longo de toda a produção de correspondências da imperatriz Leopoldina um dos aspectos mais mencionados foi a melancolia. Na adolescência, o desabrochar do corpo a incomodava, sendo uma barreira a superar. Ela relatava que, após a morte da madrastra, já não tinha a mesma saúde, com a alegria e disposição da infância. Em uma constante oscilação entre a felicidade da época em que era criança e o futuro incerto, a nostalgia e o saudosismo sobressaíram-se, colocando-a em uma situação de desamparo.

A privacidade não era uma garantia nas cartas. Em virtude disso, as informações mais relevantes ficavam subentendidas. A rígida educação, o casamento para satisfazer interesses paternos e a forçada subserviência impingiam a liberdade das princesas europeias. A ruptura do livre arbítrio agia sobre as mulheres como uma forma de censura. Sobre o corpo, então, se manifestavam os sofrimentos das moças do século XIX, as quais se viam sem nenhum canal de expressão da interioridade, impedidas de viver com autonomia. A perda da saúde era, talvez, a única reação permitida para a exteriorização do sofrimento da alma.

Em diversas correspondências da imperatriz, o casamento era mencionado como um passo importante à liberdade. O matrimônio com Dom Pedro, escolhido pelo pai, despertou na jovem austríaca a excitação e a paixão, sendo essa última, principalmente, pelo cumprimento do dever. A mudança brusca em seu destino abria espaço às novidades que dariam fim à melancolia. A nova vida, na América, na visão de Leopoldina, era a

oportunidade de aceitar uma missão a ela atribuída, atuando, inclusive, nas áreas diplomática e política. A estrutura psíquica da imperatriz Leopoldina foi posta à prova nesse período, amplificando, ao mesmo tempo, as alegrias e os sofrimentos. Nesse contexto, misturaram-se, no conteúdo de seus textos, o senso de responsabilidade pública e a expectativa quanto à vida amorosa e erótica.

Em diversas cartas leopoldinenses, a preocupação com o bem-estar do povo era constante. Inicialmente, o sentimento de zelo da imperatriz se destinava aos austríacos; depois de casada, aos brasileiros. A tradição dos Habsburgo-Lorena de unir a moral política e religiosa fortaleceu o vínculo da realeza com seus súditos, despertando em Leopoldina a solidariedade. Ainda quando residia na Europa, a jovem mencionava em suas correspondências o desejo de colocar em prática a educação que havia recebido, beneficiando, junto de Dom Pedro I, os menos favorecidos do Brasil.

A correspondência da imperatriz Leopoldina foi pontuada por três aspectos determinantes: 1º a distância entre Viena e o Rio de Janeiro, 2º o impacto diante de suas responsabilidades e 3º a incerteza quanto ao seu reencontro com a família. No Brasil, a imperatriz estava afastada de sua principal confidente, Maria Luísa, há sete anos. A separação da irmã acentuou a idealização acerca de Luísa por Leopoldina. Ela via na figura da irmã mais velha uma mãe, amiga e conselheira. A saudade e a distância territorial elevaram a amizade entre elas a um nível, por parte da imperatriz Leopoldina, passional. Em uma carta leopoldinense, escrita ainda no continente europeu no dia 09 de abril de 1817, a jovem deixa transparecer sua impotência, fúria e desespero pelo fato do imperador Francisco, movido por razões estritamente políticas, dificultar e adiar o encontro entre a imperatriz e Maria Luísa, na Itália, antes da partida de Leopoldina para a nova terra.

Diante desse cenário, podemos perceber que a escrita de cartas tem, além da função comunicativa, a capacidade de arquivar aspectos como as angústias, decepções, emoções, sentimentos e sonhos do homem. O compartilhamento de fatos, novidades e dúvidas faz parte do campo de abrangência dos textos da imperatriz Leopoldina. Não traduzindo o título o teor do texto, E. M. de Melo e Castro (2000, p. 15), no artigo *Odeio cartas*, faz alusão ao fato que na correspondência

O hoje da recepção e da leitura vem sempre depois do hoje da escrita e do envio, que agora é já um ontem, e esses dois hojes, sendo desfazados no tempo, contêm a possibilidade quase certa e angustiante de aquilo que nas cartas se lê já não corresponder ao que está acontecendo [...] Não sendo ficção, todas as cartas acabam por nos dar versões ficcionadas daquilo que nos querem dizer,

existindo um hiato profundo entre o que o autor da carta nos quis comunicar, o que ele escreveu na carta e aquilo que o destinatário mais tarde lerá [...] É que nas cartas, que são escritas, trata-se obviamente de um código em que o que se comunica é uma metarrealidade. (CASTRO, 2000, p. 15).

A viagem que a imperatriz fez da Europa ao Brasil foi longa e difícil. A expedição teve, também, um caráter científico. Vieram a bordo do navio os exploradores Martius e Spix, além do desenhista Ender e pesquisadores de História Natural. Isso foi registrado em cartas destinadas à família, na Áustria.

Já em solo brasileiro, na então capital Rio de Janeiro, a primeira carta enviada pela imperatriz Leopoldina foi para seu pai, o imperador Francisco I. Através de uma linguagem dócil, ela apresenta o país ao imperador como um local paradisíaco. Junto do texto ela envia diversas espécies de animais, raras pedras preciosas e sementes de plantas exóticas. Leopoldina faz referência à família real portuguesa como anjos de bondade. Quanto ao esposo Dom Pedro I, ela informa ao pai, que estando o príncipe em período de núpcias, quase não a deixava dormir. Nesse tempo de adaptação em sua nova casa, nem tudo foi positivo, pois sua correspondência explica que ela ficava mal-humorada por longas horas durante o dia.

As correspondências da imperatriz nesse período revelam uma fase de transformações radicais em sua vida. Foram temas de seus textos a dificuldade de aprender a falar, corretamente, o idioma português, o clima tropical bastante diferente do austríaco, a frequência e a intensidade das chuvas e o excesso de mosquitos, dentre outros. Alguns assuntos mais delicados como a escravidão praticada contra os negros trazidos da África e o modo rude como os portugueses se comportavam à mesa lhe causavam aversão. Um mês após a sua chegada ao Brasil, a imperatriz Leopoldina escreve à Maria Luísa. Nessa correspondência, ela faz observações, em tom de queixas, sobre o estilo de vida, explicando à irmã que os brasileiros nunca vão ao teatro, as festas têm sempre os mesmos frequentadores, há pouca distração, além do calor ser tão forte que gera a preguiça e a melancolia que quase não a deixa ler e escrever.

A falta de distrações para preencher o tempo ocioso era uma realidade para Leopoldina. Havia, implícita nessa nova realidade, a perda de elementos referenciais como a vida cultural da sua infância e adolescência e a escassez de boa educação e requinte, elementos pouco praticados pela família real portuguesa. As cartas da imperatriz demonstravam que, além do afastamento de seus entes queridos, ela encontrava-se distante de si mesma. O cumprimento de seus deveres era visto por ela como a melhor

alternativa para superar as barreiras que lhes eram, agora, impostas. A falta de interlocutores e de distrações, a obediência tanto em relação ao marido quanto ao pai, o estranhamento e a solidão foram tornando a imperatriz Leopoldina, como é possível notar em textos escritos no ano de 1818, cada vez mais desiludida e melancólica. A fim de satisfazer os desejos alheios, alienava-se de sua condição, cumprindo, obediente, suas atribuições na corte.

Tanto a carta quanto as cartas leopoldinenses são gêneros textuais altamente reveladores. No mês de abril de 1818, por exemplo, a imperatriz escreve à Luísa com mais franqueza do que fazia costumeiramente. Ela se expôs com intimidade, confidenciando à irmã mais velha que Dom Pedro era nobre, mas franco e até mesmo rude. O desabafo acerca do casamento foi feito também ao pai, mesmo que regido pela alta formalidade de suas correspondências. Mas, aos poucos, Leopoldina começa a duvidar dos sentimentos de Dom Pedro I, relatando essa impressão em seus textos. Os casamentos por pura conveniência entre Maria Clementina e Leopoldo, Maria Luísa e Napoleão e Leopoldina e Dom Pedro atendiam mais às questões comerciais que ao amor verdadeiro entre os noivos. As fantasias românticas idealizadas pela imperatriz Leopoldina, ainda na Áustria, foram dando espaço às diferenças, de diversas naturezas, que, aos poucos, iam afastando ela e o marido.

Por volta da segunda metade do ano de 1824, Maria Graham, educadora dos filhos da imperatriz e do imperador, foi enviada de volta à Europa por Dom Pedro I. As cartas escritas pela imperatriz Leopoldina à amiga, nesse período, eram marcadas pela melancolia e saudade. Isso revelou a necessidade que Leopoldina tinha de dispor de uma companhia para interagir. Com a partida de Graham, a imperatriz perdeu uma acompanhante que representava confiança e identificação, pois em uma sociedade altamente patriarcal, era difícil estabelecer uma relação transparente e segura com um homem, até mesmo com o esposo.

As correspondências-resposta por parte de sua maior interlocutora, Maria Luísa, são cada vez mais escassas. Agora, a imperatriz Leopoldina escrevia, lamentando-se, constantemente, sobre a solidão e o tédio. Ela relatava que na corte brasileira predominavam a corrupção e as intrigas, ambiente no qual emergiam os oportunistas. Leopoldina identificava, em sua nacionalidade austríaca, características morais que não via no Brasil, como a responsabilidade, lealdade, retidão de caráter, educação, sensibilidade e elegância. Suas cartas foram o espaço de contemplação dos conflitos humanos, principalmente os de ordem cultural.

O ano de 1821 foi o marco inicial para as grandes transformações da vida da imperatriz. Ela realizou, nessa fase, algumas passagens: a) de jovem princesa a primeira imperatriz do Brasil, b) de austríaca tradicional a brasileira, c) de esposa submissa a influente conselheira do imperador e d) de filha obediente ao pai a mulher independente quanto aos seus atos. Nesse período, as cartas da imperatriz Leopoldina relataram o despreparo de Dom Pedro na administração do Império. Em seus textos ela manifestava a necessidade de colocar em prática seus conhecimentos políticos, aprendidos com os Habsburgo, na Europa. Mais conservadora, ela considerava-se culta, madura e preparada para comandar os rumos do país.

As correspondências de Leopoldina revelavam, agora, uma mulher à frente de seu tempo. A maternidade, o cuidado e proteção com os filhos, o sentimento de dor causado pelo falecimento do filho João Carlos e o desamparo por parte de sua família austríaca fortaleceram, de certa maneira, a imperatriz. Diante disso, ela desistiu de regressar à terra natal e apoiou a resolução do príncipe regente de permanecer na colônia portuguesa na América.

A maturidade atingida pela imperatriz Leopoldina funda um novo estilo de escrita: a correspondência de cunho político. A linguagem das cartas tornou-se direta e objetiva. Essa nova forma de expressão empoderou Leopoldina como uma mulher voltada não só à família mas também à vida pública. Tomada pelo sentimento nacionalista, a imperatriz agiu com autonomia, enfrentando os desafios impostos pelo período de instabilidades políticas pelo qual passava o Brasil, o qual tentava ser completamente independente de Portugal. Em junho de 1822, ela escreveu uma carta ao pai, Francisco I, manifestando descrença quanto a Dom Pedro I, pois julgava-o deslumbrado e com pouca autoridade e discernimento para enfrentar levantes populares tão intensos como os que eclodiam por todo o território brasileiro.

Coube à imperatriz Leopoldina, além da escrita de cartas, a redação dos discursos de Dom Pedro. Aliada ao paulista José Bonifácio de Andrada e Silva, Leopoldina participou, ativamente, do processo de independência do Brasil. Um pouco antes da consolidação desse fato histórico, a imperatriz ocupou a função de representante interina do príncipe regente, em virtude da ausência do marido, em decorrência de uma viagem. Nas correspondências escritas em meados do ano de 1822, ela interage com seus interlocutores, utilizando uma linguagem na qual fica bastante visível a separação feita entre as motivações particulares e os interesses públicos. A declaração da independência

do Brasil, escrita por José Bonifácio, foi assinada pela imperatriz Leopoldina e enviada, posteriormente, junto de uma carta, para Dom Pedro I, em São Paulo.

O espírito do liberalismo político fez parte da vida de Leopoldina. Após a independência, a primeira imperatriz do Brasil assumiu uma importante missão: promover o reconhecimento brasileiro pelas cortes europeias. No dia 06 de novembro de 1822, ela redigiu uma correspondência ao Marquês de Marialva, descrevendo o cenário político do país. Ela era, a partir do dia 07 de setembro daquele ano, a intercessora da nação junto ao imperador. Algumas questões como o levantamento do número de escravos em posse dos senhores de engenho e das famílias mais abastadas, a falta de higiene das ruas da capital, a insalubridade das residências pobres do país e o risco de contágio causado por doenças infecciosas preocuparam a imperatriz, pois, para ela, conforme dito em diversas cartas, sua função na nova terra era civilizadora.

A correspondência da imperatriz Leopoldina, em seus últimos anos de vida, mostra uma mulher dividida entre as recordações do passado idealizado e a realidade atribulada do Brasil Império. Na semana em que proclamou o país independente, politicamente, Dom Pedro conheceu, na cidade de São Paulo, Domitila de Castro, amante pela qual apaixonou-se, profundamente. Leopoldina já convivia há um certo tempo com a infidelidade do esposo. Em diversas cartas destinadas à Maria Luísa ela escrevia que sofria com a solidão, falta de atenção e indiferença por parte do marido. A posição social de esposa, a correção moral e a dignidade permaneciam intactas na imperatriz, sendo suficientes para que ela superasse a difícil realidade conjugal.

A primeira imperatriz do Brasil orientava o esposo na vida pública, exercia funções diplomáticas com representantes de nações estrangeiras, falava diversos idiomas e era extremamente culta. Ela esteve grávida por nove vezes, sofreu com três abortos e a morte de uma criança. Essa realidade a deixou deprimida, envelhecida e fez, também, com que ela se tornasse pouco vaidosa. Nas correspondências destinadas à Europa ela explica que seu engajamento político representou sua emancipação, preparando-a para superar as bajulações, o tráfico de influências e as intimidações na corte.

Por volta do mês de setembro de 1824, a imperatriz Leopoldina ameaçou ir de volta à Áustria se Dom Pedro I não rompesse, definitivamente, com a amante Domitila. Frente a essa situação, o imperador, revoltado, condenou-a a viver quase que enclausurada, em uma espécie de prisão domiciliar. A amargura de Leopoldina é evidente ao analisarmos as cartas que ela escreve à irmã mais velha, nas quais a melancolia e o recolhimento preenchem um discurso frustrado e pessimista.

A leitura das correspondências da imperatriz é uma abertura para penetrar em sua intimidade, compreendendo, em seu discurso, o contexto sócio histórico que a envolvia. No artigo *O paradigma do dever em tempos de revolução: D. Leopoldina e “o sacrifício de ficar na América”*, a historiadora Andréa Slemian (2006, p. 111, grifos do autor) menciona que se tomássemos

D. Leopoldina apenas como *mulher*, poderíamos perder, à luz da História, a complexidade que envolveu sua função de *princesa*, a qual ela aprendeu e aceitou, numa sociedade que, ainda fundamentalmente regulada por ritos do Antigo Regime, definia muito bem os papéis dos homens, mesmo que as regras fossem rompidas em certos momentos no espaço íntimo. [...] Consciente, em todos os sentidos, do seu papel, essa mesma clareza a guiou ao atuar na cena pública do Rio de Janeiro, tomando posições pela defesa da “legitimidade monárquica”, mesmo quando tolerava uma certa dose de “liberalismo” em meio ao período revolucionário intensamente vivido nas duas primeiras décadas do século XIX no Rio de Janeiro, no novo continente e em todo o mundo ocidental. Para isso, era necessário “fazer o sacrifício de ficar na América” (a Luísa, 11.10.1826), função dotada de sacralidade ou, para sermos precisos, com sentido de “sacro-ofício”. (SLEMIAN, 2006, p. 111). (grifos do autor).

As cartas da imperatriz Leopoldina são documentos históricos, ultrapassando os antigos limites da epistolografia que vigoraram, por um longo período, os quais impunham sobre a carta a designação de texto exclusivamente literário, pouco profundo e artificial. A correspondência de Leopoldina, escrita para diferentes destinatários, é uma forma artística de trabalho com as palavras, permitindo à autora o autoconhecimento, através da experimentação da subjetividade externalizada. O gênero carta, sustentado pela energia criadora de seu autor, integra aspectos existenciais e ontológicos, possibilitando a transposição do eixo privado ao público, por meio da revelação do pensamento humano.

A produção textual da primeira imperatriz do Brasil se consolida como registro de transmissão. Ela extrapola o limiar de obediência à simples lógica do compartilhamento discursivo entre o locutor e o interlocutor, pois põe às claras a manifestação dos reflexos do pensamento humano, o qual ultrapassa o campo subjetivo devido ao fato de ser instável e imprevisível. Através de uma conduta testemunhal, as cartas leopoldinenses constroem a memória histórica do país, de sua autora e do próprio tempo, por meio da subjetividade inerente à escrita.

No próximo capítulo, traremos à tona reflexões teóricas acerca da escrita. E faremos isso sob a perspectiva de Émile Benveniste, linguista que admite que o ato de escrever aciona um sistema semiótico, estabelecendo uma relação semiológica com a

língua. Também, estudaremos o processo de escrita de cartas, a partir do olhar da enunciação escrita.

4 A ESCRITA SOB A PERSPECTIVA BENVENISTIANA

“A escrita no seu fazer inscreve o pensamento que não preexiste a essa inscrição, mas que justamente articula a escrita a fim de se tornar legível e transmissível”

Irène Fenoglio

As palavras da linguista francesa Irène Fenoglio, presentes na obra *Émile Benveniste: a gênese de um pensamento*, publicada pela editora UnB, no ano de 2019, suscitam questões relacionadas à escrita e a sua representatividade dentre os elementos que integram a língua e a linguagem. A relação entre o pensamento – faculdade distintiva humana – e a escrita, enquanto materialização do dizer, é um aspecto discutido há bastante tempo no universo acadêmico, mas que ainda não chegou a uma definição consensual, haja vista sua instabilidade e complexidade.

Este capítulo terá a escrita, sob a perspectiva de Benveniste, como fio condutor. Isso será feito pelas seguintes razões:

- a) Explicaremos que escrever é um processo que se desenvolve via enunciação escrita;
- b) Diante disso, ilustraremos o fato de que a personagem histórica que integra este trabalho, a imperatriz Leopoldina, escreve cartas a diversos interlocutores, estando eles em diferentes contextos espaço-temporais. Então, como interpretar as cartas leopoldinenses no âmbito da enunciação benvenistiana? Qual a natureza constitutiva desses textos? Eles são, em essência, enunciações escritas? Frente a tais questionamentos, é válido argumentarmos no sentido de respondê-los.

Inicialmente, é importante discutir sobre a escrita inerente à Teoria Enunciativa de Émile Benveniste. Os leitores mais atentos dos textos do linguista perceberão que a escrita – enquanto instituição linguística – assumiu uma posição de destaque após a publicação de *Últimas aulas*¹³ (2014). Benveniste, nessa obra, faz uma atualização explicativo-analítica sobre a escrita enquanto propriedade, ato e performance humana. A palavra é usada, na escrita, em oposição à oralidade, por exemplo, no universo de estudos

¹³ A obra *Últimas Aulas no Collège de France* sintetiza momentos de intensos estudos e atividade pedagógica de Émile Benveniste, postos em prática, em Paris, nos anos de 1968 e 1969. A compilação do que, naqueles encontros, foi ministrado por Benveniste, veio a público, na França, apenas em 2012 e, no Brasil, somente no ano de 2014. A obra *Últimas aulas* revela ao leitor a ambição benvenistiana de elaborar uma teoria não da enunciação, mas da linguagem, relacionando o homem, a língua e a sociedade.

relativo ao texto falado. A escrituralidade¹⁴ é estudada de maneira profunda e tem, como produto final, um escopo teórico homogêneo. Agora, o linguista se revela muito mais um professor do que um pesquisador.

As sete primeiras lições da obra acima referida, por exemplo, expõem um modelo de reflexão bastante próximo daquele desenvolvido no artigo *Semiologia da língua* (1969), componente da obra *Problemas de lingüística geral II* (2006). Para melhor definir a relação trina “língua, linguagem e escrita”, Benveniste revoga a ideia de a escrita ser um instrumento, pois ela é uma espécie de *modus operandi* que permite à língua um duplo exercício: interpretar-se e, como consequência disso, semiotizar-se.

O ato de escrever, na perspectiva benvenistiana, parte do pressuposto de que o usuário da língua, conscientemente, apropria-se de um sistema disponível, manifestando-o *com e pela* escrita. Isso configura o processo de semiotização delineado pela Teoria Enunciativa de Émile Benveniste, propriedade que possibilita ao locutor, e também à escrita que ele desenvolve, uma tomada de consciência linguístico-material do sistema comunicativo posto a sua disposição.

Mas, de que forma o que é escrito se relaciona, inseparavelmente, do homem?

Esse é um questionamento que faz emergir uma faceta antropológica da escrituralidade em Benveniste. O homem e a escrita (essa última interpretada como uma prática de materialização da linguagem) são elementos indissociáveis, pois através da articulação linguística eles se complementam. Tal fenomenologia foi muito bem explicada por Émile Benveniste no célebre artigo *Da subjetividade na linguagem* (1958), espaço no qual ele afirma que “Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a”. (BENVENISTE, 2005, p. 285). O homem e a linguagem estão, sempre, vinculados, na mesma proporção que se justapõem o falante, o produto resultante da mobilização prática da língua e a escrita por ele produzida.

A escrita, na perspectiva¹⁵ de estudos inerentes à Teoria Enunciativa benvenistiana, é compreendida e interpretada como fato que emana da língua. Ela é uma atividade linguístico-enunciativa que revela, no sentido de deixar transparecer, a língua e a constitui por completo. As diferentes formas de manifestação daquilo que é escrito pelo

¹⁴ O termo “escrituralidade” será utilizado neste trabalho como palavra que designa o processo de escrita global, amplo à medida que internaliza elementos como o sistema de comunicação verbal (a língua), a propriedade da linguagem e o sujeito que escreve.

¹⁵ Há de se destacar aqui que, no que tange à escrita, fizemos uma abordagem com duas perspectivas benvenistianas que se complementam: partimos da concepção, quanto a ela, delineada por Émile Benveniste, na obra *Últimas aulas no Collège de France (1968-1969)* (2014), para, em seguida, elucidar a visão de Benveniste acerca da escrita em sua Teoria Enunciativa.

locutor, devido ao pertencimento à língua, têm a capacidade de auto interpretação, semiotizando-se.

É importante destacar que a escrita em Benveniste tem natureza semiológica. Aquilo que é escrito, portanto, não se refere, necessariamente, à língua escrita. Na obra *Últimas aulas* (2014), a escrita é tratada como um problema intrínseco à linguagem, não subordinado à língua.

A perspectiva benvenistiana de estudos referentes àquilo que é escrito está apartada da observação reflexivo-analítica estritamente pontual, mas se debruça sobre a escrita sempre em relação de consonância e complementaridade com a língua, sem que essa última seja excluída, marginalizada. Podemos depreender, então, que Émile Benveniste não alimentava a preocupação de localizar a origem da escrita, mas sim de estudá-la através de uma visão que valorizava sua naturalidade e dinamismo inclusivo no que se referia às práticas linguísticas do homem.

A escrita dá forma à língua, enquanto prática de interação que possibilita viver? Certamente, pois ela é um sistema formalizador e autossemiotizante. Aquilo que é escrito sempre ganha forma na língua, devido à força que a materialidade escrita exerce sobre o linguístico. Intrínseca à perspectiva enunciativa de concepção da escrita, adotada por Émile Benveniste, está a relação existente entre a fala e a escrita, haja vista que tais faculdades humanas são, em essência, distintas, porém, dependentes, originadas do mesmo sistema de signos, em potencial, que é a língua. A capacidade de pensar sobre a própria língua se torna uma realidade pela existência da escrita. Ela é condição fundamental à manifestação da língua e daquilo que se pode entender como linguístico.

Em suas produções, especialmente em *Últimas aulas no Collège de France* (2014), Benveniste não simplifica a questão da escrita. Pelo contrário: ele funda um aparato metodológico que dá conta de tratar das questões referentes àquilo que se escreve, fundamentado em uma epistemologia que potencializa, e muito, o alcance de sua teoria.

A escrita faz transparecer toda a arquitetura organizacional que perpassa a língua, internamente. Assim, se compreendida como elemento social que interpreta todos os sistemas disponíveis, duas perspectivas dão conta de inter-relacionar língua e escrita, na perspectiva de estudos benvenistianos:

- 1ª) O interpretante de todos os sistemas de signos humanos é a língua. Inclusive, ela é capaz de auto interpretar-se;
- 2ª) A enunciação (especialmente a escrita) é o espaço de concretude da língua, permitindo a manifestação da sua dupla significância, através dos modos semiótico e semântico.

O que há na língua que se revela na sua transposição na escrita? Partindo do aspecto basilar de que a escrita traduz a língua, muitos elementos compõem a escrituralidade na perspectiva da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. Dentre tantos, podemos elencar alguns: a) a própria língua, b) a linguagem, c) o homem, d) a sociedade, e) o discurso, f) os enunciados, g) a materialidade textual, h) a subjetividade, i) os índices de ostensão e j) a identidade daquele que enuncia, dentre outros. Além disso, a língua se relaciona com ela mesma. Isso, por sua vez, se reflete na enunciação escrita, por ser a língua, o falante e a escrita elementos que se relacionam.

A escrita, sob a perspectiva benvenistiana, põe em evidência o homem e a enunciação que esse produz. Para Benveniste não interessou realizar um estudo historiográfico da escrita. A origem, o percurso diacrônico e as tipologias da escrita não foram priorizadas pelo autor, assumindo posição de destaque em seus estudos a essência da escrita, em conjunção à língua posta em funcionamento através da linguagem que constitui o locutor diante do mundo.

No âmbito dos estudos da Linguística, é difícil filiar-se a uma teoria sem conhecer, minimamente, os postulados de Ferdinand de Saussure. Muito se discute, no universo acadêmico, sobre a “ultrapassagem” de Benveniste em relação a Saussure. No que se refere à questão da escrita, Émile Benveniste discorda de Ferdinand de Saussure? Na perspectiva desse, a escrita é a fiel tradução da língua sob a forma escrita, hipótese que conduz à compreensão dessa relação sob um olhar parcial, incompleto diante dos demais conjuntos sógnicos postos à disposição do locutor na sociedade. A perspectiva de estudos benvenistianos, por sua vez, é inclusiva, pois admite que a língua é transposta para a escrita, estabelecendo uma relação de caráter complementar e não excludente.

Em se tratando de escrituralidade, qual a forma do próprio linguista manejar a escrita, na elaboração de seus textos? A partir do processo de estudo e análise dos manuscritos de Émile Benveniste, a pesquisadora da obra do autor, Irène Fenoglio (2019, p. 94), afirma que, por exemplo, nas notas

Benveniste pensa-escreve: ele cria, apresenta um “problema” e coloca suas observações e suas surpresas; não se trata de um esboço do pensamento, mas de uma *inscrição de pensamento*. No rascunho, ele formula, *discorre* sobre suas hipóteses e suas conclusões. Em outras palavras, nas notas, ele pensa e ruma para circunscrever seu objeto e encontrar a expressão de seus conceitos; no rascunho, ele tem como objetivo direto a escrita teórica que expõe seu objeto para os outros. Benveniste busca, então, a expressão mais apropriada em vista do leitor de seu artigo. No espaço-tempo das notas, ele *pensa*; no espaço-tempo do rascunho, ele *escreve* para a leitura dos outros e, por essa razão, é o rascunho que Benveniste *intitula e assina*. (FENOGLIO, 2019, p. 94). (grifos do autor).

A perspectiva de estudos benvenistianos é bastante ampla. Nela há espaço para elementos essenciais como a língua, a linguagem e a escrita. O pressuposto de que a relação entre língua e escrita é indissociável, à medida que a escrita dá forma à língua, abre espaço para o aparecimento do discurso, conceito fundamental à Teoria Enunciativa de Émile Benveniste.

A escrita é um instrumento que tem a capacidade de autossemiotizar-se. A relação “semiótico / semântico” traduz, perfeitamente, essa propriedade inerente à escrita. Se não bastasse isso, na estreita relação estabelecida entre a fala e a escrita, essa extrapola o nível textual e assume a função de discurso, haja vista que as manifestações discursivas são mais amplas que as textuais. Cria-se, desse modo, um ponto de contato entre reflexões (perspectivas) de duas naturezas complementares: a semiológica e a enunciativa.

A partir do momento em que aquilo que é escrito ultrapassa o limite do texto, adentrando no campo discursivo, tem-se duas possibilidades expressivas a serviço do sujeito: a escrita e a voz. A visualização do funcionamento do discurso só é possível pelo exercício da escrita, pois é ela que atribui características que remetem ao aspecto semiológico da língua. Há, então, um trinômio que, na Teoria Enunciativa benvenistiana, assume posição de destaque: “língua / escrita / discurso”.

A noção de escrita proposta por Benveniste deixa claro que a autossemiotização da língua somente é possível de ser vista através do exercício material da escrita. O discurso, nesse contexto, é o elemento que dá sustentação ao caráter semiológico da língua e, conseqüentemente, da linguagem. A aproximação entre “língua / escrita / discurso” é semiológica e cede espaço à interpretação¹⁶. Ainda distanciado dos estruturalistas de sua época, Émile Benveniste realiza – devido à perspectiva indutivista¹⁷

¹⁶ A fim de compreender o conceito de interpretação, é preciso direcionar-se ao artigo de Émile Benveniste (2006, p. 54-55), intitulado *Semiologia da língua*, componente da obra *Problemas de lingüística geral II*, observando o que é dito pelo autor: “A relação semiótica entre sistemas enunciar-se-á então como uma relação entre SISTEMA INTERPRETANTE e SISTEMA INTERPRETADO. É aquela que colocaremos, em grande escala, entre os signos da língua e os da sociedade: os signos da sociedade podem ser integralmente interpretados pelos signos da língua, jamais o inverso. A língua será então o interpretante da sociedade.” (grifos do autor).

¹⁷ O método indutivo é o responsável pela generalização, pois parte do particular para uma questão mais ampla, geral. Freitas e Prodanov (2013, p. 28-29), em sua obra *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*, explicam que “No raciocínio indutivo, a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à elaboração de generalizações. Entre as críticas ao método indutivo, a mais contundente é aquela que questiona a passagem (generalização) do que é constatado em alguns casos (particular) para todos os casos semelhantes (geral). Nesse método, partimos da observação de fatos ou fenômenos cujas causas desejamos conhecer.”.

de observação dos fenômenos inerentes à língua e à linguagem – uma modificação em termos de percurso teórico, voltando-se à fenomenologia da linguagem.

Já está posto, no campo de estudos da Linguística, o fato de que a língua é a instituição que interpreta os sistemas de signos, em sua totalidade. Interpretando, inclusive, a si mesma, ela encontra na escrita a força expressiva necessária para desempenhar tal tarefa. A escrita, a partir dos princípios benvenistianos, é um ato.

Aquilo que é registrado, através da escrita, requer uma operação mnemônica. A linguagem interior concede ao homem a oportunidade de escrever, exteriorizando a subjetividade. (BENVENISTE, 2014, p. 130). A enunciação, unindo esses dois modos de olhar para a escrita e a linguagem, é o espaço de circulação da produção de mensagens que revelam o locutor e sua intencionalidade. Aqui é perceptível mais um avanço de Benveniste em relação a Saussure, pois aquele dá à língua, refletida na escrita, o *status* de produção. E, para que tal concepção teórico-linguística seja possível, é necessário ir bem mais além da noção de signo, haja vista que essa ultrapassagem integra a ordem do discurso.

A escrita, de acordo com a Teoria Enunciativa de Émile Benveniste, não é uma simples e reducionista representação fiel da fala. No escopo da semiologia proposta por Benveniste, a escrita é a aplicação do sistema que permite transmutar a língua em discurso e, como consequência direta disso, em enunciação. A projeção do sistema linguístico sobre ele mesmo (a autossemiotização) é condição primeira para a instauração da escrita.

No próximo espaço deste trabalho discutiremos, com maior detalhamento, a manifestação do processo de escrita via enunciação escrita. Porém, convém destacar aqui um aspecto, no mínimo, interessante. Benveniste, antes de ministrar o curso sobre a escrita, no ano de 1969, já fazia apontamentos sobre ela, através, principalmente, de resenhas.

A fim de sintetizar algumas das reflexões realizadas até aqui, apresentaremos um quadro-resumitivo¹⁸ que tornará ainda mais clara a noção em torno de conceitos enunciativos benvenistianos.

Os Princípios de Émile Benveniste Atrelados à Escrita

¹⁸ O quadro-resumitivo que aqui apresentamos é de nossa autoria. Os conceitos que integram-no foram formulados a partir da nossa compreensão dos postulados teóricos de Émile Benveniste, integrantes das obras *Problemas de lingüística geral I* (2005), *Problemas de lingüística geral II* (2006) e *Últimas aulas no Collège de France* (2014).

Língua	É o sistema codificado, inerente ao homem, que dá forma a todas as demais manifestações comunicativas que possibilitam a interação.
Linguagem	A iniciativa espontânea de mobilização da língua ocorre por meio do exercício da linguagem. Essa é a tradução prática do sistema linguístico humano.
Locutor	Aquele que, ao enunciar, se apropria do aparelho formal da língua, externalizando sua subjetividade. Em torno dele é que se instaura a relação de dependência “locutor / interlocutor”.
Fala	O mecanismo distintivo que separa o sujeito dos demais seres. Ela não é, porém, o retrato fiel da língua, haja vista que está suscetível à exterioridade, sendo influenciada por fatores independentes em relação à língua.
Escrita	<p>a) Prática social inerente ao homem;</p> <p>b) Transposição do pensamento, enquanto exercício racional mnemônico;</p> <p>c) Não representa, fielmente, a fala, pois são instituições linguísticas que, apesar de traços em comum, têm modos operatórios diferentes. A escrita, portanto, não traduz a fala;</p> <p>d) Enquanto forma particular de enunciação, ela autossemiotiza a língua, fato que viabiliza o adentramento no âmbito do discurso;</p> <p>e) Manifestação da subjetividade daquele que enuncia, renovando-se a cada novo ato de utilização. A escrita é uma das formas mais nítidas de percepção da relação existente entre o “eu” (locutor) em face do “tu” (interlocutor).</p>

A escrita é o elemento-chave do processo de autossemiotização da língua. (BENVENISTE, 2006, p. 61). Dessa ao seu pleno exercício através da linguagem humana e da fala a sua manifestação, parcialmente, refletida na escrita, há um percurso diacrônico que culmina na predominância da escrita diante das demais instituições linguísticas. Isso se deve ao fato de que a escrita mostra, conforme revelou Benveniste, a capacidade que a língua tem de interpretar sistemas e, acima de tudo, de auto interpretar-se.

Com base nisso, na sequência, a manifestação do processo de escrita, via enunciação escrita, será o aspecto teórico central de nossa discussão. No instante em que escreve, o locutor se utiliza de métodos particulares, fato que singulariza os enunciados. Isso deve, portanto, ser estudado, detalhadamente.

4.1 A MANIFESTAÇÃO DO PROCESSO DE ESCRITA VIA ENUNCIÇÃO ESCRITA

Esse espaço de reflexão adota como ponto de partida a escrita interpretada como um processo. Sabemos que, no âmbito da língua, é a linguagem que, ao ser acionada pelo locutor, torna o sistema linguístico não mais uma possibilidade, mas uma realidade intrínseca à sociedade. A fala, por sua vez, é uma faculdade inata ao homem, pois em um dado momento ele pronuncia, fonicamente, palavras, devido ao fato que esse exercício faz parte da natureza humana. E quanto à escrita? Qual o lugar que ela assume frente a tal contexto?

A Teoria Enunciativa de Émile Benveniste, a partir da década de 60, dedica especial atenção à escrita e aos seus modos de funcionamento. A constituição corporal do homem é favorável à consolidação da escrituralidade. A mão é o instrumento anatômico que converte o pensamento em signos linguísticos. Essas microestruturas simbólicas ganham forma material através da escrita. A relação “mão / pensamento / fala / escrita” sustenta a condição de existência de tudo aquilo que se escreve. Na espécie humana, a voz é um sistema primário e a escrita é um sistema secundário. Ao escrever, o locutor registra, graficamente, letras, palavras e enunciados que são captados pela visão, a qual emite ao cérebro imagens que, por ele, são reconhecidas, compreendidas e, por último, interpretadas. O circuito constituinte da escrita é complexo, pois cada um dos elementos envolvidos, individualmente, desempenham uma tarefa essencial. Em parceria, funcionando sincronizadamente, a escrituralidade passa de pretensão à ação. (BENVENISTE, 2014, p. 179).

Dito isso, é preciso definir, com clareza, o que é a enunciação para Benveniste. Em *Dicionário de linguística da enunciação* (2019, p. 102), Valdir do Nascimento Flores dá a seguinte explicação: “A noção de enunciação, entendida como uso da língua, pressupõe um quadro enunciativo, que se configura por sujeitos – o par *eu-tu* –, ou seja, a noção de pessoa – e situação – o espaço e o tempo.” (grifos do autor). Nessa perspectiva, os envolvidos no processo de enunciação, através de um ato de tomada da palavra, se inserem, por completo, na língua. Tal apropriação ocorre a partir das escolhas feitas pelo locutor quanto aos signos linguísticos disponíveis ao uso. Em seguida, o homem, na escrita, em relação ao interlocutor, projeta-se no discurso, subjetivando-se, considerando o contexto que o envolve.

Na língua, as palavras estabelecem inter-relações (a sintagmatização). Elas permitem que os enunciados sejam compartilhados e interpretados pelos participantes envolvidos na interação. A materialização do que se enuncia, independentemente da maneira como isso se dá, é condição fundamental para que a Teoria da Enunciação realize

seus estudos. Então, o conceito de enunciação, sob a ótica benvenistiana, não é único, adaptando-se às diferentes temáticas que perpassam toda a obra do autor. Podemos ver essa diversidade epistemológica através das reflexões de Flores (2019, p. 102):

- a) No tocante à língua, a enunciação é uma realização de ordem vocal;
- b) O fenômeno enunciativo ocorre no momento em que a língua é convertida, compondo o discurso;
- c) Enunciar é, partindo do quadro formal da língua, realizar tal sistema, individualmente;
- d) O enunciado tem caráter estável e permanente. Ao produzi-lo, o locutor justifica, referencia e se posiciona diante do interlocutor;
- e) As enunciações são, ao mesmo tempo, reflexos de um processo que prioriza os sentidos da língua e, também, os atos discursivos.

Ao longo de quarenta anos, Benveniste construiu seus textos. Neles, o termo “enunciação” nunca constituiu um conceito acabado, totalmente definido. Essa nomenclatura é plural, impossível de ser compreendida como homogênea, pois a própria forma de elaboração da teoria do autor é atemporal, pautada na não-linearidade cronológica. Anteriormente às pesquisas benvenistianas, alguns fenômenos da língua eram pouco abordados. Depois delas, as Ciências da Linguagem assumiram uma dimensão mais antropológica e estruturalista, essa última advinda de Ferdinand de Saussure. A inserção de elementos relacionados ao locutor e, também, ao interlocutor, como a subjetividade e a intersubjetividade, atribuiu à Linguística contemporânea uma nova forma de entender tanto a língua quanto a linguagem e o homem. Há, na teoria da linguagem desenvolvida por Benveniste, a articulação enunciativa entre a estrutura do sistema linguístico e o falante.

Isso posto, em que consiste a enunciação escrita?

Se, conforme sabemos, a língua é um sistema estruturalmente organizado de signos, e esses são unidades semióticas, a fala é o espaço em que esses elementos se manifestam. E qual o campo de atuação da fala? Sem dúvidas, a escrita, pois ela é um prolongamento daquilo que é dito, fonicamente, através da exteriorização do pensamento, via subjetividade. A enunciação escrita é, definitivamente, a prática de escrever textos, subjetivando-se. Ela é o modo possível de transformar aquilo que é da ordem do semiótico em semântico, como revelam as cartas compostas pela imperatriz Leopoldina – em diferentes espaços e contextos temporais – destinadas a diversos interlocutores.

A enunciação escrita necessita do nível da sintagmatização, próprio do signo. Isso ocorre por meio da autossemiotização da língua, processo que adentra a dimensão do

discurso. A partir de uma referência, o enunciado escrito engloba, além da materialidade textual, também o locutor e o interlocutor, em situação de interlocução. Esses interactantes desempenham duas formas, complementares, de enunciar, referindo e co-referindo. Através delas, atribui-se sentido às palavras, condição determinante à construção enunciativa. Na escrita, o homem relaciona-se com a língua pela linguagem, a qual se revela, textualmente, a partir do funcionamento de diferentes modos linguísticos de enunciação. Ao enunciar, opera-se a transformação do conteúdo linguístico em componente discursivo. Aquilo que é graficamente registrado, através da enunciação escrita, coloca a língua e o homem no espaço do discurso. Essa perspectiva semântico-enunciativa põe o nível linguístico e o antropológico em conjunção, sendo a escrita o agente motivador de tal processo.

A enunciação é o resultado da apropriação do sistema da língua pelo locutor. (BENVENISTE, 2006, p. 84). Ao mobilizar o aparelho formal, aquele que enuncia interpela o outro, instaurando a alocação. A enunciação escrita exemplifica esse fenômeno, pois ela é uma prática subjetiva em que o “eu” age frente ao “tu”, materializando-se e inserindo o interlocutor no discurso. A inserção do locutor e do outro na interioridade da relação de trocas enunciativas permite que cada instância discursiva atue como elemento de referência interna na comunicação. A enunciação, na modalidade escrita, é uma prática intralinguística, voltada à materialidade daquilo que é enunciado. Os fatores extralinguísticos como as condições de produção, o espaço e o tempo atuam sobre ela, mas é a organização interna, altamente referencial, que a determina.

O fato de que cada enunciado é um ponto de referência em relação aos demais colabora com o funcionamento da enunciação escrita, pois o ato de escrever pressupõe um alto grau de abstração. Isso ocorre devido ao fato que a escrita está articulada à linguagem interior e, também, ao pensamento, o que gera certa independência em relação ao entorno contextual. A perspectiva benvenistiana de estudos acerca da escrita deixa claro que, no instante da enunciação gráfica, o locutor se baseia no que a língua o oferece. Mas, o linguístico e o escrito, apesar das semelhanças, não são idênticos. A enunciação escrita ultrapassa os limites da língua (o sistema material), pois ela é o produto do processo de autosemiotização, no qual conjugam-se o sentido e a forma. A fala e a escrita são unidades paralelas, haja vista que a segunda é o prolongamento da primeira. A enunciação de caráter escrito não desconsidera nenhuma dessas postulações, utilizando a escrita alfabética – os códigos da língua – como forma de atribuir teor semiológico ao semiótico.

O caráter antropológico da linguagem é inerente à enunciação escrita. O homem, ao inserir-se de forma subjetiva no discurso, suscita o campo da memória como forma de tornar visível a linguagem interiorizada. Escrever é uma prática intersubjetiva. O “eu” autor se manifesta em função do “tu” leitor, fato que possibilita ao locutor ver sua subjetividade materializada, graficamente. A subjetividade na enunciação é determinante à escrita, pois o ato de escrever é uma relação de trocas entre o locutor e o interlocutor. A enunciação escrita é uma experiência que singulariza o homem. É através da escrita que a língua assume a condição de discurso. Os enunciados, ao serem escritos, se constituem como uma nova maneira de ser língua, pois carregam, internamente, alta significação, devido à condição de que são estruturas autossemiotizadas. (BENVENISTE, 2006, p. 82).

A enunciação escrita, paralela à fala, se manifesta de diferentes modos. Ela é, primeiramente, um conjunto sistemático de representações: fonéticas, silábicas e alfabéticas, dentre outras. Também, ela se revela como uma extensão da língua falada, pontuada por marcas específicas no que tange a sua constituição. E mais: se, anteriormente, aos estudos realizados por Émile Benveniste, a escrita era compreendida apenas como sistema semiótico, hoje, ela é vista como uma organização semiológica, plena de significações. A escrita é a instituição que melhor comprova a tese benvenistiana de que a língua realiza a interpretação dela mesma. (BENVENISTE, 2006, p. 61). Ao escrever, faz-se a interpretância de todo um sistema interligado, colaborativo às práticas de enunciação.

O ato de escrever é um exercício que envolve diferentes relações feitas pela língua com outros sistemas. Por meio da escrituralidade, a esfera de abrangência linguística se amplia, pois uma dada língua, na escrita, se relaciona com ela mesma, com outros textos, com o homem e, conseqüentemente, com a sociedade. Escrever permite categorizar, compreender e interpretar. Logo, há, na interioridade do que se escreve, um interpretante e um interpretado, dualidade que atribui à enunciação escrita larga amplitude dimensional no que se refere ao seu poder de influência e alcance social.

A interpretância da língua sobre si, origina um sistema quase idêntico a ela, a escrita. (BENVENISTE, 2006, p. 62). O instante no qual o sujeito escreve instaura, além da continuidade da língua falada, a forma secundária do discurso. A enunciação escrita atende, então, a dois domínios: o do signo e o discursivo. Ela é tanto uma problematização da língua quanto da linguagem.

Em todas as enunciações escritas, há significação. O significado é inerente à língua. Como consequência disso, cada uma das microunidades linguísticas carrega,

internamente, significações, configurando-se como estruturas significantes. Todo o sistema da língua, de diferentes formas, significa. A escrita, com base nisso, atribui significado ao linguístico, ao pensamento, ao homem e à sociedade. Não há língua apartada do sentido e, tampouco, sentido separado da língua. Partindo do pressuposto que a enunciação escrita reflete todo o funcionamento da instituição linguística, podemos afirmar que não há nenhum texto escrito que não seja informado de sentido.

Ao pensarmos em enunciação escrita, com base na Teoria Enunciativa de Benveniste, não podemos ignorar o fato que ela é uma atividade de produção. (BENVENISTE, 2006, p. 61). Elementos como os modos verbais, os tempos e os casos, além da pessoa e do espaço, são necessários para que a língua tome a forma de discurso e esse torne-se enunciação, também, via escrita. O enunciado, quando é escrito, estabelece relações, as quais o distinguem e o opõe frente às demais enunciações. Tanto as distinções quanto as oposições são indispensáveis à construção da enunciação. Então, o sentido do enunciado escrito está atrelado à situação comunicativa a qual ele se refere. O contexto enunciativo influencia no conteúdo semântico da enunciação escrita, adequando-a às necessidades do locutor em face do interlocutor.

A enunciação escrita é uma descrição linguística, pois ela age como um espaço onde ocorre o emprego de formas da língua. (BENVENISTE, 2006, p. 65). O sistema gráfico que o locutor materializa ao escrever está pautado, inicialmente, na organização sintática. É ela que organiza, estruturalmente, o discurso, no eixo paradigmático, local em que é feita a seleção dos termos disponíveis ao uso, na interação. Contudo, é importante destacar que as formas não traduzem, em sua totalidade, a língua. O campo linguístico é preenchido tanto pela forma quanto pelo sentido. A matéria semântica se sobressai nessa relação, haja vista que o princípio da interpretância prevalece, na enunciação, sobre o aspecto formal, pois aquele é o responsável pela produção dos sentidos que, internamente, sustentam toda a organização textual.

A necessidade de escrever faz com que o locutor acione a organização formal e semântica da língua, de modo simultâneo. O homem dispõe de elementos que o permitem se inserir no discurso, exteriorizando sua subjetividade. Sabemos, porém, que a escrita é a continuidade da fala. A enunciação é, nessa perspectiva, um ato, através do qual se produz enunciados. Ela *não* é o componente textual do que foi enunciado. O registro gráfico daquilo que se enuncia é interno ao dizer. Ele é o que se denomina enunciação escrita.

A língua é uma instituição que se atualiza na enunciação. (FLORES, 2013, p. 170). As estruturas linguísticas organizam-se, de diferentes maneiras, mobilizando a produção dos sentidos. A escrita, quando é enunciada, age como ato discursivo de caracterização do locutor, como caminho possível à materialização enunciativa e, também, como instrumento que coloca em sincronia o homem e o discurso. O locutor é a figura principal de todo esse processo, pois é ele que utiliza o sistema que compõe a língua. Manejando-o, o locutor eleva o linguístico à condição de discurso. A enunciação escrita é uma, dentre tantas outras, instâncias discursivas. Quando o texto é escrito, quem o escreve apropria-se, primeiro, do nível formal da língua, utilizando-se de microunidades sistemáticas. Em seguida, esses índices específicos se convertem em enunciados, de número indefinido, transpondo-se, via semiótica, para a esfera discursiva. A escrita é o produto final dessa cadeia enunciativa articulada. Ela é o elemento que preenche – por meio das trocas subjetivas e intersubjetivas – o discurso, definindo o universo funcional da enunciação.

É importante destacar que a enunciação, e em especial a de caráter escrito, é um processo amplo, que engloba toda a língua. A unidade do sistema linguístico contém o homem e a sociedade; o ato enunciativo abrange a língua e a linguagem. Toda a enunciação escrita justapõe as formas e os sentidos em um espaço de revelação subjetiva do locutor. Cada enunciado formulado graficamente é condutor de uma carga semântica ao fragmento textual subsequente. Tal encadeamento, onde prevalece os sentidos, é contribuinte à construção da semântica da enunciação. Em essência, a escrita não é um exercício reducionista. Ao contrário disso, ela alarga os limites de abrangência da língua, à medida que passa por todos os seus níveis.

O locutor, ao escrever, instaura o outro em seu discurso. A enunciação é uma alocação e a escrita também é. O ato de produção do enunciado escrito é uma relação entre “eu / tu”, prática de interação em que o locutor se pronuncia frente ao interlocutor. A língua e a escrita são entidades significativas, isoladamente. Todavia, sua representatividade é maior quando elas estabelecem relações com a esfera social. O mundo é o eixo referencial de toda a comunicação humana. A enunciação escrita é um campo de referências que une, pela força expressiva da subjetividade do locutor, o homem e a sociedade.

Enunciar é dizer (BENVENISTE, 2014, p. 181), e isso demanda a mobilização de uma estrutura altamente organizada, em que cada elemento, em sua forma individual de manifestação, contribui com a totalidade funcional do processo. Sinteticamente – a partir

das formulações teóricas da Teoria Enunciativa de Émile Benveniste – podemos descrever o percurso de construção da enunciação escrita do seguinte modo:

- a) Mobilização de um sistema integrado de estruturas linguísticas (os signos) que funcionam de forma isolada e, também, conectadas;
- b) Formulação, através da conjunção sógnica, de fragmentos textuais inter-relacionados;
- c) Instauração do discurso como nova possibilidade de comunicação;
- d) Formalização da enunciação, enquanto prática da relação de trocas entre o “eu” e o “tu”. Nela há a materialização tanto do locutor quanto do interlocutor, por meio das propriedades de subjetividade e intersubjetividade;
- e) Manifestação da enunciação escrita, propriedade que se concretiza na materialidade daquilo que se escreve, determinada por fatores como, por exemplo, o pensamento, o homem, o espaço, o tempo e o contexto de realização dos enunciados.

Deparamo-nos, aqui, com uma questão central: todo o enunciado escrito é simbolizante (BENVENISTE, 2014, p. 182), assim como a língua que o contém, pois ele torna materiais as intenções do locutor. A essência simbólica, via enunciação escrita, é transposta do eixo da virtualidade para o da realidade. Não há sociedade sem que haja uma determinada língua, a linguagem e a escrita. Elas são práticas sociais fundamentais ao homem, caracterizam-no, ao passo que o distinguem dos demais seres. Há, na escrita, uma dupla face: a) o linguístico no homem e b) o homem no linguístico. Em todas as ações humanas, tem-se a presença do que concerne à língua. Os enunciados escritos são traços visíveis e interpretáveis da discursividade na enunciação, pois eles personificam o código linguístico, inerente ao discurso e àquilo que se enuncia.

A escrita é uma atividade que oscila na interioridade do binômio “contenção / expansão”. Ela é contida quando percorre e preenche o interior da materialidade textual, delimitada por contornos bem definidos. Já a sua amplitude se deve ao fato dela se diluir na esfera do discurso e da enunciação, espaço cujos limites são amplos, adaptáveis à exterioridade. Na enunciação escrita há uma realidade dialogal (FLORES, 2013, p. 169), onde o homem projeta-se, subjetivamente, no enunciado e as enunciações se tornam visíveis ao mundo, significando, através da materialidade textual.

Muitas são as peculiaridades da escrita e de sua enunciação. Escrever é um ato que demanda o acionamento de uma estrutura engendrada complexa, semiotizada, discursiva e subjetiva. Acerca disso, Flores (2013, p. 174-175) faz um questionamento fundamental, respondendo-o, reflexivamente:

Qual a especificidade da enunciação escrita? Como essa especificidade pode ser tomada no quadro formal esboçado por Benveniste? A escrita, entendida como uma das *formas complexas do discurso*, tem um estatuto próprio na enunciação: o quadro formal de realização da escrita – o ato, a situação, os instrumentos – é-lhe muito específico. O ato da escrita supõe locutor e alocutário, mas de estatuto diferenciado ao dessas figuras na enunciação falada. Na escrita, locutor e alocutário são autor e leitor. A situação de realização da escrita também é muito diferenciada se a compararmos com a enunciação falada. E essa diferença deve-se à temporalidade que a caracteriza: a enunciação falada desfruta de uma simultaneidade temporal estranha à enunciação escrita. O tempo de realização da escrita supõe o tempo da leitura. (FLORES, 2013, p. 174-175). (grifos do autor).

A citação, mesmo que seja longa, é necessária, pois é esclarecedora ao entendimento do que Benveniste denominou como enunciação escrita. O quadro figurativo da enunciação é composto por dois indivíduos que estabelecem uma relação de trocas, de dependência. O “eu” que escreve interage, através da escrita, com o “tu”. Essa parceria, ao mesmo tempo, subjetiva e intersubjetiva, coloca o locutor e o interlocutor na condição de protagonistas, utilizando-se do diálogo como ferramenta de construção da enunciação.

A enunciação escrita, na perspectiva da Teoria da Enunciação benvenistiana, é inerente ao sistema da língua e, ao mesmo tempo, integra o campo de atuação do discurso. Enquanto ato, escrever demanda colocar em prática mecanismos linguísticos, os quais são manejados por instrumentos específicos e acessórios, próprios do aparelho formal tanto da língua quanto da enunciação. Enunciar, de modo escrito, é subjetivar-se, exteriorizando o pensamento. A escrita, em consonância à enunciação, permite ao homem colocar-se no mundo, atuando como ser autônomo quanto ao seu dizer.

No próximo capítulo, intitulado *Através do diálogo, a instauração de mecanismos enunciativos na correspondência leopoldinense*, faremos a reflexão acerca da fenomenologia do encurtamento espaço-temporal que ocorre nas cartas da imperatriz Leopoldina. Demonstraremos que tal fenômeno enunciativo acontece devido à ação de dois agentes: 1º a correlação entre o “eu” e o “tu”, em face do “ele” e 2º o “aqui / agora”. Isso é o que causa a aproximação entre Leopoldina e a corte dos Habsburgo-Lorena.

5 ATRAVÉS DO DIÁLOGO, A INSTAURAÇÃO DE MECANISMOS ENUNCIATIVOS NA CORRESPONDÊNCIA LEOPOLDINENSE

“Diálogo e enunciação estão, nessa perspectiva, sempre juntos”
Valdir do Nascimento Flores

A partir do percurso realizado até aqui, é importante centralizar a discussão em um aspecto teórico chave à elaboração deste trabalho: o diálogo. Nesse sentido, uma parte deste capítulo tem como objetivo principal refletir acerca do diálogo, no âmbito da enunciação, pois foi através dele que a imperatriz Leopoldina interagiu com diferentes interlocutores, em suas mais de oitocentas cartas escritas em diferentes épocas e lugares. Nesta etapa do nosso estudo, mostraremos que o encurtamento espaço-temporal ocorre por meio de dois caminhos que se relacionam: 1º na relação entre o “eu” e o “tu”, em face do “ele” e 2º na conjunção entre o espaço e o tempo, representada pela correspondência “aqui / agora”.

O que se pode dizer, inicialmente, que é o diálogo? Seja no campo linguístico e cultural seja na convivência cotidiana, definir tal conceito é uma tarefa de alta complexidade, devido à amplitude conceitual que ele alcança, manifestando-se em diferentes áreas do conhecimento. A Literatura e a Filosofia, por exemplo, não abordaram esse elemento, etimologicamente, no singular, tratando-o, de início, como “diálogos” (MARTINS, 1987, p. 14). Isso ocorreu devido ao fato de os estudiosos não quererem defini-lo de modo inflexível, dando espaço à observação da sua pluralidade. Enquanto linguistas, sabemos que o diálogo é o recurso que permite a interação – falada ou escrita – entre os homens, condição que torna possível a vida em sociedade.

A noção geral de troca linguística serve como ponto de partida para compreender o que seja o diálogo. Ocorrendo no seio social, ele é inerente à língua, à medida que se utiliza desse sistema de relações e combinações para se concretizar, ao passo que depende, também, da linguagem, constituindo-se paralelamente ao seu funcionamento. O diálogo, então, é o exercício, falado ou escrito, capaz de garantir a comunicação com eficiência. Essa, graças a ele, se torna harmônica e cumpridora de suas reais intenções na interioridade dialógica¹⁹, sustentando ou reestabelecendo as relações linguísticas interpessoais.

É possível, com base nisso, atribuir ao diálogo a capacidade de se manifestar tanto em uma conversa informal cotidiana quanto em situações de maior complexidade e formalidade, como na relação construída entre o locutor e o interlocutor na escrita de cartas, conforme procedeu Leopoldina.

¹⁹ Mesmo que gere a repetitividade, ao longo deste trabalho os termos “dialógica”, “dialógico”, “dialógicas”, “dialógicos”, “dialogicidade” e “dialogismo” serão substituídos apenas por “diálogo”. É fundamental destacar que, se fizéssemos uso de sinônimos como esses, estaríamos nos referindo, especificamente, ao conceito de diálogo construído por Mikhail Bakhtin, perspectiva teórica que não nos interessa aqui abordar.

De forma episódica ou com certa frequência, o diálogo se desdobra no tempo, atuando como fator necessário para que todo o esquema estrutural interno da comunicação se torne visível. Nas correspondências redigidas pela imperatriz Leopoldina, por exemplo, os enunciados, dotados de intenções e significações, chegaram ao destinatário via enunciação escrita, respeitando a unidirecionalidade (MARTINS, 1987, p. 17) processual “autor / leitor”. A natureza do diálogo, manifestada, especialmente, na relação existente entre o locutor e o interlocutor, mobiliza a reciprocidade enunciativa, pois há nela espaço suficiente para a projeção ativa dos interlocutores.

O diálogo não se constitui como uma simples transmissão de mensagens, preenchidas por conteúdos. Determinadas pela condição de reciprocidade, as práticas linguísticas que envolvem o diálogo assumem caráter enunciativo-antropológico, pois o locutor que enuncia, em face do interlocutor, o faz conscientemente, em uma atividade, também, de autoreconhecimento (MARTINS, 1987, p. 17). Aquele que dialoga nas cartas, por meio da enunciação, reconhece, primeiramente, a si próprio e, intersubjetivamente, oportuniza o reconhecimento do outro.

Devemos, nesse sentido, compreender o diálogo como uma atividade enunciativa que se desenvolve, sempre, do “eu” em relação ao “tu”. O diálogo tem como condição primeira para a sua existência a noção de intersubjetividade (BENVENISTE, 2005, p. 293). A comunicação é um princípio fundamental à existência do homem. Isso fica claro ao percebermos que a imperatriz Leopoldina, em sua *práxis* escrita, enunciou, graficamente, em função de seus interlocutores. À medida que se manifestou, ela significou, no âmbito do diálogo, para o outro, ao mesmo tempo que o interlocutor assumiu uma significação por parte de Leopoldina.

Ao dialogar, abandona-se o eixo da singularidade e adentra-se no campo das relações linguísticas. Em sua obra intitulada *Enunciação e Diálogo*²⁰, Eleni Jacques Martins (1987, p. 18, grifo da autora), chama a atenção para o fato que “a intersubjetividade precede logicamente a subjetividade: é no reconhecimento do outro diferente do **eu**, mas que o reflete, que os indivíduos se constituem em sujeitos. A constituição do sujeito se realiza, portanto, num jogo de reflexividade comunicativa.”. O

²⁰ A obra *Enunciação e Diálogo* consiste na tese apresentada pela docente e linguista-pesquisadora brasileira Eleni Jacques Martins ao Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências. O trabalho foi publicado em novembro de 1987, sob a orientação do professor Doutor Eduardo Guimarães.

fato de enunciar e, conseqüentemente, de dialogar, nos tira da condição particular e nos coloca no campo da coletividade, em situação de dependência positiva do outro, instaurando a sensação de diminuição das distâncias espaço-temporais.

A escrita de cartas demanda um exercício mnemônico particularizado – devido à exteriorização da subjetividade do locutor – o qual é construído a partir da intersubjetividade que o “eu” estabelece em relação ao “tu”. A língua semiotizada dá espaço à livre manifestação do pensamento. Esse é fielmente transposto em palavras através da memória, haja vista que a consciência existe e se desenvolve no diálogo (MARTINS, 1987, p. 20). O conteúdo subjetivo que aquele que enuncia carrega consigo, internamente, é, sempre, da ordem do diálogo pois, mesmo quando ainda não tenha sido externalizado, ele já integra o nível discursivo.

Os interlocutores com os quais a imperatriz Leopoldina se comunicou em suas correspondências ora responderam ora não se manifestaram em face dela. Isso talvez se deva a um importante princípio inerente ao diálogo, o de compreensão (MARTINS, 1987, p. 22), no qual a intersubjetividade e, até mesmo, a intertextualidade são determinantes à efetividade do diálogo. O ato de dialogar, efetuado pela correspondência leopoldinense, nos permite notar que é nas relações de troca escritas, por exemplo, que a enunciação se sustenta.

O diálogo é uma atividade bidirecional (ocorrendo do “eu” ao “tu” e do “tu” ao “eu”), a qual respeita a natureza individual, elevando-a, no entanto, através da conjunção interpessoal, ao nível da pluralidade constitutiva das trocas humanas. Aquele que enuncia assim o faz sempre considerando a presença do outro. Contudo, nesse processo, ao enunciar, o homem, subjetivamente, responde por si mesmo, cabendo ao interlocutor compreender, interpretar e se posicionar, via intersubjetividade, construindo uma prática comunicativa calcada nos princípios fundamentais que regem o macrouniverso do diálogo.

Enunciativamente, grosso modo, as relações que se estabelecem entre o autor e o leitor de cartas são, sem dúvidas, sempre intersubjetivas. Através delas, cada participante formula uma impressão particularizada sobre si e, também, acerca da realidade comunicacional. Nessa dualidade “eu / tu” se consolida o diálogo, o qual vai sendo formulado, pouco a pouco, por meio da harmonia que ocorre entre a interioridade e a exterioridade subjetiva. Os enunciados que comungam entre si ou aqueles que se contrapõem concretizam-se *na e pela* linguagem, enquanto componentes ativos da língua e do diálogo.

A enunciação mobiliza a passagem da língua, por meio do exercício da linguagem, de virtualidade à realidade. Ao dialogar, o falante ou o escritor apropria-se das estruturas linguísticas formais disponíveis no sistema de comunicação e projeta-se como protagonista no discurso, localizando-se tanto em um período temporal quanto em um contexto espacial. O ato de enunciar – em uma carta – é interativo, logo, se constitui como diálogo. A constante correspondência que Leopoldina estabeleceu com familiares e amigos, na Europa, na travessia marítima à América e já no Brasil, é uma realidade concreta que pode ser interpretada como acontecimento histórico e intersubjetivo. O diálogo da imperatriz com diferentes interlocutores revela o caráter altamente social da linguagem, pois ele estabelece relações aproximativas entre o “eu” e o “tu”, em muitas situações, em face do “ele”.

Há, nesse sentido, uma dualidade fundamental a ser destacada: a interioridade *versus* a exterioridade. A existência do propósito interior do locutor é condição *sine qua non* à veiculação do diálogo. Esse é organizado através da correlação entre mecanismos internos como o entrelaçamento “sintagma / paradigma” que, ao atuarem no seio social, o constituem como expressão. Assim, aquele que dialoga é definido, subjetivamente, à medida que se expõe, de modo intersubjetivo. A enunciação, fomentada pelo diálogo, manifesta-se, então, como atividade altamente inclusiva.

O homem se constitui, nessa perspectiva, gradualmente, sendo o resultado do somatório das constantes trocas linguísticas estabelecidas com aquele com o qual ele interage. Mesmo que subjacente, na enunciação escrita, o locutor é constituído frente ao outro, através de um jogo de contraposições enunciativas (MARTINS, 1987, p. 30). Ao falarmos de locutor, no âmbito enunciativo, estaremos, inevitavelmente, remetendo-nos ao diálogo, pois é ele que possibilita ao indivíduo constituir-se como tal, através das relações linguístico-sociais.

As Ciências Linguísticas, de modo geral, direcionam seu olhar à língua e à linguagem, observando a primeira delas como uma entidade. Enquanto elemento científico heterogêneo, a língua é absorvida pela Linguística – especialmente pela Teoria Enunciativa de Émile Benveniste – como objeto acessível, semiótico e semiológico, possível de ser estudado. A fala e a escrita são integrantes desse panorama, visto que são faculdades humanas postas em prática através da palavra, a qual é elemento-chave do diálogo e condição essencial para que se manifeste a subjetividade.

Nas cartas, o indivíduo que enuncia se torna livre por meio do diálogo. As particularidades do locutor integram-se ao que é próprio do interlocutor, construindo, a

partir da relação intersubjetiva “eu / tu”, um processo enunciativo de compartilhamento. A natureza individual é manifestada nas atividades linguísticas, mas o diálogo não é, totalmente, influenciado pelos traços subjetivos de cada participante das trocas enunciativas. O ato de dialogar é o processo mediador da enunciação. Ele é a condição central na qual atuam, interna e externamente, tanto o locutor quanto o interlocutor, ambos movidos pelos sentidos dos enunciados possíveis de serem produzidos.

Ao dialogar, o homem aciona, conforme já dito, uma atividade que não é unilateral. O discurso de uma carta é sempre plural, pois a bilateralidade é instaurada através da interpelação que o “eu” faz ao “tu”, estabelecendo uma relação de equilíbrio, garantida pela reciprocidade. O parâmetro da enunciação “subjetividade / intersubjetividade” é o ponto central da manifestação do diálogo. Através do reconhecimento do outro, o “eu” subjetiva-se, projetando-se no seu dizer, por meio do discurso. Nessa relação enunciativa, moldada pela oposição particularidade *versus* coletividade, o homem se constitui, exercendo o diálogo a função de condicionante que molda o sujeito e a sociedade. (MARTINS, 1987, p. 37).

A partir dos pressupostos da Teoria Enunciativa de Benveniste, não há precedência do locutor em relação ao seu discurso. Aquilo que se diz é, a cada vez que é falado ou escrito, novo, irrepitível. Nesse sentido, o “eu” deixa emergir sua subjetividade, complementada na troca intersubjetiva com o “tu”, fato que faz da enunciação uma prática dinâmica, movida pela originalidade inerente ao diálogo.

O exato instante no qual se instaura o diálogo é duplo por duas razões que se relacionam, intimamente: 1ª o locutor se constitui pelo que diz e 2ª o interlocutor é constituído pelo outro. No espaço verbal, por exemplo, os participantes da interação enunciativa se aproximam devido à condição intersubjetiva produtora de sentidos, definindo-se como sujeitos. Dialogar é uma ação constitutiva tanto da individualidade quanto da coletividade humana. Ao escrever uma carta, a imperatriz Leopoldina, na sua condição de locutor, faz um uso bastante subjetivo do sistema linguístico e da linguagem, interagindo com o leitor por meio de um texto que é sua primeira produção, portanto, enunciação original, propícia ao encurtamento espaço-temporal.

No diálogo sempre há o ineditismo do discurso. As considerações feitas, acerca disso, por Eleni Jacques Martins (1987, p. 40) traduzem, perfeitamente, tal pressuposto:

É o efeito que causa a afirmação de que o discurso é um ato entre outros, pelo qual o sujeito cria sua própria experiência, que, do ponto de vista linguístico, é uma experiência em contínua re-elaboração. A articulação da experiência

com a linguagem pelo discurso tem o caráter do único, sendo que a fixação do discurso é possível somente na medida em que se resguarda sua capacidade de auto-renovação. (MARTINS, 1987, p. 40).

A carta foi, e ainda é, um veículo verbal de interação social. Internamente, ela possui um sistema complexo de regras funcionais que regem sua construção, manifestado, externamente, através das relações linguísticas. Além da subjetividade intrínseca a esse gênero textual, na correspondência leopoldinense há uma racionalidade nem sempre aparente, porém explicitável. Ela vem à tona por meio do diálogo, pois ele determina, de certa forma, a natureza da linguagem, construindo, aos poucos, conexões lógico-semânticas e semiológicas indispensáveis às práticas enunciativas.

No diálogo, oral ou gráfico, o locutor constrói, junto do interlocutor, um intercâmbio, no qual são compartilhados anseios, angústias e intenções, dentre outros aspectos. As trocas no diálogo baseiam-se em um exercício de cooperação, onde a enunciação daquele que enuncia é refletida naquele que a recebe e, naturalmente, é emitida, subjetivamente, ao seu ponto de origem. Seja em conversas informais da vida cotidiana seja em textos formais como as cartas, há um modo específico de manifestação tanto da racionalidade quanto da subjetividade do locutor, formulando, como consequência disso, enunciações calcadas em um padrão cooperativo de comportamento linguístico.

A reciprocidade do diálogo ocorre, mesmo que implicitamente, na totalidade das interações enunciativas humanas. Isso pode ser visto em uma carta sem resposta, por exemplo, na qual a aparente ruptura cooperativa entre o locutor e o interlocutor não acontece, de modo total, haja vista que o silêncio do destinatário também enuncia, revelando, talvez, uma postura de desacordo, negligência ou indiferença. Em situações ilustrativas como essa, o leitor de cartas é capaz, atentamente, de inferir a ocorrência do diálogo, o qual se desenvolve, subliminarmente. As relações linguísticas, independente do contexto social no qual se realizam, conduzem, por via de regra, à reciprocidade e à harmonia entre o locutor e o interlocutor, refletindo-se na compreensão do leitor, caso a enunciação se desenvolva de maneira escrita.

O diálogo, em uma carta, é o elemento englobante da intersubjetividade. Enquanto veículo de manifestação de trocas discursivas que se projetam socialmente, ele difrata imagens subjetivas do indivíduo que enuncia, em face do alocutado. Linguisticamente, em uma situação de diálogo, os interactantes atuam sempre pautados pela perspectiva cooperativa inerente à linguagem, concretizando a comunicação intersubjetiva. A

reciprocidade do “eu” em relação ao “tu” é, então, a condição facilitadora da eficácia dos diálogos, tão cara à vivência social. (MARTINS, 1987, p. 47).

A perspectiva de estudos que aborda o diálogo não cede espaço à total homogeneidade e, tampouco, à neutralidade enunciativa. O homem posiciona-se, mobilizando, para isso, a língua, historicamente, socialmente e, até mesmo, psicologicamente. Nos diálogos, o locutor explicita a quase totalidade das informações que deseja veicular. Entretanto, alguns traços enunciativos permanecem implícitos ou parcialmente revelados, sendo incumbida ao interlocutor a tarefa de identificá-los e, posteriormente, interpretá-los.

Nos diálogos sempre há a troca recíproca entre o “eu” e o “tu”, tanto no que diz respeito aos mais triviais quanto no que tange a informações relevantes. É necessário, dessa forma, compreender a noção de diálogo como intersubjetividade, a qual aponta à divisão interna do indivíduo e às múltiplas identificações daquele que enuncia, em cada uma das várias relações discursivas que sejam possíveis de ser estabelecidas (MARTINS, 1987, p. 48). As relações humanas, especialmente as de caráter linguístico, são comandadas por um padrão social flexível, sendo, também, culturalmente determinadas. Os parâmetros organizacionais do diálogo escrito manifestam-se, primeiro, internamente, no discurso; depois, externamente, criando, assim, uma relação de dependência irrevogável com o outro.

A enunciação intrínseca ao diálogo (MARTINS, 1987, p. 51) é manifestada, em síntese, através de dois mecanismos inter relacionados:

1º os componentes estruturais do sistema da língua se distribuem, em unidades de significação (elementos lexicais, frases, orações e períodos complexos), arquitetando-se internamente;

2º a organização sintática gera efeitos semânticos e semiológicos, configurando o diálogo como uma atividade não só linguístico-formal mas também antropológica.

Tais mecanismos deixam claro que a construção do diálogo demanda, especialmente na modalidade escrita, a operacionalização de um conjunto fixo de regras ordenadas (a sintagmatização e a paradigmaticização), as quais assumem o controle das intercalações enunciativas, regendo sua distribuição e transferência entre o locutor e o interlocutor. A minimização de possíveis lacunas, interferências negativas e sobreposições na comunicação humana é necessária, pois quanto mais homogênea for a enunciação construída, menor será a probabilidade de haver incompreensões que possam tornar as interações verbais ineficientes.

O contexto ao qual uma determinada enunciação é submetida contribui com a maneira particular de manifestação de um discurso em comparação a outro. Os elementos intrínsecos ao diálogo ordenam aquilo que é enunciado. Tal hierarquização recursiva, impingida por esses componentes da língua, sustenta as trocas verbais. O dinamismo interno à enunciação é fundamental para que o diálogo ocorra com equidade, atendendo, por exemplo, às necessidades do autor em relação às expectativas do leitor, na carta. No campo dialógico, o **eu** se constitui como sujeito frente ao outro (MARTINS, 1987, p. 53, grifo da autora). A relação “locutor / interlocutor”, a partir dos pressupostos da Teoria Enunciativa de Émile Benveniste, não centraliza sua atenção a indivíduos pré-constituídos em suas identidades. O homem que dialoga não está imune ao seu discurso e à enunciação do outro, haja vista que ele não é, exclusivamente, condicionado por uma identidade prévia, anterior à interlocução.

O diálogo, enquanto ato que suscita o exercício da linguagem, considera o contexto que envolve a enunciação, valorizando o efeito semântico produzido pelos enunciados. O espaço social não está separado do locutor, e esse é, de certa maneira, moldado pelo mundo. As formas linguísticas são, portanto, manejadas pelo locutor, o qual expõe a subjetividade e, na relação com o “tu”, estabelece um laço intersubjetivo.

A língua e a linguagem não são monológicas, pois elas demandam a presença do outro para que se concretizem. Como sabemos, a condição intersubjetiva permeia toda a enunciação, pois é através da dualidade “eu / tu” que as trocas enunciativas ocorrem. Nesse processo há sempre um olhar interior voltado à exterioridade, onde o homem é a referência, estando em consonância com a realidade contextual que o envolve. O diálogo é, sempre, uma atividade calcada no princípio da duplicidade. Não é possível, por exemplo, afirmar que, nas cartas leopoldinenses, dialogar é uma prática unívoca, pois ela demanda, no mínimo, dois participantes e duas propriedades enunciativas fundamentais: a subjetividade e a intersubjetividade.

Enunciar é dizer. Dialogar é produzir enunciações. Esse processo não é, contudo, plenamente homogêneo, universalmente uniforme, pronto. Nele há espaço para conhecimentos particulares, idiossincrasias e projeções humanas. Tais elementos podem, ainda, ser relativizados pelo outro, via interação enunciativa. O locutor, em face do interlocutor, depende de uma série de aspectos para que a enunciação se efetive, no sentido de ser cumpridora do real propósito daquele que enuncia.

Existe, no diálogo, como o construído entre Leopoldina e seus interlocutores, nas cartas, uma relação de coparticipação. O autor, movido pela intenção de comunicar,

instiga o leitor a participar da enunciação, esperando, em uma carta, a resposta a sua interpelação. Tal contexto causa o efeito de atenuação da distância espaço-temporal. A não separação “eu / tu” deixa clara a visão pluralizada assumida pela língua, linguagem e enunciação. Há, ao dialogar, um objetivo inicial, por parte do “eu”, o qual é atingido no nível semântico do processo enunciativo. Nas correspondências leopoldinenses, a alocação “autor / leitor” faz extrapolar o caráter semântico dos enunciados, constituindo-se como uma atividade semiológica. O diálogo requer um locutor que se constitua linguisticamente, por meio de interações, as quais permitem ao homem marcar-se, no discurso escrito, frente ao interlocutor, construindo um cenário pautado pela reciprocidade.

Em se tratando de diálogo, não há a possibilidade de compreendê-lo senão como entidade linguística da qual emanam enunciados produtores de sentidos. As circunstâncias de uso do léxico estão inscritas no enunciado, constituindo seu sentido (MARTINS, 1987, p. 66). Ao propor o diálogo, o locutor aciona, mesmo que inconscientemente, uma seleção de palavras que se distribuem em direção ao interlocutor, respeitando uma lógica semântica própria do sistema da língua. A escrita de uma correspondência é um evento linguístico. Em sua interioridade, então, as escolhas lexicais geram efeitos de sentidos semânticos e semiológicos, próprios do diálogo.

Durante um ato de enunciação como o diálogo, a significação das frases, orações e períodos obedece a um conjunto, talvez infinito, de possibilidades de uso. O diálogo é uma atividade linguística e antropológica, pois, para que ocorra, precisa ter o homem como elemento central, visto que é através dele que ela se desenvolve, independente da instância enunciativa. Ao dizer e ao calar, há um duplo posicionamento: a) do “eu” em relação ao “tu”, esperando por uma resposta e b) do “tu” em direção ao “eu”, silenciando como forma de omissão. Tal cenário de enunciação qualifica, particularmente, as relações linguísticas entre o locutor e o interlocutor, criando entre eles uma expectativa que, devido a não linearidade do diálogo, não é confirmada.

O diálogo, tradicionalmente, é delineado por um indivíduo que fala ou escreve e que espera, por parte do ouvinte ou do leitor, uma resposta oral ou escrita. E, no entanto, quando essa lógica organizacional não é respeitada, não há diálogo? Na ausência de palavras faladas ou escritas há uma forma de comunicação pouco convencional, porém, produtora de sentidos. Ela pode ocasionar consequências como a polêmica ou a ruptura das relações, mas afirmar que, nesse quadro, o diálogo não é construído, seria um equívoco.

A significação e o sentido produzidos por um enunciado são a representação de sua enunciação. O diálogo, com base nessa perspectiva, orienta e conduz a interação entre o locutor e o interlocutor. No processo de construção das enunciações não existe um roteiro previamente organizado que condicione a ocorrência das alocações. A língua admite que, em seu interior, a não ordenação tradicional do sistema seja o reflexo das escolhas feitas pelo indivíduo que enuncia. Em cada um dos enunciados manifestados pelo locutor, há desdobramentos, os quais criam novas enunciações. O sistema de composição dos diálogos possibilita que se ultrapasse o campo da singularidade, adentrando no espaço da pluralidade, fato esse que faz da interação, por meio do diálogo, uma propriedade dinâmica, pontuada pela natureza semântica, própria da enunciação.

O ato de enunciar pode se configurar como uma afirmação, dúvida ou negação, dentre outras possibilidades. Ele é construído na dualidade entre o conteúdo explícito e aquilo que permanece implícito, produzindo sentidos. Nessa perspectiva de, por vezes, confrontação, é que se desenvolve o diálogo. A imperatriz Leopoldina, ao escrever suas cartas, cria certas expectativas, em relação ao interlocutor, que se confirmam, ou não, durante a enunciação escrita. Isso não desqualifica o que é enunciado. Ao contrário disso, tal hipótese confirma o pressuposto de que a atividade calcada no diálogo se adapta a uma multiplicidade de possibilidades de ocorrência, adequando-se ao contexto, às situações de uso e ao locutor.

Um diálogo é construído através da particularidade de cada enunciado. Ele se organiza formalmente, no nível interno da enunciação, e se manifesta em direção ao universo exterior, por intermédio da relação entre o locutor e o interlocutor, respeitando, também, os padrões linguístico-organizacionais que regem os atos que mobilizam as interações enunciativas.

Podemos afirmar que há unicidade do locutor que enuncia, considerando o conceito de diálogo aqui delineado?

Sem dúvidas, isso não é possível de ser dito, por razões como:

- a) sempre há o “eu” que dialoga com o “tu”;
- b) a escrita de cartas, por exemplo, se desenvolve, naturalmente, na interface “autor / leitor”;
- c) a correspondência entre a interioridade e a exterioridade permeia, incondicionalmente, as práticas inerentes ao diálogo.

Em qualquer enunciação é possível notar aquilo que é posto em contraste com o pressuposto. No processo de elaboração da carta, o locutor diz, mas também omite, não

se revelando por completo em face do interlocutor. O propósito da enunciação se instaura, gradualmente, em cada um dos diferentes enunciados que vão sendo construídos. Dialogar é um exercício que nos coloca no eixo da pluralidade, da variedade. A fala e a escrita demandam a condição de troca. Isso impede que o diálogo se restrinja ao campo da unicidade, visto que a enunciação, nos diálogos, se manifesta, por via de regra, do “eu” em direção ao outro.

Ao tratarmos do diálogo, temos de ter sempre em mente que ele se consolida através do princípio da confrontação: a do “eu” diante do “tu”. Essa mútua implicatura enunciativa não tem sentido negativo. Inseridos em uma mesma enunciação, tais pessoas enunciativas dividem-se, mas complementam-se, o que corrobora a perspectiva de não separação “eu / tu”.

Um dos aspectos basilares no estudo do diálogo, com base nisso, é a noção de intersubjetividade. A sociedade, de maneira geral, construiu, ao longo do tempo, uma falsa ideia do que seja, realmente, o diálogo, pois o vê como uma simples conversa, não considerando, também, sua natureza escrita. Se não bastasse isso, o senso comum idealizou o diálogo como imune às interferências e aos incidentes, como a não compreensão e a falta de reciprocidade interpessoal.

O homem, ao dialogar, se constitui, estando imerso no contexto de relações humanas racionalmente organizadas, agindo, com o outro, baseado na sistematicidade inerente às trocas sociais. Então, qualquer relação linguística, bem intencionada ou não, constitui o diálogo? Considerando o que afirmou Émile Benveniste em *O aparelho formal da enunciação* (1970), sim. O locutor, ao colocar-se, linguisticamente, frente ao outro, tornando-se sujeito, *na* e *pela* subjetividade, não constrói um contexto comunicativo ilusório, mas real. As interações linguísticas, portanto, são constitutivas do diálogo, mesmo que não sejam, sempre, equilibradas e igualitárias. (BENVENISTE, 2006, p. 90).

Com base nisso, a próxima etapa do trabalho consistirá em esclarecer que o “eu” e o “tu”, em contraposição ao “ele”, e a inseparabilidade “aqui / agora” são as duas formas que o diálogo inerente às cartas leopoldinenses encontra de tornar visível o fenômeno mnemônico-linguístico de encurtamento espaço-temporal na enunciação.

5.1 A CORRELAÇÃO ENTRE O “EU” E O “TU”, EM FACE DO “ELE”: O PRIMEIRO AGENTE DE ENCURTAMENTO ESPAÇO-TEMPORAL

O campo de estudos dedicado à Linguística é promissor. Inserida nele, a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste abarca uma leva de pesquisadores nacionais e

internacionais que se interessam em estudar o modo de interpretação que essa vertente teórica adota frente à língua e como se dá a manifestação dela por meio da linguagem.

Acerca desse contexto, Toldo & Flores (2015, p. 41), no artigo intitulado *Esboço de uma abordagem enunciativa do texto*, deixam claro que a

Dita “teoria da enunciação” de Benveniste não existe de modo conclusivo tal como vemos em outros autores. Na verdade, Benveniste não escreveu, em termos próprios, uma teoria. O que temos é um conjunto de artigos reunidos em dois volumes – *Problemas de linguística geral I e II* (PLG I e PLG II) –, nos quais é possível perceber que o autor elabora uma reflexão que tem certa continuidade, mas também muitas descontinuidades. (TOLDO & FLORES, 2015, p.41). (grifos dos autores).

A partir disso, esse momento do nosso trabalho tratará da natureza dos pronomes “eu” e “tu”, em face do pronome “ele”. Tal relação subjetiva e, ao mesmo tempo, intersubjetiva, é o primeiro agente de uma fenomenologia linguística e enunciativa que produz o encurtamento do espaço e, também, da noção de tempo cronológico nas cartas escritas pela imperatriz Leopoldina a diferentes destinatários.

Notavelmente, os elementos linguísticos “eu” e “tu” são tópicos que motivam inúmeras reflexões quanto a sua essência constitutiva. Os pronomes – em sua totalidade – são componentes do sistema comunicativo humano que, tanto no que tange à forma quanto no que é inerente à função que desempenham, cristalizam-se nos textos, constituindo uma classe coesa, unitária. Há de se fazer referência, entretanto, ao fato que o comportamento pronominal se manifesta a partir de duas distintas diretrizes: 1ª alguns pronomes fomentam a sintaxe da língua e 2ª outros, por sua vez, caracterizam as instâncias discursivas.

Interpretados, sob o prisma de Benveniste, como signos, é pouco provável encontrar, em um texto científico, por exemplo, a presença pronominal (especialmente a do “eu” e a do “tu”). Essa constatação recebe, no entanto, o acréscimo de uma nova perspectiva: tais pronomes carregam consigo a propriedade de atualizar-se a cada diferente instante em que são utilizados, construindo, pouco a pouco, o processo que materializa a singularidade enunciativa. A renovação ininterrupta, própria da enunciação, calcada no diálogo, gera a sensação de encurtamento de distâncias entre Leopoldina e os interlocutores com os quais ela dialoga. Um convite à reflexão acerca disso é feito por Émile Benveniste (2005, p. 278), através do qual ele indaga: “Qual é, portanto, a “realidade” à qual se refere *eu* ou *tu*? Unicamente uma “realidade de discurso”, que é

coisa muito singular.”. (grifos do autor). Essa perspectiva possibilita contemplar a natureza multifacetada que integra a condição pronominal.

A linguagem, compreendida como um exercício, possui representatividade no que tange à adequada caracterização da funcionalidade dos pronomes. Os indicadores de subjetividade “eu” e “tu” não são índices linguísticos estáveis, visto que são suscetíveis à mobilidade intrínseca à *práxis* da língua.

O princípio de imobilidade que perpassa alguns componentes gramaticais, por exemplo, não se perpetua no esteio da Teoria Enunciativa benvenistiana. Essa concepção científica traduz-se, com exatidão, por meio das formulações do próprio Benveniste (2005, p. 281), através das quais o linguista menciona que o

Hábito nos torna facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo. Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instâncias de discurso, caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é *eu*, e que define o indivíduo pela construção lingüística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor. Assim, os indicadores *eu* e *tu* não podem existir como signos virtuais, não existem a não ser na medida em que são atualizados na instância de discurso, em que marcam para cada uma das suas próprias instâncias o processo de apropriação pelo locutor. (BENVENISTE, 2005, p. 281). (grifos do autor).

É irrevogável o fato de que os pronomes “eu” e “tu” têm sido objeto de investigação que intriga os pesquisadores ao longo do tempo. Esses elementos pronominais possuem a propriedade de submeter-se à categorização de “pessoa”, visto que – devido a aspectos provenientes da gramática grega – a manifestação pronominal dá-se a partir da enumeração pessoal. Há, sem exceção, nos sistemas linguísticos universais, duas pessoas apenas que, inter-relacionadas e intercaladas, garantem o processo de trocas inerente à comunicação humana. Ter o real conhecimento sobre como determinada categoria pessoal se opõe às demais é imprescindível, pois somente observando o que a diferencia, em detrimento às possíveis semelhanças frente às demais, é que se poderá contemplar, claramente, seu mecanismo enunciativo de engendramento.

No diálogo leopoldinense, a correlação que se estabelece entre os pronomes “eu” e “tu” intensifica a propriedade de mobilidade espacial da língua. Alguns idiomas, contudo, como o coreano, não têm a expressão referente à pessoa, sendo mobilizadas, a fim de possibilitar o entendimento interpessoal, diferenciações de natureza social próprias de cada um dos interlocutores. Utilizamos, como argumento que comprova tais considerações, uma constatação feita por Émile Benveniste (2005, p. 250), através da qual

se pode depreender que “a categoria da pessoa pertence realmente às noções fundamentais e necessárias do verbo”. Isso suscita, como consequência, um modo não convencional de interpretar a enunciação: é fundamental concebê-la a partir do caráter contribuinte estabelecido por meio da relação “homogeneidade *versus* instabilidade”, instaurada no entrelaçamento pronominal. (BENVENISTE, 2005, p. 281).

A relação inter-pronominal, construída a partir da interface entre o “eu” e o “tu”, auxilia na formação de uma “corrente” de múltiplos sentidos, cujos “elos” são, necessariamente, inseparáveis. A maneira através da qual isso tudo se manifesta via enunciação é ilustrada por Benveniste (2005, p. 258), o qual revela que há, a saber, expressões

Nas quais se misturam a necessidade de dar a “nós” uma compreensão indefinida e a afirmação voluntariamente vaga de um “eu” prudentemente generalizado. De maneira geral, a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa amplificada e difusa. O “nós” anexa ao “eu” uma globalidade indistinta de outras pessoas. Na passagem do “tu” ao “vós”, quer se trate do “vós” coletivo ou do “vós” de polidez, reconhece-se uma generalização de “tu”, seja metafórica, seja real, e em relação à qual, nas línguas de cultura sobretudo ocidentais, o “tu” assume freqüentemente valor de alocução estritamente pessoal, portanto familiar. (BENVENISTE, 2005, p. 258). (grifos do autor).

O “eu” e o “tu” constroem uma realidade linguístico-enunciativa de solidez, embasada na interatividade entre o locutor e o interlocutor. Seja através da manifestação da “correlação de subjetividade” seja por meio da materialização da “pessoa estrita” ou da “pessoa amplificada”, a Enunciação benvenistiana se torna instigante à medida que viabiliza a oportunidade de dar à língua (compreendida como sistema integrado) uma condição única dentre as diversas faculdades humanas.

Qual é, no entanto, o lugar do “ele”, a partir da correspondência entre o “eu” e o “tu”, no processo de encurtamento espaço-temporal intrínseco às cartas escritas pela imperatriz Leopoldina?

Reflexões de natureza teórica acerca do pronome “ele” (a não pessoa e objeto fora da alocução) são fundamentais. O índice enunciativo cuja essência será, a partir de agora, observada, tem de ser considerado, sempre, na relação que ele estabelece com o par pronominal “eu” e “tu”, visto que se for tomado como amostra isolada, será impossível perceber seu real valor à enunciação.

Propomos, acerca do pronome “ele”, uma forma diferenciada de explanação teórica.

Então, o elemento externo à alocação – o “ele” – será abordado a partir de três momentos reflexivos construídos por Émile Benveniste: 1º no artigo *A natureza dos pronomes* (1956), 2º no texto *Da subjetividade na linguagem* (1958) e 3º na discussão proposta em *A linguagem e a experiência humana* (1965), integrantes das obras *Problemas de lingüística geral I* e *Problemas de lingüística geral II*, respectivamente. O livro *Introdução à Teoria Enunciativa de Benveniste*, escrito por Valdir do Nascimento Flores, publicado no ano de 2013, auxiliará, teoricamente, na condução do percurso ora delineado.

5.1.1 O pronome “ele” em *A natureza dos pronomes* (1956)

O fato de propor uma discussão de caráter teórico-reflexivo, pós-Émile Benveniste, não se configura como uma tarefa simples, haja vista que o autor escreveu e publicou de modo intenso. O linguista redigiu 18 livros, por volta de 300 artigos, mais de 300 resenhas e, exatamente, 34 outras publicações. Apresentar novidades depois dele é, sempre, um exercício desafiador.

É preciso estipular limites bem definidos quando se quer falar sobre a Enunciação benvenistiana, devido à amplitude de sua obra. Neste espaço da tese, o texto motivador das reflexões será o artigo *A natureza dos pronomes*, publicado em 1956.

A primeira vez que a distinção entre “pessoa” e “não pessoa” ocorreu foi no desenvolvimento do texto de Benveniste *As relações de pessoa no verbo*, de 1946. Uma década depois, *A natureza dos pronomes* (1956) mobiliza tal diferenciação mais uma vez, fato que o torna altamente relevante. Não tratando dos pronomes apenas como componentes gramaticais, o autor situa-os em uma realidade superior: eles atuam nos enunciados como marcas distintivas no que tange à relação “subjetividade *versus* objetividade”. Alguns índices pronominais pertencem à sintaxe da língua; já outros à enunciação.

Atualizada, através da palavra, pelo locutor, a língua passa por um ininterrupto processo de renovação, via instâncias de discurso. “Eu” e “tu” caracterizam-se como uma única categoria da linguagem. O pronome “ele”, por sua vez, remete à infinidade de enunciados que não constituem pessoas propriamente ditas, ou seja, ele realiza a autorremissão ou remete à infinitas situações objetivas. Esse elemento é a “terceira pessoa”, o componente não perpassado pela correlação de pessoa “eu / tu”. Isso pode ser

melhor compreendido através da explicação dada por Émile Benveniste (2005, p. 282), fazendo-nos perceber que

Não há truísmo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva. (BENVENISTE, 2005, p. 282). (grifos do autor).

Em *A natureza dos pronomes* (1956), chama a atenção o fato de que a terceira pessoa é referida como aquela que encontra representatividade em signos vazios, diferenciando-se das demais tanto no que diz respeito à função que assume na enunciação quanto no que tange à natureza constitutiva pronominal. Ainda sobre o “ele”, Benveniste esclarece quatro aspectos fundamentais:

- 1° É capaz de combinar com referências de objetos distintas;
- 2° Jamais é reflexiva da instância de discurso;
- 3° Carrega consigo um número diversificado de variantes pronominais ou demonstrativas;
- 4° Não compactua com termos referenciais componentes do paradigma como, por exemplo, “aqui” e “agora”, dentre outros.

A capacidade de identificar, enunciativamente, as pessoas “eu” e “tu” e a não pessoa “ele” remete-nos ao caráter antropológico da linguagem. Fora da alocação “eu / tu”, o objeto manifestado pela enunciação representa aquilo que não faz parte da correlação de pessoa. Mobilizada através do exercício da linguagem, a terceira pessoa passa de unidade vazia da língua a signo preenchido, visto que a cada nova instância de discurso ela se reveste de significação. O pronome “ele” tem a propriedade de converter a língua em discurso, referindo-se ao seu próprio uso.

A particularidade do elemento pronominal “ele” assumir o *status* de “não pessoa” está presente não só no português mas em diversas línguas. Sobre tal peculiaridade, pode-se inferir que em

Outros idiomas (indo-europeus principalmente), a regularidade da estrutura formal e uma simetria de origem secundária dão a impressão de três pessoas coordenadas. É principalmente o caso das línguas modernas de pronome obrigatório nas quais *ele* parece, continuando *eu* e *tu*, membro de um paradigma de três termos; ou da flexão indo-européia de presente, com *-mi*, *-si*, *-ti*. Na verdade a simetria é somente formal. (BENVENISTE, 2005, p. 283). (grifos do autor).

Externamente à relação “eu / tu” há referência zero quanto à pessoa. As instâncias enunciativas produzidas pelo diálogo leopoldinense refletem a necessidade do exercício da linguagem, na tentativa de encurtar distâncias. Não existem apenas enunciados dotados de pessoalidade. Nas cartas redigidas por Leopoldina, as construções autorreferenciais fazem jus a essa perspectiva linguística. A língua possui uma ampla quantidade de signos que, por meio de um mecanismo particular, combinam-se. Mais importante do que isso, é perceber que enunciar demanda índices próprios, e o pronome “ele” se diferencia frente aos demais nessa tarefa.

5.1.2 O pronome “ele” em *Da subjetividade na linguagem* (1958)

O texto *Da subjetividade na linguagem* (1958) foi publicado no *Journal de psychologie*. De caráter interdisciplinar, o artigo benvenistiano faz uma associação entre a subjetividade e a linguagem, pontuando aspectos antropológicos. Muito foi acrescentado, teoricamente, por Émile Benveniste nesse texto, haja vista que os acréscimos ecoam até a atualidade. Em apenas nove páginas da *Gallimard*, o autor expõe problemáticas e elabora reflexões determinantes à trajetória da sua Teoria da Enunciação.

O leitor é conduzido a entender, nesse momento teórico de Benveniste, que a linguagem **não** é um instrumento de comunicação. (grifo meu). Aqui, ela é propriedade relacionada ao homem e a sua natureza. Após a fase antropológica, o linguista adentra o universo particular da subjetividade, revelando que o locutor se constitui de duas formas: a) na linguagem e b) por intermédio da língua. Subjetivado, o homem projeta-se via enunciação, apropriando-se do aparelho formal legado a ele pela própria língua. Instaure-se, então, o *ego* enunciativo, o qual não carrega consigo nenhuma semelhança com o conceito de ego oriundo da Psicologia.

Alguns termos apresentados em *Da subjetividade na linguagem* são especialmente diferentes: a) homem, b) locutor, c) sujeito, d) pessoa e e) “eu”, por exemplo. Dessa sequência, ganha destaque o estudo feito acerca do “eu”, pois agora a categoria de pessoa está fundamentada na subjetividade inerente à linguagem. Tanto o pronome pessoal “eu” quanto o “tu” extrapolam o campo sintático, indicando a pessoa que se materializa no dizer. Em oposição ao par pronominal “eu / tu” está o “ele” – o objeto colocado fora da alocação.

Algumas classes de palavras como os verbos relacionam-se, diretamente, com os pronomes. Nesse mecanismo de junção pode-se perceber a natureza da subjetividade que

constitui a linguagem. Observando-se a oposição que ocorre entre as pessoas representadas pelos pronomes, é possível diferenciar duas tipologias enunciativas: 1ª a subjetiva e 2ª a não subjetiva. Essa última refere-se ao índice pronominal “ele”. E, sobre isso, é importante recordar que a terceira pessoa

É a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como “não-pessoa”. Esse é o seu *status*. A forma *ele...* tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu”. (BENVENISTE, 2005, p. 292). (grifos do autor).

As marcas pronominais “eu” e “tu” estabelecem correlações, a cada vez únicas, no processo de construção de enunciados. Há uma língua que não possua expressão da pessoa? A Teoria da Enunciação benvenistiana nega essa possibilidade; e a rejeita com razão, pois “Uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível”. (BENVENISTE, 2005, p. 287). Em alguns idiomas ocorrem processos diferenciados como a omissão pronominal pessoal. Nesses casos, outras formas particulares (as perífrases) são utilizadas em detrimento das referências quanto à pessoa.

Em *Da subjetividade na linguagem* (1958), a pessoalidade enunciativa recebeu um tratamento detalhado, relacionando-se, em definitivo, à subjetividade. A partir do princípio da intersubjetividade, “eu” e “tu” opõem-se a “ele”, pois sua natureza é diferente. A oposição entre “interioridade” *versus* “exterioridade” estabelece a separação entre aquilo que integra a enunciação e o que se coloca, portanto, desconectado da alocação.

5.1.3 O pronome “ele” em *A linguagem e a experiência humana* (1965)

O texto *A linguagem e a experiência humana*, de Émile Benveniste, estudou, em 1965, duas noções: 1ª pessoa e 2ª tempo, ambas em aspectos multiformes. As categorias temporais e pessoais não dependem, exclusivamente, de elementos inerentes à cultura. Através delas o homem subjetiva-se, situando-se **na** e **pela** linguagem. (grifos meus). A oposição “eu / tu” *versus* “ele” é constitutiva do diálogo leopoldinense. A linguagem e, por consequência disso, a carta, não tem possibilidade nenhuma de existir se não houver tal contraposição enunciativa.

Uma determinada língua, a fim de ser reconhecida, deve permitir que, em sua interioridade, o homem possa singularizar-se. Assim, concretiza-se o princípio da

universalidade da experiência humana na linguagem. Por meio de uma dialética de cunho singular, indivíduos podem, por exemplo, fazer uso de uma forma linguística em comum, particularizando-se nela, fato esse que os diferencia.

Quanto à singularidade que permeia os pronomes “eu”, “tu” e “ele” (esse último sendo, sempre, um objeto posto fora da alocação) vê-se que, de fato, uma

Dialética singular é a mola desta subjetividade. A língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se apropria pelo ato de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira. Mas, fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma forma vazia, que não pode ser ligada nem a um objeto nem a um conceito. Ele recebe sua realidade e sua substância somente do discurso. (BENVENISTE, 2006, p. 69).

A enunciação se desenvolve através da irrepetibilidade do dizer. O locutor, quando enuncia, vivencia um instante temporal singular. Ele se submete, a partir disso, a circunstâncias diferentes de discurso. E, instaurado na língua, o “eu” assume correspondência com um “tu”, e ambos divergem, sempre, quanto à natureza subjetiva, frente ao “ele”.

É fundamental deixar claro que estamos delineando nuances enunciativas construídas pelo pronome “ele” no diálogo da imperatriz Leopoldina. Nossas reflexões partem do olhar de Émile Benveniste sobre a pessoa na enunciação. O “ele”, não obstante, está atrelado ao tempo. Ele é determinante no comportamento das pessoas enunciativas e, por esse motivo, não pode ser ignorado.

O tempo e a experiência humana – a qual subentende a presença do “eu / tu” opondo-se ao “ele” – estão intimamente relacionados. Inserida no âmbito do pronome “ele”, a Linguística da Enunciação diferencia o elemento temporal de três formas distintas:

- 1ª O tempo físico: correspondente aos fatos humanos;
- 2ª O tempo crônico: integrante de instituições como, por exemplo, o calendário;
- 3ª O tempo linguístico: intrínseco à manifestação que se dá por meio da fala.

O objeto pronominal fora da alocação é o aspecto central de oposição às marcas de subjetividade no diálogo. Dito isso, há de se destacar que existe sempre um “eu” que se dirige a um “tu” em contraposição a um “ele” nas interações linguísticas. Esse processo funcional é inerente, também, à instância da fala, a qual é determinada pelo tempo de ordem linguística. Através da mobilização do presente, o falante torna contemporâneo

seu dizer. Tal comportamento é prova irrefutável das oposições temporais da língua. E mais: o presente é uma reinvenção, pois compreende o não vivenciado, o momento novo, o qual se desenvolve à medida que o locutor, pela fala, interage.

Não é possível tratar da Teoria da Enunciação benvenistiana sem dar atenção especial à categoria de pessoa, indicada pelos pronomes. São eles – “eu”, “tu” e “ele” – que se destacam no universo de elementos da língua, projetando no discurso pessoas e a não pessoa. O ato de colocar-se à disposição do sistema linguístico para, a partir dele, enunciar e subjetivar-se recebe, ao longo desse processo, influência direta dos marcadores pronominais.

Através da relação estabelecida entre as categorias enunciativas de pessoa e não pessoa, Benveniste, no texto de 1965, esclarece que esses dois elementos estão interligados, estabelecendo entre si certa dependência. O homem, apropriado formalmente da língua, materializa-se no enunciado, registrando nele pronomes. Tanto o “eu” e o “tu” quanto o “ele” são vulneráveis à ação do tempo no diálogo, e isso fundamenta o engendramento das enunciações.

A relação intersubjetiva “eu / tu” é suscetível à influência do espaço? O contexto espacial age de que modo sobre a não pessoa “ele”? Como se manifesta, através do diálogo, a não-separação entre o “aqui” e o “agora”? No próximo momento desta tese, tentaremos encontrar respostas que esclareçam nossas indagações.

5.2 A INSEPARABILIDADE E A DEPENDÊNCIA ENTRE O “AQUI / AGORA”: O SEGUNDO AGENTE DE ENCURTAMENTO ESPAÇO-TEMPORAL

O que é o espaço²¹ sob o espectro da Teoria da Enunciação construída por Benveniste? Qual a dimensão que esse elemento possui no que tange ao seu estudo por parte dos linguistas-pesquisadores? É possível definir, conceitualmente, o espaço frente à atual realidade na qual se encontra o desenvolvimento investigativo da Enunciação benvenistiana? Essas são apenas algumas, dentre tantas outras, inquietações que nos instigam a pesquisar, promovendo, incessantemente, o progresso das Ciências da Linguagem.

A expressão “instância de discurso” pode, grosso modo, traduzir o que se definiria como espaço no âmbito teórico-enunciativo. É ela o fio condutor que estabelece a união entre o par subjetivo “eu / tu”, por exemplo, e outros indicadores de subjetividade como

²¹ Ao utilizarmos a palavra “espaço”, a partir de agora em nosso trabalho, estaremos fazendo alusão ao “aqui” inerente à Teoria Enunciativa de Émile Benveniste.

alguns pronomes, além de advérbios e locuções adverbiais. Índices como “este”, “esse”, “aqui”, “agora”, “hoje”, “ontem”, “amanhã” e “em trinta dias” são marcas indicativas de um campo espacial, o qual se origina a partir do instante em que é pronunciado pelo locutor.

Envolvido nessa imbricada engrenagem de funcionamento da enunciação (interpretada, aqui, como um processo) está o indivíduo que fala. É ele que participa, junto da materialidade linguística, do fenômeno que converte a língua em discurso. A dimensão, no que se refere ao grau de importância, assumida pelo termo “espaço” no universo investigativo inerente à Teoria da Enunciação de Benveniste, na atualidade, se deve, principalmente, ao fato que tal conceito, de acordo com Émile Benveniste (2005, p. 281), se relaciona ao “*exercício da linguagem e declara o locutor como tal. É essa propriedade que fundamenta o discurso individual, em que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira*”. (grifo do autor). O viés sistemático característico da linguagem das cartas, então, permite que a apropriação – realizada por Leopoldina – se reflita na instância de discurso (o “aqui”), atualizando a comunicação, a qual se desenvolveu em três diferentes espaços: 1) na Europa, 2) na travessia marítima para o Brasil e 3) no Brasil.

A língua encontra sua exata definição conceitual a partir de duas diretrizes: 1ª é ela um conjunto de signos combinados sistematicamente e 2ª o sistema linguístico se configura como atividade, detentora de índices próprios, manifestando-se via instâncias discursivas. É possível, com base nisso, definir, conceitualmente, o “aqui”, haja vista que a segunda diretriz traduz, perfeitamente, a essência espacial enunciativa.

O mecanismo redutor de distâncias espaciais, manifestado nas cartas leopoldinenses, e através do qual se delineia a consolidação da esfera espacial, encontra explicação precisa nas palavras de Benveniste (2005, p. 280), o qual revela que o essencial

É, portanto, a relação entre o indicador (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado, etc.) e a *presente* instância de discurso. De fato, desde que não se visa mais, pela própria expressão, essa relação do indicador à instância única que o manifesta, a língua recorre a uma série de termos distintos que correspondem um a um aos primeiros, e que se referem não mais à instância de discurso mas aos objetos “reais”, aos tempos e lugares “históricos”. (BENVENISTE, 2005, p. 280). (grifos do autor).

Os pronomes “eu”, “tu” e “ele” se configuram como elementos indispensáveis aos processos que compõem o funcionamento da enunciação. A partir deles, o campo da

expressão temporal é definido, engendrando sentidos às trocas linguísticas realizadas pela imperatriz Leopoldina com diferentes interlocutores.

A organização do tempo²² edifica-se, tradicionalmente, no passado, presente e futuro. Incontestáveis são, naturalmente, tais paradigmas temporais, porém – no âmbito benvenistiano de estudos acerca da enunciação – conceber a relação que se estabelece entre os pronomes e o tempo, apenas compreendendo que há três momentos temporais, se torna um tanto quanto primário e reducionista. Seja manifestado em sua forma simples seja registrado (na carta) por meio de construções compostas, o “agora” está, sempre, atrelado à noção de tempo e esse, por sua vez, incorporado às trocas enunciativas. Tal relação, então, fundamenta a natureza temporal, facilitando o processo comunicativo interindividual.

As mais de oitocentas cartas de Leopoldina, devido ao seu teor, enquadram-se, de acordo com as prescrições da Teoria Enunciativa de Émile Benveniste, no que se convencionou nomear como **enunciação histórica**. (grifos meus). As cartas leopoldinenses, por exemplo, foram elaboradas no passado, estando, o locutor, sujeito às ações inerentes ao tempo de seu dizer. O trinômio “narrativa, acontecimento e passado” é determinado, por sua vez, em todas as ocorrências nas quais se materializa, pela intenção histórica, sendo ela o verdadeiro indicador da temporalidade que perpassa a enunciação.

É imprescindível fazer alusão, também, ao fato de que a enunciação, interpretada aqui como prática social de diálogo, pressupõe um locutor (o locutor-escritor) e um interlocutor (o ouvinte-leitor) para que possa ser acionada. O enunciado e o tempo, diante disso, atuam como mediadores do diálogo, tanto o de cunho escrito quanto o de caráter falado, atenuando distâncias. O autor de determinado texto, como a carta, ao compô-lo, via elementos gráficos, incorpora-se ao seu enunciado e, esse, materializa-se, assim, na contemporaneidade, devido à ação do tempo, o qual o delinea e o influencia. O traço linguístico indicativo da temporalidade enunciativa, o qual está diretamente relacionado ao sistema formal dos pronomes, possui, conforme relata Benveniste (2005, p. 276), uma “estrutura dupla [...], como é dupla essa organização temporal, fundada sobre relações e oposições que são a realidade da língua”. As aproximações e os distanciamentos dão forma e sentido à enunciação, ao tempo e, como consequência disso, ao próprio homem que os experiencia ao enunciar.

²² A partir deste momento, utilizaremos as palavras “tempo” e “tempos” referindo-nos ao “agora” benvenistiano.

Os índices indicativos da temporalidade oriundos das gramáticas, sejam elas clássicas sejam contemporâneas, caracterizam-se a partir de critérios morfológicos. A natureza constitutiva do tempo, entretanto, supera essa perspectiva, à medida que se edifica por meio de diferentes sistemas: 1º o que se convencionou denominar como “enunciação histórica” e 2º o designado por “enunciação de discurso”. O produto comunicativo – os enunciados integrantes das cartas, por exemplo – atua, nesse sentido, como o fator que permite diferenciar a História frente ao discurso, sendo tal distinção fundamental à organização das práticas linguístico-enunciativas.

Os pronomes (“eu”, “tu” e “ele”), o “aqui” e o “agora” na enunciação: essa é uma das mais representativas tríades no que tange ao estudo da Teoria Enunciativa de Émile Benveniste. Corroborando tal afirmação, o pesquisador Valdir do Nascimento Flores (2013, p. 105), argumenta que para

Benveniste, a noção de tempo não é critério suficiente para decidir a posição *ou mesmo a possibilidade de uma forma dada no seio do sistema verbal*. Nem se podem reduzir as oposições das formas verbais às divisões temporais, nem se pode simplesmente fazer uma divisão em tempos compostos. [...] Para ele, a complexidade do tempo verbal é de outra natureza: ele se distribui em dois sistemas distintos e complementares disponíveis para o locutor. Benveniste chama esses dois sistemas de *enunciação histórica e enunciação de discurso*. (FLORES, 2013, p. 105). (grifos do autor).

Os índices pronominais, o espaço e o tempo, definitivamente, se configuram como categorias enunciativas fundamentais às Ciências da Linguagem atuais, motivando, cada vez mais, estudiosos que veem, nesses elementos, a oportunidade de complementar as pesquisas que integram, hoje, o universo acadêmico.

Definir parâmetros metodológicos que embasem as análises acerca de um *corpus* de pesquisa, é necessário. No próximo capítulo, apresentaremos os procedimentos metodológicos que darão forma às reflexões analíticas. Posteriormente, realizaremos a análise enunciativa de cinco cartas escritas pela imperatriz Leopoldina, a diferentes interlocutores, em distintos espaços e tempos.

6 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E O CORPUS DE PESQUISA: OS ELEMENTOS QUE EMBASAM A ANÁLISE

“Do ponto de vista antropológico, podemos dizer que sempre existiu preocupação do homo sapiens com o conhecimento da realidade”

Maria Cecília de Souza Minayo

A pesquisa científica demanda, por parte do investigador, criatividade, ousadia e rigor, no que tange à metodologia, a fim de que a hipótese e os objetivos, previamente definidos, sejam realmente confirmados.

A partir do escopo científico, em que consiste o ato de investigar? Os docentes Cleber Cristiano Prodanov e Ernani Cesar de Freitas (2013, p. 43), afirmam que “pesquisar, num sentido amplo, é procurar uma informação que não sabemos e que precisamos saber. Consultar livros e revistas, verificar documentos, conversar com pessoas, fazendo perguntas para obter respostas, são formas de pesquisa, considerada como sinônimo de busca, de investigação e indagação.”. Essa consideração será levada em conta, proporcionando êxito à pesquisa.

Quanto à natureza científica, este trabalho se configura como básico, à medida que gera novos conhecimentos sem, porém, aplicação prática prevista. O fio condutor (o método científico) será o indutivismo, visto que a tese origina-se de um aspecto particular e difrata-se com direção à generalidade, objetivando a concretude da realidade.

Concebida a partir de materiais que já foram publicados, esta pesquisa possui caráter bibliográfico e exploratório, haja vista que tornará explícito o problema, arquitetando questionamentos acerca dele.

Há de se mencionar, também, que – devido ao viés histórico que o perpassa – este trabalho científico faz jus à rotulação *Ex-post-facto*, pois o experimento investigativo dar-se-á posteriormente aos fatos ocorridos. A coleta de dados, feita no ambiente natural, caracteriza nossa tarefa acadêmica como qualitativa, almejando, dessa maneira, interpretar e atribuir significados a elementos linguísticos relevantes. (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 51).

Fundamental é fazer menção ao *corpus* que embasa esta pesquisa. A obra intitulada *D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz*, publicada, no ano de 2006, pela editora Estação Liberdade, contém os cinco textos (pertencentes ao gênero carta) que serão apreciados ao longo do processo de investigação. Dentre as centenas de cartas que compõem o livro, as contempladas foram escolhidas por sua representatividade histórica e, também, por sua originalidade e riqueza linguística.

As cinco cartas leopoldinenses que serão utilizadas na confecção do trabalho foram produzidas e enviadas, posteriormente, a diferentes interlocutores, estando, Leopoldina e os destinatários, em três diferentes espaços e sujeitos a três diferentes períodos temporais.

A razão de escolhermos essas correspondências em meio a tantas outras se deve ao fato que elas explicitam os aspectos teóricos fundamentais do nosso trabalho, como, por exemplo, a subjetividade, a intersubjetividade, os pronomes, e os dêiticos “aqui” e “agora”.

Diante disso, na análise enunciativa e interpretação dos dados, serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

1º Selecionar uma carta escrita pela imperatriz Leopoldina para cada um dos respectivos espaços:

- a) Europa (texto direcionado à irmã Maria Luísa, elaborado em Praga, no mês de maio de 1810);
- b) travessia marítima (correspondência redigida à tia Maria Amélia, feita em Florença, no dia 29 de junho de 1817);
- c) Brasil (carta elaborada para o pai, Francisco I, em solo brasileiro, no dia 8 de novembro de 1817).

Posteriormente, apresentaremos mais duas cartas, situadas em diferentes períodos temporais:

- a) a primeira, escrita à Maria Luísa, em Schönbrunn, no dia 28 de setembro do ano de 1814;
- b) a segunda, também destinada à irmã Maria Luísa, redigida em Santa Cruz, no dia 1º de março de 1818.

Os interlocutores nas cartas escolhidas são diferentes. Julgamos isso como positivo ao processo de análise, pois tal prerrogativa coloca em cena semelhanças e diferenças entre os destinatários que podem ser altamente reveladoras, contribuindo de forma global com a pesquisa.

Isso tudo será feito com o intuito de ilustrar três diferenciados espaços e dois períodos temporais – diretamente relacionados a contextos históricos que influenciaram a escrita leopoldinense.

Em seguida, observando as cartas de modo simultâneo, não as analisando separadamente, serão examinados:

2º As marcas enunciativas referentes ao “eu” que se relaciona com o “tu”, opondo-se ao “ele”, a fim de mostrar que elas são elementos encurtadores de distâncias espaciais no processo de trocas enunciativas realizadas pela imperatriz Leopoldina, via diálogo.

3º Os índices inerentes ao “tu” em consonância ao “eu”, frente ao “ele”, revelando, assim, que eles são traços linguístico-enunciativos atenuantes, aproximativos e redutores do

tempo de natureza cronológica que transcorre entre diferentes interlocutores inseridos no âmbito da enunciação.

4° O “aqui / agora” (esse último nos tempos passado, presente e futuro) correspondente tanto ao “eu” quanto ao “tu”, em oposição ao “ele”, demonstrando que tal constituinte possui a capacidade de materializar o encurtamento das distâncias, mesmo que os fatos não ocorram presencialmente, em situações de interação enunciativa.

Resta, feito isso, a execução de mais dois mecanismos indispensáveis:

5° Realizar, com respaldos exclusivamente teóricos e reflexivos, a análise dos dados colhidos, abordando as categorias enunciativas de pessoa, não pessoa, subjetividade, intersubjetividade, pronomes e dêiticos, inseridas no gênero carta, por meio do diálogo.

6° Estabelecer a conclusão definitiva, posteriormente ao exercício analítico, discutindo os dados observados.

A seguir, apresentaremos as cinco cartas escritas pela imperatriz Leopoldina, as quais compõem o *corpus* de pesquisa:

Carta 1:

[Praga, maio de 1810?]

Queridíssima Luísa!

Tua carta tão carinhosa me trouxe alegria extraordinária e grande pesar ao mesmo tempo, pois percebi que ainda não ficaste boa; também me preocupa que não tenhas recebido as cartas que te enviei de Praga, nas quais descrevi vários prazeres que desfrutei. Agora quero contar o que tenho feito desde então. Há alguns dias estivemos em Thrin, uma igreja muito suja que só é digna de ver por suas antiguidades. Lá fica o túmulo de Tycho Brahe, um astrônomo famoso que o Imperador Carlos IV mandou buscar da Suécia. Seu observatório fica no jardim do palácio. No mesmo dia fomos para Wischerath, onde também há uma igreja. Lá se conta uma história bastante estranha, de que o diabo apostou com um padre que traria uma coluna de uma igreja de Roma antes que este terminasse de rezar a missa, mas o padre rezou a missa mais rápido e o diabo, furioso, jogou a coluna do alto da igreja. Hoje se pode vê-la destrocada no chão. Ali também se conserva uma imagem de Nossa Senhora, que dizem ter sido pintada por São Lucas. No outro dia fomos para [...]. Mamãe foi conosco e também desceu da carruagem. Esse passeio público é muito bonito, e com o tempo ficará mais bonito ainda. Também estivemos no parque Wimmer, que se parece com o terreno descampado diante de uma fortaleza. Um dia antes de irmos até esse parque, aconteceram bailes no castelo do Conde Wallis e no nosso. O nosso foi um baile para crianças onde dancei muito. Pensei muito em ti porque também gostas tanto de dançar. Mas agora tenho uma coisa para contar que vai te divertir muito: a descrição exata da universidade local. Saímos de casa às cinco horas. Primeiro nos mostraram salões muito grandes, onde se organizam palestras e assembléias; um deles era da Faculdade de Medicina, onde nos mostraram uma mesa em forma de [...] sobre a qual muitos cadáveres já foram dissecados. De lá fomos para outra ala, onde há seis salões grandes cheios de livros; alguns deles são tão raros que nem mesmo o querido papai os possui; a biblioteca inteira, sem os manuscritos, reúne mais de cem mil volumes. De lá fomos para o observatório dirigido por um astrônomo famoso, padre David

Preinonstratenzer. Há muitos instrumentos lindos, especialmente um que é exemplar único; também se vêem ali relógios astronômicos especialmente bonitos. O que mais me agradou tinha um galo em cima que cantava e batia as asas sempre que o relógio badalava. Quase ia me esquecendo de dizer que na biblioteca há globos terrestres magníficos. De lá fomos ao laboratório de química, cujo mau cheiro era tamanho que agüentamos só cinco minutos. Depois fomos para o gabinete dos minerais, que contém exemplares raros em mais de 51 vitrines. Eu poderia passar o dia inteiro lá dentro sem comer nada; desde que estive em Praga aumentei minha coleção com algumas pedras e exemplares lindos. Também vimos as duas igrejas, que são extraordinariamente grandes e belas. Depois disso, durante um passeio de Praga a Lieben, fomos assaltadas por um habitante de Praga e tivemos que esperar pelas carruagens numa cabaninha precária perto de Troja, que fica entre Praga e Lieben; meus pés ficaram totalmente molhados. Anteontem tivemos um baile na casa do Conde Philip Kinzky. Foi muito divertido e dancei bastante. Ontem foi aberto o esquife de São João, mas o papai descobriu que ele está desaparecido há seis anos; muita gente estava lá para ver São João. Atrevo-me a mandar uma imagem do santo que comprei para Sua Majestade, a Imperatriz da França. Ontem à tarde estive na montanha Takel, de onde se tem uma vista magnífica. Pena que havia uma tempestade horrível lá em cima. Ontem a querida mamãe não se sentiu bem, ficou indisposta durante a refeição, por isso retirou-se aos seus aposentos e à noite esteve de cama com fortes dores de cabeça. A irmã Maria e o irmão Francisco estão um tanto indispostos; deste último recebi uma carta ontem. O bom tio Rodolfo teve que ser operado novamente. A irmã Carolina ainda não recebeu a caixinha que lhe mandaste, e também estou à espera de tua quarta carta. Fico feliz em saber que te lembrarás de minha coleção de minerais. Escreve-me sempre cartas tão longas quanto a última, assim também escreverei mais. Adeus, querida irmã, abraço-te mil vezes e acredita que sempre serás amada por tua irmã Leopoldina

Quase ia me esquecendo das lembranças que a tia e o tio Antônio te enviam, minha melhor amiga. Estou convicta de que compartilhas todas as tuas alegrias comigo, por isso quero dizer-te que vou para Karlsbad com a querida mamãe. Partimos no dia 5 de junho. Lá devo conhecer uma nova amiga, que é a Princesa Maria Ana, irmã do Rei da Saxônia. Dizem que é muito compreensiva e gentil. A Condessa Lazanzky te apresenta seus respeitos. Mais uma coisa: peço-te que me descrevas tudo o que vires quando fores a Paris. Se fores a Florença, como dizem, faz-me um relato minucioso dessa grande cidade e suas atrações. Em vez de me abraçar, abraça o imperador.

KANN, Bettina; LIMA, Patricia Souza. **D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz.** São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 181-184.

Carta 2:

Florença, 29 de junho de 1817

Queridíssima tia!

Como poderia expressar-lhe a alegria que senti ao ler sua amável carta; esta prova de sua lembrança e interesse por mim encheu-me do mais ardente reconhecimento. Meu coração agradece-lhe com toda a afeição [...] este caro interesse com aquele, bem sincero, que será conservado eternamente para a senhora, minha queridíssima tia, irmã predileta de minha incomparável mãe. É uma doce consolação para mim ter a certeza de que sua lembrança acompanhar-me-á sempre, sua bênção e suas preces servir-me-ão de guia nesta viagem que empreendo com a maior calma e tranqüilidade de espírito possíveis; como a

vontade de meu bom pai era a minha regra de conduta, tenho a convicção de que o céu há de proteger-me e levar-me-á a encontrar a felicidade nesta união.

Tenha a certeza, querida tia, que nos breves instantes em que a senhora tiver a bondade de pensar em mim, meus pensamentos encontrarão os seus; minha mais preferida ocupação será enviar-lhe minhas notícias e receber as suas, que me darão a certeza de que a senhora está bem e de que mantém sua bondade por mim. As belas pulseiras que a senhora se dignou enviar-me deram-me o maior prazer; elas estão no meu pulso e não hei de tirá-las e servir-me-ão de talismã da felicidade; eu lhe agradeço mil vezes.

Graças a Deus, temos recebido as melhores notícias do Brasil, assim como de Lisboa, tudo está calmo lá, de novo; mas a chegada de minha frota foi adiada para o dia 20 do próximo mês.

Permita-me, querida tia, solicitar-lhe que abrace por mim, com muita ternura, minhas primas e primos, que amo infinitamente sem os conhecer; fiquei bastante assustada com o acidente ocorrido com meu primo Ferdinando, e agradeço ao céu por não ter havido conseqüências graves.

Querida e boa tia, a senhora pode imaginar qual possa ser o meu consolo de passar os últimos dias em companhia de minha querida Maria; ela e o tio Leopoldo, o grande duque, e todos os meus familiares cuidam de mim com muito carinho, de modo que será bem custoso deixá-los, mas suportarei tal sacrifício e, em compensação, espero que esse sacrifício granjeará para meu pai, para mim e para meus familiares toda espécie de bênçãos. Querida tia, pode ter a certeza de que, ao beijar com muita ternura suas mãos, assim como as do querido tio, permanecerei toda a minha vida com a mais verdadeira e terna afeição

queridíssima tia
sua submissa e dedicada sobrinha
Leopoldina

KANN, Bettina; LIMA, Patricia Souza. **D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 303-304.

Carta 3:

São Cristóvão, 8 de novembro de 1817

Querido papai!

Com a ajuda divina cheguei muito feliz e saudável ao Rio de Janeiro, após uma travessia de 84 dias, da qual me despedi no penúltimo dia com uma tempestade bastante violenta; a entrada do porto é estreita e acho que nem pena nem pincel podem descrever a primeira impressão que o paradisíaco Brasil causa a qualquer estrangeiro; basta dizer-lhe que é a Suíça com o mais lindo e suave céu; na entrada da baía há três belos fortes, além de vários grupos de ilhas; ao longe vislumbram-se altíssimas montanhas cobertas de palmeiras e muitas outras espécies de árvores. Toda a frota portuguesa e as fortalezas fizeram um canhoneio tão estrondoso que quase ensurdeci; havia chegado há cerca de uma hora no porto quando chegou toda a família real em uma galeota magnífica para me fazer uma visita; Sua Majestade, o Rei, sofre muito de uma perna, mas graças a Deus já está melhor; fiquei profundamente emocionada com a recepção que me ofereceram. Todos são anjos de bondade, especialmente meu querido Pedro, que além de tudo é muito culto. Embora esteja casada com ele há apenas dois dias, ele merece todo o meu respeito e atenção, pois seu comportamento, sob todos os aspectos, é admirável. Passei alguns dias bem difíceis, pois estava de mau humor das sete da manhã às duas da madrugada; além disso meu mui amado esposo não me deixava dormir, até que lhe disse sinceramente que estava abatida; faz quatro dias que estou com dores de estômago e barriga, que meu

marido já considera bons presságios, mas não acredito nisso. O Kammerlacher foi nomeado médico particular e permanece aqui, assim como Schüch e Frick. Sua Majestade, o Rei, está extremamente satisfeito com o Barão [...] e o Conde Wrba e fala o dia todo sobre o senhor, querido papai, o que me deixa muito contente; acaba de me pedir (fico muito com ele) que lhe apresente os seus respeitos. Beijo-lhe as mãos inúmeras vezes e permaneço sempre com profundíssimo respeito e amor filial, querido papai,

sua filha mui obediente
Leopoldina

KANN, Bettina; LIMA, Patricia Souza. **D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz.** São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 313-314.

Carta 4:

Schönbrunn, 28 de setembro de 1814

Amada Luísa!

Escrevo-te apenas algumas linhas para que vejas como sou aplicada e que se não escrevo mais é apenas por falta de tempo. Minha saúde está melhorando, mas demasiado lentamente, porque é o estômago e um pouco de reumatismo. Mal posso esperar por tua chegada e divertir-te com minhas histórias. Nossa vida atual não me agrada em nada: das dez da manhã às sete da noite estamos continuamente em vestido de gala, de pé, passando o dia em cumprimentos e ociosidade. Todos os dias temos um jantar de 34 pratos, que começa às quatro e dura três horas, já que o czar da Rússia deixa-nos esperando durante duas horas; gosto muito do rei da Prússia, pois é um príncipe muito bonito e bem educado. A czarina da Rússia também tem todo o meu aplauso, é um tanto embaraçada, mas de resto tem bom coração. Hoje chegaram o rei, a rainha, o príncipe herdeiro e o Príncipe Carlos da Baviera, que me agradam muito. Estamos todos muitos cansados e confesso que não consigo me alegrar, como as outras pessoas, vendo todos esses soberanos. Fico bastante desolada quando tu, querida irmã, tem freqüentemente aquelas dores d'alma e podes ter certeza de que me solidarizo contigo. Não vejo mais teu filho; [...] há pouco, quando a Princesa Taxis e o rei da Dinamarca o viram do escritório, o acharam a criança mais adorável e linda do mundo; a princesa me pediu que eu te apresentasse seus respeitos e te dissesse como se solidariza contigo na tua situação; falei com ela após o almoço um dia desses durante meia hora. Espero receber teus relatos de viagem, pois desde que partiste recebi apenas a primeira das tuas três cartas. Kozeluch está terrivelmente zangado, pois quase não tenho aulas com ele desde que os soberanos estão aqui. Não sei como agradecer à Condessa Montesquieu pela atenção que tem comigo, pois me dá notícias tuas quando não as recebo. Estamos freqüentemente com tia Teresa e o Príncipe Antônio; o coitado me dá pena, assim como toda a família saxônica, pois não são nada bem tratados. Meu desejo é que pudesses comemorar conosco o dia onomástico do querido papai, que passaremos aqui em toda a tranqüilidade, e com certeza ele ficaria feliz. Adeus, abraço-te mil vezes e permaneço

tua irmã que te ama ternamente
Leopoldina

KANN, Bettina; LIMA, Patricia Souza. **D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz.** São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 214-215.

Carta 5:

Santa Cruz, 1º de março de 1818

Caríssima Luísa!

Minha boa e velha irmã, apenas umas poucas linhas de Santa Cruz, onde agora estou, para brigar muito, muito contigo; és infiel, o último navio não me trouxe nenhuma linha de ti, que tanto amo, por quem choro por não poder estar contigo; mas é assim, a quarenta mil milhas de distância esquece-se dos amigos que têm seu único consolo, sua única alegria pensando em sua velha amada Luísa; [...] crê-me, já tive tantas experiências nos poucos meses em que vivo entre outras pessoas em um outro país, que me tornei um tanto desconfiada e cautelosa; superei alguma ingratidão, algum desgosto, tudo isso posso suportar firmemente confiante no Onipotente, que nunca abandona ninguém na dor e aflição, mas a idéia de que tu talvez me ames menos do que antes, quando éramos as duas amigas mais íntimas, esse pensamento parte meu coração; escreve-me sobre tudo que te é caro, muito, muito, senão ficarei desesperadamente melancólica. Agora vou todos os dias à caça em lodo, pântano e água, geralmente a cavalo, porque há muitas cobras venenosas; espero receber as plantas para ti quando retornar a São Cristóvão. Adeus, o navio está de partida, abraço-te cem mil vezes e permaneço sempre com fervorosíssimos amor e amizade

tua Leopoldina que te ama ternamente

KANN, Bettina; LIMA, Patricia Souza. **D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 330.

Definidas as linhas de trabalho, a tarefa analítica que se pretende a partir daqui realizar ganha um viés prático, pois ela corroborará os escopos técnico-metodológicos inerentes à Ciência, garantindo sua validade no universo do conhecimento. Acerca disso, Francisco Perujo Serrano (2011, p. 135) revela que não se faz

Ciência sem paciência. O ato de pesquisar ativa em seus promotores um comportamento de resistência diante das transformações que emergem a cada passo. Dessa forma, entendemos por caminho da pesquisa essa dimensão espaçotemporal que transcorre entre o projeto e o início de redação do informe que funciona como recipiente final para todas as suas contribuições ao universo do conhecimento científico. (SERRANO, 2011, p. 135).

Audácia, espírito criativo e técnica: esses são três, dentre tantos outros, elementos que devem acompanhar o pesquisador pelas trilhas científicas rumo à construção e, também, à conquista do conhecimento. Isso permite, logo, que o saber-fazer se consolide como prática que conduz ao enriquecimento do cenário acadêmico atual.

O percurso que fizemos até aqui permite que passemos, no capítulo seguinte, à análise das cinco cartas selecionadas, escritas pela imperatriz Leopoldina. O próximo momento da tese se configurará, dessa maneira, como um espaço onde o arcabouço teórico servirá como base ao olhar analítico-enunciativo que pretendemos empreender sobre o *corpus* de pesquisa.

7 O COMPORTAMENTO DOS OBJETOS DE ESTUDO EM QUESTÃO: A ANÁLISE E A DISCUSSÃO

“Se o fazer uma tese é uma imposição, norma ou lei, a tese é, paradoxalmente, uma atividade lúdica que apanha diversas perspectivas em contraponto, exacerba dinamicamente os contrastes e nos faz descobrir nova maneira de ler ou de ver o já visto ou lido”

Umberto Eco

Este capítulo servirá como espaço de observação de particularidades inerentes a cinco cartas escritas pela imperatriz Leopoldina, destinadas a diferentes sujeitos, situados em distintos locais e períodos temporais. Fizemos, por duas vezes, a leitura de mais de trezentos textos escritos pela imperatriz, além de estudar mais de dez biografias a seu respeito.²³ As cartas selecionadas para a análise nos interessaram por crermos que são reveladoras de aspectos que ilustram os conceitos teóricos mobilizados, relacionados aos objetos de investigação que nos propusemos, desde o início, pesquisar.

Acionaremos, nesta atividade, o aparato metodológico de análise descrito no capítulo anterior. Isso se deve ao fato de que a Linguística não dispõe de uma forma única e padronizada de investigar o *corpus*, cabendo a nós elaborá-la. Destacamos, também, que iremos utilizar, nos momentos oportunos deste capítulo, outros autores além dos que já fizemos uso, pois o conhecimento teórico por eles produzido é válido para comprovar nossos propósitos investigativos.

A fim de sustentar o exercício analítico, conceitos descritos no capítulo referente à metodologia serão mobilizados, a saber: a) pessoa, b) não pessoa, c) sujeito, d) subjetividade, e) intersubjetividade, f) pronomes, g) dêiticos e h) diálogo.

Parece-nos indispensável, neste espaço de reflexão e análise, rememorarmos aspectos inerentes à escrita (sempre atrelados aos princípios teóricos de Émile Benveniste), interligados e manifestados no modo de escrever de Leopoldina.

Na elaboração de suas correspondências, a imperatriz Leopoldina utilizou o idioma alemão. É preciso lembrarmos que a língua é um sistema, primeiramente, semiótico, capaz de estabelecer relações semiológicas, através da propriedade de autossemiotização²⁴, a qual possibilita ao elemento linguístico tornar-se discurso, no âmbito da escrita. E é exatamente isso o que veremos nas cartas leopoldinenses.

²³ Ressaltamos que tanto as mais de trezentas cartas escritas pela imperatriz Leopoldina quanto as biografias lidas a seu respeito estão, respectivamente, referidas ao final deste trabalho.

²⁴ A fim de esclarecer quaisquer possíveis dúvidas, o conceito benvenistiano de autossemiotização foi discutido ao longo de todo o capítulo 4 deste trabalho, espaço para onde o leitor pode reportar-se.

É preciso destacar, inicialmente, que a imperatriz esteve, sempre, à frente de seu tempo. A subjetividade enunciativa instaurada na clássica correspondência “eu / tu” é uma constante na escrita de Leopoldina. Através disso, é possível ver o sujeito de modo bem menos estanque em termos de relação de manejo com a língua, haja vista a mobilização que ele faz de aspectos determinantes à ocorrência desse processo, como a intencionalidade inerente à enunciação.

A imperatriz Leopoldina utilizou, em todas as suas cartas, uma linguagem contida e erudita. Há, no texto leopoldinense, uma estreita relação entre aquilo que é sentido e o que é dito. Vale lembrarmos que a linguagem, na maneira de pensar de Benveniste, não é, exclusivamente, um sistema. Há, na sua Teoria da Enunciação, duas perspectivas complementares que devem ser consideradas. A primeira delas é intralinguística, pois a representação (a significância) semantiza a língua, instaurando o discurso. A segunda se revela como translinguística. Tal noção é metassemântica, adentrando à semântica enunciativa. Inserido nesse domínio, há o componente intralinguístico. O “aparelho formal” é a expressão que Benveniste utiliza para traduzir essas duas correlações. Sabemos que a teoria benvenistiana propõe duas visões acerca da contemplação da língua: 1ª a inerente à forma – a semiótica e 2ª a que concerne ao sentido – a semântica. O processo de intensa produção, que continuamente se renova, integra a língua. O “sempre novo” é, com base nisso, o fato que coloca-a no espaço da enunciação, sempre nova, irrepetível. Corroborando tal perspectiva, o discurso da imperatriz, em compartilhamento com os seus interlocutores, é puramente enunciação, à medida que se enquadra na relação de inseparabilidade “eu / tu”.

Qual a essência global do modo de escrita das cinco cartas de Leopoldina por nós selecionadas? Quais as correlações por elas construídas? O pensamento da imperatriz Leopoldina pode ser caracterizado, no mínimo, como dinâmico, mas também altamente complexo. Essa complexidade e dinamismo amplificados fez com que ela dialogasse com áreas do conhecimento como a Filosofia (inclusive a da linguagem), a Arte, a Literatura, a Mineralogia e, principalmente, as Ciências Humanas, de forma geral. Leopoldina soube, despretensiosamente, manejar as propriedades universais da língua e da linguagem, dando atenção especial, nesse contexto, à subjetividade que se enuncia, instaurando traços também da Antropologia em seu dizer.

Há uma nova forma de ver a escrituralidade, proposta por Émile Benveniste; e essa perspectiva enforma, perfeitamente, a correspondência construída pela imperatriz Leopoldina. Esse olhar original é bem traduzido por Julia Kristeva (2014, p. 36), no

prefácio da edição brasileira de *Últimas aulas no Collège de France*, onde a pesquisadora assim se posiciona:

[...] “*Nós propomos* [grifo nosso] que a natureza essencial da língua, que comanda todas as funções que ela pode assumir, é sua natureza *significante*.” A “significância” que “informa” a língua assim estabelecida é uma propriedade que “transcende” “qualquer utilização particular ou geral”, ou ainda uma “característica que colocamos em primeiro plano: a língua *significa*”. (KRISTEVA, 2014, p. 36). (grifos da autora).

Uma intenção é bastante perceptível ao fazermos a leitura atenta das cinco cartas da imperatriz: ela comunga da relação existente entre “língua / linguagem / sujeito” como própria do discurso, calcada no diálogo (através das alocações), inserindo cada enunciado no fenômeno da enunciação. Esse modo particular de concepção linguístico-metodológica instaura a situação de trocas pautada no binômio “subjetividade / intersubjetividade”, encurtando, pelo poder coercitivo do diálogo, o espaço entre o locutor e o interlocutor.

Nos textos de Leopoldina, o signo é um elemento arbitrário, resultante da convenção social. Ele é binário, reducionista, relacionado ao sistema, institucionalizado e interno à língua, compondo a esfera semiótica. Aquilo que a futura rainha escreve é altamente semântico, visto que é discursivo e enunciativo. O elemento sígnico se converte em prática de semiologia, representada não mais por uma unidade simbólica, mas por uma palavra, mobilizada pelo locutor, ocasionando a sensação, pelo fio do diálogo, de encurtamento do tempo de natureza cronológica, na enunciação.

O campo semiótico faz com que a língua – compreendida como discurso – elabore seu próprio funcionamento semântico. Assim, a saussuriana significação, advinda da sintagmatização, cede espaço à benvenistiana semantização, translíngua e metassemântica. Tal cenário traz à tona a ideia de língua-discurso. O *eu* (a imperatriz Leopoldina) interpela o *tu* (Maria Luísa, Maria Amélia e Francisco I), excluindo o tema *nu ele* (a não pessoa) da interação enunciativa. A língua, objeto em destaque nesse processo, formula uma semântica particular: a da significação no diálogo intersubjetivo.

A dupla face do sistema linguístico, a semiótica e a semântica, ganha sustentação na escrita leopoldinense, a qual atua mais fortemente no seio social do Império. Nesse contexto, a imperatriz, em seus cinco textos, “bebe na fonte” das noções fundamentais referentes à escrituralidade enquanto prática social da escrita, utilizando-se de uma tipologia textual altamente difundida, diacronicamente, na comunidade de falantes de sua época. O ato de escrever cartas, para Leopoldina, se constituiu como uma atividade, acima

de tudo, humana, atuando, nos momentos de solidão e melancolia, também como uma questão de sobrevivência.

Há, no exercício de escrever ao outro, o encurtamento espaço-temporal. Na carta, a escrita é um sistema semiótico particular. Primeiro, isso se deve pela razão de ela estar descolada da fala, o que a permite atingir um nível mnemônico elevado de abstração. Depois, pelo fato dela ser um veículo que exterioriza conteúdos e sentidos, ocupando o *status* de prática subjetivo-comunicacional. A memorização, comunicação e transmissão de enunciados ganham concretude na escrituralidade das cartas. Isso é o que faz com que o locutor veja que tanto seu pensamento quanto sua língua são representações enunciativas que extravasam o limiar da palavra, transmutando-se em diálogo, via enunciação. A representação do pensamento materializa-se naquilo que se escreve, e isso dá forma a uma experiência singular, por meio da qual o locutor encontra-se consigo e, ao mesmo tempo, com o interlocutor.

A imperatriz Leopoldina, ao escrever, iconiza o pensamento. A linguagem exterior é enformada pela sua escrita. Enquanto isso, a linguagem interior da imperatriz é, em um primeiro momento, compreensível e, posteriormente, possível de ser interpretada, em suas correspondências, pelos seus interlocutores. Contudo, através de um processo de conversão do pensamento em enunciação, a escrita, não só a de Leopoldina mas a praticada por qualquer autor, assume algumas características que a singularizam, a saber:

- a) Possui natureza globalizante frente aos demais sistemas simbólicos;
- b) Organiza-se, estruturalmente, de maneira não esquemática;
- c) Sua prioridade não é gramatical, mas sim semântica;
- d) Contrária à alusão, ela é específica, referencial;
- e) Em termos de progressão – que culmina na ininterrupta produção de sentidos – aquilo que se escreve é sempre dinâmico;
- f) Inicialmente “incoerente” (haja vista a dúvida daquele que enuncia frente ao interlocutor, no que tange ao teor fundamental do pensamento), a escrita torna-se coerente, autossemiotizando-se *pela* enunciação.

O ato de elaboração de cartas posto em ação pela imperatriz Leopoldina é a exata junção da subjetividade e da memória. A inteligibilidade de sua escrita dependeu da manifestação do pensamento. Sobre tal relação, a qual é delineada pela Teoria da Enunciação benvenistiana, Kristeva (2014, p. 43-44) explica que, se assim compreendida,

A “representação icônica” constrói *em conjunto* a fala e a escrita: ela “acompanha a elaboração da fala e a aquisição da escrita”. Nesse momento de sua teorização, e de encontro a Saussure, Benveniste observa que, longe de ser “subordinado”, o signo icônico associa o pensamento ao grafismo e à verbalização: “A representação icônica se desenvolveria *paralelamente* à representação linguística”, o que deixa entrever uma outra relação entre *pensamento e ícone*, “menos literal” e “mais global” do que a relação entre *pensamento e fala*. (KRISTEVA, 2014, p. 43-44). (grifos da autora).

A escrita das cartas leopoldinenses, em seus diferentes modos de manifestação, opera, na língua, a dupla significância “semiótico / semântico”. Ao escrever, Leopoldina faz um prolongamento do sistema linguístico, fato possível através de uma coextensão, ao mesmo tempo que há o paralelismo entre a língua e a escrita. Esse processo de iconização formaliza os sistemas linguísticos, à medida que há a literalização da escrita. A conjugação entre a linguagem interior e a exterior dá origem ao diálogo. Esse é o espaço de ocorrência da enunciação, a qual depende, ao menos parcialmente, da autossemiotização da língua. A escrita, em qualquer correspondência, é um sistema sógnico-simbólico intrínseco a todas as línguas, à linguagem e ao sujeito que enuncia, condição que a torna elemento motivador do funcionamento da cadeia discursiva.

A narratividade interior, própria do indivíduo que escreve, se manifesta na exterioridade através do encadeamento sucessivo de ideias. A escrita desenvolvida pela imperatriz Leopoldina, em suas cinco cartas, é o elemento virtual que dá sentido a essa fenomenologia, organizando-se por meio das associações feitas pelas palavras e enunciados, configurando o diálogo, em cujo interior encurtam-se tanto o espaço quanto o tempo de natureza cronológica. A capacidade inata que o homem tem de dizer e, como consequência disso, de escrever, é bem mais que uma simples competência de ordem sintática, pois a produção de sentidos situa a escrita na esfera do semântico, fazendo com que ela atue como prática discursiva e enunciativa.

A função de significância da língua e da linguagem é o eixo central de condução dos estudos enunciativos. O fenômeno da linguagem determina o comportamento no espaço social. A língua, por sua vez, é a instituição que contém a sociedade e, como resultado disso, age sobre o mundo e, ao mesmo tempo, sobre si, semiotizando-se, cabendo à escrita a constante renovação (o revezamento) que o sistema linguístico realiza, constantemente.

A língua e a escrita possuem caráter instrumental e utilitário. Sabe-se, de certa forma, o que são tanto a língua quanto a escrita. Mas, o que elas *não* são? Em hipótese alguma dispõem-se a ser mera comunicação, ferramenta, instrumento ou entidade sem

vida. Elas *são* elementos textuais, discursivos e enunciativos, produtoras e autogeradoras de significação. Escrever uma carta, por exemplo, mobiliza o locutor a refletir, operando sobre a língua, através da enunciação. A escrita da imperatriz à Maria Luísa, Maria Amélia e Francisco I é um *processo* linguístico singular, transformador do sistema comunicativo individual, do próprio homem, da sociedade e das diferentes materialidades textuais disponíveis à interação social.

No âmbito das cartas de Leopoldina, outro questionamento interessante sobre sua escrita pode ser feito. Nelas, a língua e a escrita têm equivalência quanto a sua significação? O modo de significar dessas duas entidades linguísticas é praticamente idêntico. Como, porém, isso ocorre, nesse contexto inter-relacionado? A capacidade auditiva cede espaço à visão, via transferência, na construção da escrita. Aquilo que é escrito pela imperatriz Leopoldina a seus interlocutores não deixa de ser uma forma secundária da fala. O que é dito é transferido e se materializa na escrita. Esse processo instaura a relação indissociável “fala / escrita”, na qual o que se escreve é uma enunciação da própria fala, pois a escrita não deixa de ser uma apropriação da fala. Isso permite que, ao escrever, a imperatriz se comunique, transmitindo ao interlocutor conteúdos que são semanticamente compreendidos, semioticamente reconhecidos e enunciativamente interpretados. A interpretância da língua depende da escrita, haja vista que essa é elemento indispensável nesse processo. A transposição “audição / fala / escrita” é condição fundamental para que o sistema de signos se converta em verbalização e, por fim, em registro escrito, o qual se organiza através dos engendramentos próprios da enunciação.

A escrita é o elemento que estrutura a língua e a linguagem. Ao escrever, parte-se da unidade simbólica (o signo) em direção à multiplicidade de enunciações e de sentidos. Esse contexto remete à noção de processo de referenciação, onde o que é interno se exterioriza, materializando a significância da linguagem. O ato de escrever é uma representação gráfica capaz de utilizar-se de uma gama de formas tipológicas e genéricas, como a carta, para manifestar-se e registrar-se. Enquanto exercício subjetivo, o locutor interpela o interlocutor, na escrita, construindo a relação de intersubjetividade. Aquilo que é escrito é, primeiro, uma prática individual de manifestação do pensamento. Em face da interação com o outro, a escrita supera o campo inerente ao linguístico, firmando-se como veículo translinguístico de comunicação.

No que concerne à relação entre a língua e a sociedade – aproximação necessária à existência da escrita de cartas – pode-se afirmar que o ato de escrever é coextensivo à

sociedade. Há, na enunciação escrita de Leopoldina, uma relação de dependência entre duas estruturas: a linguística e a social. A significação, interpretada como inerente à escrita, é fator indispensável para que haja a concretização da comunicação, seja falada seja escrita. O sentido da enunciação é completo somente se houver a interação entre o locutor e o que foi escrito, pois o ato de enunciar é uma atividade pluriparticipativa. A escrita da correspondência, a partir disso, tem de ser vista como uma experiência que molda a natureza constitutiva da língua, da linguagem e do locutor. Ao escrever, a imperatriz Leopoldina preenche a língua de significação, formulando um ato intersubjetivo semiótico (pois não renega o signo) e, ao mesmo tempo, semiológico (pois o sentido é o elemento que sustenta a enunciação). A escrituralidade, na carta, parte sempre das construções sintáticas e sintagmáticas, constituindo-se como discurso através da irrepetibilidade da enunciação e do posicionamento subjetivo do locutor.

Nas cartas que serão postas em análise neste espaço do trabalho, poderemos perceber que o locutor, ao mobilizar o aparelho formal da enunciação, escreve influenciado pela situação intersubjetiva, a qual suscita o uso de instrumentos e, também, procedimentos que fazem com que a enunciação escrita se adapte às diferentes formas de manifestação que demandam prévio engendramento. A dimensão da escrita, especialmente a da correspondência, em termos de importância no âmbito da Linguística, é tão expressiva que amplifica a relação de troca dual existente entre o “eu / tu”, valorizando, em um grau mais elevado, a correlação de subjetividade em face da de personalidade.

Isso mostra a dinâmica funcional da escrita leopoldinense, calcada na conversão da língua em discurso e desse em enunciação. O espaço ocupado pela escrita, dentre as diversas formas de manifestação e usos da língua, é o da transformação, executada pela força linguística da significação. Sendo a língua o único sistema humano capaz de tudo interpretar, inclusive a ela mesma, cabe à escrita, nas cartas, o papel de ser o elemento que engendra a língua e a linguagem, situando o locutor no centro de todo esse processo.

No momento da escrita, Leopoldina expõe singularidades específicas. O referente da linguagem situa-se fora dela, delineando-se por meio do ato enunciativo. Ela, ao escrever, materializa a subjetividade instantânea, a qual, na situação de troca estabelecida entre o locutor e o interlocutor, cria a condição de diálogo intersubjetivo. A semiologia enunciativa, na escrita, tem três dimensões: 1ª infralinguística, 2ª supralinguística e 3ª translinguística. A partir disso, a experiência da escrita das cartas leopoldinenses é capaz

de esclarecer traços subjetivos, impondo-se, de acordo com a Teoria Enunciativa de Émile Benveniste, como definidora dos sentidos, do sujeito e da existência dele.

A enunciação, na carta, não tem existência apartada do diálogo. A língua, disponibilizando ao locutor seu aparelho formal, mobiliza o exercício da linguagem. Como produto originado desse processo, o discurso condiciona o homem a enunciar, interpretando a si e a sociedade, visto que tal realidade é intrínseca a sua natureza. O pensamento interior da imperatriz Leopoldina, enquanto prática de produção mental, vem à tona, refletindo-se, materialmente, na língua. A escrita é o modo operatório que torna possível ao conteúdo mnemônico transpor-se em simbologias, fato esse que causa a sensação de encurtamento espaço-temporal. No instante em que escreve, o locutor impõe limites, através das formas linguísticas, ao pensamento, elemento essencialmente ilimitado. A escrituralidade é o fio condutor da enunciação, definidora daquilo que concerne à unidade e, também, do que compete à diversidade. A escrita, nas cartas, codifica codificando-se e limita limitando-se. Ela é uma prática discursivo-enunciativa comunicativa e racional, atrelada à sociedade. O deslocamento “língua para discurso”, gerado pela significância que semiotiza o sistema linguístico, atribui à escrita da imperatriz a condição de ser o espaço de plena liberdade da comunicação.

Nas correspondências de Leopoldina à Maria Luísa, Maria Amélia e Francisco I a escrita alcança sua verdadeira dimensão: a de ela ser uma prática integradora, pois em sua interioridade estão a língua, a linguagem, a sociedade, o homem, o diálogo e a enunciação. O que se escreve ordena o pensamento e todos os demais elementos linguísticos que, em sincronia, compõem a comunicação. Assim, de que modo a escrita leopoldinense funciona? A junção entre as estruturas mínimas do sistema linguístico – os signos – dá forma à língua. Essa se manifesta através do acionamento da linguagem, faculdade distintiva humana. Tal dimensão semiológica fundamenta esse processo. Mas, é por meio da conversão da língua em discurso (a semiotização) que a escrita assume a posição de enunciação, cristalizada via diálogo.

A realidade exterior – a Europa, a travessia marítima e o Brasil – influenciou a imperatriz Leopoldina; e isso estabeleceu estreita relação com a sua escrita. Os elementos extralinguísticos também determinam a forma como o indivíduo enuncia, mobilizando a linguagem. O nível semiológico age, sobre o locutor e sua enunciação, como uma experiência que, instantaneamente, traduz a subjetividade em escrita, materializando a memória. Há, na interioridade da fenomenologia da escrita, uma relação humana entre o locutor e o interlocutor. Ela está baseada na correspondência do “aqui / agora”, fazendo

com que, ao escrever, adentre-se no campo do irrepetível, estância da língua que tão bem revela a essência que fundamenta todo o processo de enunciar. Um enunciado, sozinho, carrega uma significação. Por meio dele, e da junção com outros enunciados, a intenção que o locutor tem de se comunicar é facilitada, visto que o pensamento se manifesta através da enunciação, reduzindo, pelo poder intersubjetivo do diálogo, o espaço e o tempo cronológico. A escrita é, enquanto instituição globalizante, o produto final de toda essa organização linguístico-operatória.

Escrever, baseando-se nas pressuposições benvenistianas, é enunciar. Quando escreve, a imperatriz o faz em face do interlocutor, o leitor. A concretização disso depende da passagem do semiótico para o semântico, tornando possível a proposição de uma realidade linguística por parte de quem enuncia. O ato de escrever a correspondência é uma relação de trocas, uma experiência, primeiro, subjetiva e, depois, intersubjetiva, compartilhada. Se o pensamento se manifesta através das palavras, a escrita é, também, cognitiva, além de linguística e enunciativa. A realidade do já vivido é sempre enunciada pelo autor. Na enunciação escrita, o locutor coloca-se na condição de sujeito. Ao escrever, Leopoldina, situada no espaço próprio da relação de verdade, afirma sua existência diante do outro. A enunciação, via escrita, é o princípio fundamental que atribui, a cada indivíduo envolvido no processo de comunicação, o *status* de “ser que enuncia”.

A língua está presente em diferentes lugares e situações, desempenhando diversas tarefas, a serviço do homem. A escrita é um sistema que se origina na língua. Acerca disso, Émile Benveniste, em 1969, faz alguns apontamentos interessantes acerca da arte de escrever. Benveniste (2014, p. 127) assim se manifesta:

Vivemos na civilização do livro, do livro lido, do livro escrito, da escrita e da leitura. Nosso pensamento está, em qualquer nível, constantemente informado pela escrita. Isso relaciona de maneira cada vez mais íntima, extremamente íntima, a escrita com a língua toda, a fala e o próprio pensamento, que não mais se dissocia de sua inscrição real ou imaginada. Toda reflexão sobre a língua, em particular, faz surgir em nosso pensamento a forma escrita, na qual os signos linguísticos adquirem realidade visível. Essa condição em que nos encontramos diante da escrita mascara, a nosso ver, a maior dificuldade do problema, uma dificuldade menos relacionada à matéria do que à maneira como a consideramos instintivamente. Isso porque, sem um esforço de imaginação do qual bem poucos são capazes, mal estamos em condições de nos distanciarmos de nossa experiência secular para repensar do zero, em sua relação primordial, a língua e a escrita. (BENVENISTE, 2014, p. 127).

As relações que a escrita estabelece com a língua são essencialmente específicas. Não há uma correlação de universalidade, padronizada, entre o sistema linguístico e o seu registro escrito. A abstração fônica em face da linguagem é característica distintiva da

escrita em comparação aos outros modos de manifestação da língua. Está posto, nos estudos benvenistianos, que o caráter semiológico sobrepõe-se ao semiótico. A reversibilidade entre o som e a grafia é elemento que influencia na caracterização da escrita como prática discursiva e enunciativa. E, tal dependência, baseia-se no fato de que o significante mobiliza o significado.

A língua se converte, pela linguagem, em uma projeção de si, o discurso. O locutor (a imperatriz Leopoldina) é figura integrante dessa atividade, à medida que mobiliza a entidade linguística e se materializa, discursivamente, enunciando. No instante da escrita de suas cartas, há a representação concreta de uma transferência: a da fala para a língua. Aquilo que o locutor se dispõe a escrever é uma representação material de suas imagens mentais, uma simbologia subjetiva do pensamento, materializada no diálogo. Da totalidade do sistema à segmentação dele em enunciados, o pensamento é o elo que une aquilo que pode vir a ser escrito e o que realmente se escreve, a materialidade do dizer.

A linguagem interior, intrínseca à memória, é a propriedade fundante da escrita. A ascendência dessa tipologia de linguagem e sua concretização é o que torna possível à imperatriz escrever. Referencial em alto nível, essa forma de exercício da língua se organiza, esquematicamente, de maneira global. Ela age, sempre, no presente, fazendo com que o conteúdo escrito pelo locutor faça sentido tanto para ele quanto para o interlocutor. A inteligibilidade da linguagem interiorizada é consolidada pela passagem da instância da fala à realidade da escrita. Há, nas cinco cartas em análise, uma espécie de verbalização gráfica do pensamento, a qual Leopoldina, inconscientemente, faz transparecer ao escrever.

Essa conjectura em torno da relação entre a língua, memória e escrita nos faz ver que há, na interação, uma mensagem (a enunciação) que determina todo esse processo. Assim, enunciar é recordar, e escrever é perpetuar a recordação. A escrita da imperatriz Leopoldina em suas correspondências é a representação da subjetividade e, também, da realidade. Émile Benveniste (2014, p. 137) corrobora tal reflexão, ao explicar que “Pode-se, então, dizer que a “escrita” começa a ser “signo da realidade” ou da “ideia”, sendo *paralela* à língua, mas não seu *decalque*.” (grifos do autor). A escrita é, na carta, um signo inerente à língua, ao mesmo tempo que desempenha a função de ser um signo atrelado ao referente.

A representação gráfica da língua pela escrita instigou o homem, ao longo da História, e ainda hoje o desacomoda. A definição do objeto discursivo parte, inicialmente, do pensamento. Esse referente é componente da língua e a linguagem é sua metodologia

prática de exteriorização. Na escrita leopoldinense, o que, primeiro, foi falado, graficamente se evidencia. Ao passo que a memória significa e se projeta na língua, ao escrever, Leopoldina registra um sistema de simbologias pleno de sentidos. A escrita – representante da fala, em outra dimensão linguística – é a essência globalizante dessa trama que se mostra ser a enunciação.

Muito se discute sobre o ato de escrever ser uma representação gráfica da língua. Entretanto, o que é necessário para que essa representatividade assuma o valor de escrita? Qualquer mensagem (a enunciação) se manifesta a partir de uma forma, cabendo à escrita a responsabilidade de reproduzi-la. Sendo a materialidade do linguístico uma espécie de modelo a ser seguido pela escrituralidade, a imperatriz Leopoldina parte, de início, da técnica de migração do aspecto fônico para o interior da modalidade gráfica, a qual é composta por um número delimitado de signos linguísticos. Há uma relação de quase total inseparabilidade entre a língua e a escrita. Porém, essa proximidade entre as duas entidades não é obrigatória, haja vista que há idiomas cuja forma escrita não se transpõe, por completo, na língua.

A enunciação é um processo ilimitado, pois os enunciados, sempre novos, são infinitos. Há, na tradução gráfica dessa organização linguística, a necessidade obrigatória de um limite. A imperatriz mobiliza um repertório de palavras, ao escrever, disponível no sistema funcional da língua. Essas formas de representação do homem e do mundo – os elementos que compõem o vocabulário – não podem ser inventadas a cada enunciação, atendendo às necessidades momentâneas do locutor. A escrita de uma carta, por exemplo, realiza a contenção da língua, definindo seus limites e o modo dela se manifestar no seio social.

A língua, na concepção teórica benvenistiana, é um sistema aberto no sentido de comportar, em seu interior, diferentes tipos de escrita. Essa última está relacionada à cultura do espaço no qual se manifesta. O idioma nativo de Leopoldina, por exemplo, se baseia no princípio funcional da equivalência, pois cada um dos índices sígnicos corresponde a uma forma gráfica de registro. Algumas línguas, por sua vez, organizam-se com base no processo de decomposição de suas unidades constitutivas. Isso faz com que cada fragmento seja integrante do signo linguístico. A língua, e sua representação na escrita de cartas, fica atrelada apenas à forma, em detrimento do sentido, tornando-se apartada, ao menos parcialmente, daquilo que pretende comunicar.

Ao falar, o locutor estabelece, diante do interlocutor, a progressão contínua de palavras. A escrita, interpretada por Benveniste como a fala secundária, é um *continuum*,

podendo ser influenciada pelas separações. Uma prova real disso é o uso da pontuação nas correspondências leopoldinenses, recurso organizacional que fragmenta, ao mesmo tempo que modula, a enunciação. Dessa maneira, o diálogo da imperatriz Leopoldina com a irmã, a tia e o pai é a própria conversão da língua em forma linguística, devido ao fato de haver uma quantidade limitada de signos disponíveis aos enunciados. Aquilo que é dito pelo locutor na escrita de suas cartas é, também, uma organização originária do sistema formal da língua. Tal ato, amparado no fundamento da formalização, faz a separação necessária entre a língua, a escrita e a utilização dessas instâncias enunciativas.

No instante da enunciação, a imperatriz, involuntariamente, direciona sua atenção mais à entidade linguística do que ao conteúdo enunciado. A língua é um sistema de alta complexidade que se instaura na escrita através de representações gráficas. Tal materialidade alfabética é o elemento autossemiotizador da instância do linguístico. Toda a língua é metalinguística, pois ela descreve a si mesma e interpreta os demais sistemas. É inerente a essa faculdade humana a materialização objetiva de seu conteúdo, sintático e semântico. A escrita, nesse sentido, é o espaço no qual todo esse processo operacional se concretiza.

A escrituralidade, inerente às cinco cartas em observação, dá forma gráfica ao nível semiótico. Esse, junto da gramática inerente à língua, consolida a presença do semântico. Então, não é possível opor-se, totalmente, à noção de signo saussuriana, pois a escrita do texto leopoldinense se baseia, como ponto de partida para sua ocorrência, nos signos, de forma particularizada, compondo um exercício de natureza semiótica. No momento de sua manifestação, via escrita, Leopoldina representa o mundo e a ela mesma. A língua cede à escrita a possibilidade de tornar significantes as palavras. Os enunciados de uma carta são organizados *na* e *pela* língua. Em consequência disso, as relações humanas (como, por exemplo, as da imperatriz Leopoldina com a corte dos Habsburgo-Lorena), exercitadas pelas mais diversas práticas, têm significado devido ao fato de ser, antes de tudo, linguísticas.

O instrumento de representação mais fiel à língua é a escrita. Ela dá forma real aos ícones sgnicos, atuando como elemento referente do diálogo. Ao escrever aos seus familiares, a imperatriz traduz até mesmo sons em palavras, essas em estruturas sintáticas (o semiótico) e esse em discurso que, ao autossemiotizar-se, se converte em enunciação, produzindo sentidos (o semântico). Tanto a língua quanto a escrita são bem mais que instrumentos. Elas são entidades enunciativas complementares, espaços relacionados de

representação e significação, os quais são mobilizados pelo locutor que, escrevendo, subjetiva-se.

A fim de complementarmos as reflexões até aqui realizadas, é válido recordarmos que a Teoria da Enunciação de Benveniste indicou, ao longo do seu percurso, os diferentes modos de compreender a proximidade e, também, a relação existente entre a língua e a escrita. A fala, no entanto, possui uma forma diferenciada de organização interna e de manifestação externa. Há certa dissociação entre o que é falado e aquilo que se escreve, ocorrendo, no âmbito da língua, tal separação. Ao manejar os elementos do campo linguístico, os quais não excluem completamente a fala, Leopoldina coloca em ação as estruturas da língua, em sua multiplicidade. As unidades sintáticas, convertidas em conteúdo semântico, organizam, quanto à forma, a sua escrita, a qual permite ao locutor agir, intersubjetivamente, no mundo.

O ato de escrever correspondências, na História, transformou o modo de relacionamento humano em sociedade, principalmente no Brasil-Império. Em conjunto com a linguagem, escrever diferencia os indivíduos, sendo um canal de exposição da subjetividade. Muitas são as formas de uma comunidade se organizar, mas é através da escrita que essa organização ocorre de maneira mais significativa. O exercício de uso de determinada língua – a linguagem – coloca o locutor na condição de protagonista do processo enunciativo, o qual assume maior expressividade na materialidade escrita.

A tríade “língua / linguagem / escrita” perpassa a maioria das correntes teóricas que compõem a Linguística. Mesmo interligadas, elas possuem distinções entre si, sejam parciais sejam totais. Há, por exemplo, a relação homóloga entre a fala e a escuta e entre a escrita e a leitura. Lê-se o que, primeiramente, foi escrito. E, nesse processo inter-relacionado, a escrita pode manifestar, inclusive, a linguagem interior, pois o pensamento do locutor se reflete na enunciação. A memória não se traduz, geralmente, em elementos fonéticos. É pela escrita que ela age como fator determinante às práticas enunciativas. Conduzido pelo diálogo, o elemento mnemônico, enquanto propriedade daquele que escreve a carta, interpela, no acionamento do pensamento, o leitor, aproximando-os, mesmo que isso não ocorra presencialmente.

A escrita das correspondências não é independente da língua. Escrever é manifestar a fala em sua forma secundária. Realizando uma atividade de transferência do sonoro ao foneticamente verbalizado, ao escrever a imperatriz materializa, visualmente, a enunciação. A língua é, em princípio, um sistema de signos, relativamente estáveis. Tal conjunto simbólico de elementos se instaura no diálogo, o qual compreende duas

instâncias linguísticas: a semiótica e a semântica. Logo, a escrita, nas cartas de Leopoldina, não diverge, em essência, da fala, haja vista que essa é uma forma oralizada de ser língua. Há, além das relações de dependência e proximidade, a impossibilidade total de separação entre a fala e a escrita, pois ambas são sistemas linguísticos. Tanto a esfera da língua quanto o campo da escrituralidade são formas significantes de interação. Mesmo sendo divergentes em algumas propriedades constitutivas, a escrita da carta existe em função da língua e não o contrário.

A representação daquilo que é dito, fonicamente, é tarefa da escrita. No momento em que a imperatriz Leopoldina escreve à Maria Luísa, Maria Amélia e Francisco I, ela consolida, visualmente, a fala. Em suas cartas, o pensamento também se exterioriza, enquanto prática subjetiva e intersubjetiva, através do dito que é, posteriormente, escrituralizado. A consequência desse mecanismo linguístico sistematizado é a autossemiotização da língua, fenômeno que coloca a escrita, na perspectiva de estudos benvenistianos, no espaço de abrangência do discurso e, também, da enunciação.

A reflexão realizada até aqui, ao longo da primeira parte do sétimo capítulo, é útil, pois trouxe à tona conceitos teórico-enunciativos imprescindíveis como língua, linguagem, escrita e subjetividade, considerando os pressupostos benvenistianos. Isso tudo embasará a análise detalhada que faremos acerca do *corpus*, na seção seguinte do nosso trabalho de pesquisa.

7.1 O OLHAR ANALÍTICO VOLTADO ÀS CARTAS DA IMPERATRIZ LEOPOLDINA

Inicialmente, temos de situar o leitor acerca de algumas particularidades que perpassam a elaboração de nossa tese.

A obra *D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz*, organizada por Bettina Kann e Patricia Souza Lima, publicada pela Editora Estação Liberdade, no ano de 2006, reúne 315 cartas escritas pela imperatriz Leopoldina, estando ela na Europa, na travessia marítima para a América e no Brasil, sendo destinadas a diferentes interlocutores.

Em um primeiro momento, lemos uma vez todas as cartas que integram a obra.

Em seguida, relemos os 315 textos, escolhendo cinco deles para a atividade de análise.

As cartas leopoldinenses por nós selecionadas foram escolhidas pelas seguintes razões:

1ª São destinadas a diferentes interlocutores (Maria Luísa, Maria Amélia e Francisco I);

- 2ª Configuram diferentes espaços (Europa, travessia marítima à América e Brasil);
- 3ª Materializam-se em distintos períodos de tempo cronológico (1810?, 1814, 1817 e 1818);
- 4ª Revelam peculiaridades como a demora do locutor receber respostas por parte do interlocutor;
- 5ª Relatam os episódios de não resposta do destinatário em face do remetente;
- 6ª Estão calcadas nos conceitos enunciativos benvenistianos de subjetividade e intersubjetividade.

Neste momento do trabalho, mobilizaremos alguns itens explicitados na metodologia, como, por exemplo, a categoria de pessoa (“eu / tu”), não pessoa (“ele”), espaço (o “aqui”), tempo (o “agora”), subjetividade, intersubjetividade e diálogo. A aplicação de conceitos teóricos como esses, quando bem definidos metodologicamente, auxilia no desenvolvimento de uma análise altamente coerente.

Isso posto, observaremos como as questões investigativas inerentes à tese, ao objetivo geral e aos objetivos específicos se manifestam tanto na carta 1 quanto na carta 2.

[Praga, maio de 1810?]

Queridíssima Luísa!

Tua carta tão carinhosa me trouxe alegria extraordinária e grande pesar ao mesmo tempo, pois percebi que ainda não ficaste boa; também me preocupa que não tenhas recebido as cartas que te enviei de Praga, nas quais descrevi vários prazeres que desfrutei. Agora quero contar o que tenho feito desde então. Há alguns dias estivemos em Thrin, uma igreja muito suja que só é digna de ver por suas antigüidades. Lá fica o túmulo de Tycho Brahe, um astrônomo famoso que o Imperador Carlos IV mandou buscar da Suécia. Seu observatório fica no jardim do palácio. No mesmo dia fomos para Wischerath, onde também há uma igreja. Lá se conta uma história bastante estranha, de que o diabo apostou com um padre que traria uma coluna de uma igreja de Roma antes que este terminasse de rezar a missa, mas o padre rezou a missa mais rápido e o diabo, furioso, jogou a coluna do alto da igreja. Hoje se pode vê-la destruída no chão. Ali também se conserva uma imagem de Nossa Senhora, que dizem ter sido pintada por São Lucas. No outro dia fomos para [...]. Mamãe foi conosco e também desceu da carruagem. Esse passeio público é muito bonito, e com o tempo ficará mais bonito ainda. Também estivemos no parque Wimmer, que se parece com o terreno descampado diante de uma fortaleza. Um dia antes de irmos até esse parque, aconteceram bailes no castelo do Conde Wallis e no nosso. O nosso foi um baile para crianças onde dancei muito. Pensei muito em ti porque também gostas tanto de dançar. Mas agora tenho uma coisa para contar que vai te divertir muito: a descrição exata da universidade local. Saímos de casa às cinco horas. Primeiro nos mostraram salões muito grandes, onde se organizam palestras e assembléias; um deles era da Faculdade de Medicina, onde nos mostraram uma mesa em forma de [...] sobre a qual muitos cadáveres já foram dissecados. De lá fomos para outra ala, onde há seis salões grandes cheios de livros; alguns deles são tão raros que nem mesmo o querido papai os

possui; a biblioteca inteira, sem os manuscritos, reúne mais de cem mil volumes. De lá fomos para o observatório dirigido por um astrônomo famoso, padre David Preinonstratenzer. Há muitos instrumentos lindos, especialmente um que é exemplar único; também se vêem ali relógios astronômicos especialmente bonitos. O que mais me agradou tinha um galo em cima que cantava e batia as asas sempre que o relógio badalava. Quase ia me esquecendo de dizer que na biblioteca há globos terrestres magníficos. De lá fomos ao laboratório de química, cujo mau cheiro era tamanho que agüentamos só cinco minutos. Depois fomos para o gabinete dos minerais, que contém exemplares raros em mais de 51 vitrines. Eu poderia passar o dia inteiro lá dentro sem comer nada; desde que estive em Praga aumentei minha coleção com algumas pedras e exemplares lindos. Também vimos as duas igrejas, que são extraordinariamente grandes e belas. Depois disso, durante um passeio de Praga a Lieben, fomos assaltadas por um habitante de Praga e tivemos que esperar pelas carruagens numa cabaninha precária perto de Troja, que fica entre Praga e Lieben; meus pés ficaram totalmente molhados. Anteontem tivemos um baile na casa do Conde Philip Kinzky. Foi muito divertido e dancei bastante. Ontem foi aberto o esquife de São João, mas o papai descobriu que ele está desaparecido há seis anos; muita gente estava lá para ver São João. Atrevo-me a mandar uma imagem do santo que comprei para Sua Majestade, a Imperatriz da França. Ontem à tarde estive na montanha Takel, de onde se tem uma vista magnífica. Pena que havia uma tempestade horrível lá em cima. Ontem a querida mamãe não se sentiu bem, ficou indisposta durante a refeição, por isso retirou-se aos seus aposentos e à noite estive de cama com fortes dores de cabeça. A irmã Maria e o irmão Francisco estão um tanto indispostos; deste último recebi uma carta ontem. O bom tio Rodolfo teve que ser operado novamente. A irmã Carolina ainda não recebeu a caixinha que lhe mandaste, e também estou à espera de tua quarta carta. Fico feliz em saber que te lembrarás de minha coleção de minerais. Escreve-me sempre cartas tão longas quanto a última, assim também escreverei mais. Adeus, querida irmã, abraço-te mil vezes e acredita que sempre serás amada por tua irmã Leopoldina

Quase ia me esquecendo das lembranças que a tia e o tio Antônio te enviam, minha melhor amiga. Estou convicta de que compartilhas todas as tuas alegrias comigo, por isso quero dizer-te que vou para Karlsbad com a querida mamãe. Partimos no dia 5 de junho. Lá devo conhecer uma nova amiga, que é a Princesa Maria Ana, irmã do Rei da Saxônia. Dizem que é muito compreensiva e gentil. A Condessa Lazanzky te apresenta seus respeitos. Mais uma coisa: peço-te que me descrevas tudo o que vires quando fores a Paris. Se fores a Florença, como dizem, faz-me um relato minucioso dessa grande cidade e suas atrações. Em vez de me abraçar, abraça o imperador.

KANN, Bettina; LIMA, Patricia Souza. **D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz.** São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 181-184.

Florença, 29 de junho de 1817

Queridíssima tia!

Como poderia expressar-lhe a alegria que senti ao ler sua amável carta; esta prova de sua lembrança e interesse por mim encheu-me do mais ardente reconhecimento. Meu coração agradece-lhe com toda a afeição [...] este caro interesse com aquele, bem sincero, que será conservado eternamente para a senhora, minha queridíssima tia, irmã predileta de minha incomparável mãe. É uma doce consolação para mim ter a certeza de que sua lembrança acompanhar-me-á sempre, sua bênção e suas preces servir-me-ão de guia nesta viagem que empreendo com a maior calma e tranqüilidade de espírito possíveis; como a

vontade de meu bom pai era a minha regra de conduta, tenho a convicção de que o céu há de proteger-me e levar-me-á a encontrar a felicidade nesta união.

Tenha a certeza, querida tia, que nos breves instantes em que a senhora tiver a bondade de pensar em mim, meus pensamentos encontrarão os seus; minha mais preferida ocupação será enviar-lhe minhas notícias e receber as suas, que me darão a certeza de que a senhora está bem e de que mantém sua bondade por mim. As belas pulseiras que a senhora se dignou enviar-me deram-me o maior prazer; elas estão no meu pulso e não hei de tirá-las e servir-me-ão de talismã da felicidade; eu lhe agradeço mil vezes.

Graças a Deus, temos recebido as melhores notícias do Brasil, assim como de Lisboa, tudo está calmo lá, de novo; mas a chegada de minha frota foi adiada para o dia 20 do próximo mês.

Permita-me, querida tia, solicitar-lhe que abrace por mim, com muita ternura, minhas primas e primos, que amo infinitamente sem os conhecer; fiquei bastante assustada com o acidente ocorrido com meu primo Ferdinando, e agradeço ao céu por não ter havido conseqüências graves.

Querida e boa tia, a senhora pode imaginar qual possa ser o meu consolo de passar os últimos dias em companhia de minha querida Maria; ela e o tio Leopoldo, o grande duque, e todos os meus familiares cuidam de mim com muito carinho, de modo que será bem custoso deixá-los, mas suportarei tal sacrifício e, em compensação, espero que esse sacrifício granjeará para meu pai, para mim e para meus familiares toda espécie de bênçãos. Querida tia, pode ter a certeza de que, ao beijar com muita ternura suas mãos, assim como as do querido tio, permanecerei toda a minha vida com a mais verdadeira e terna afeição

queridíssima tia
sua submissa e dedicada sobrinha
Leopoldina

KANN, Bettina; LIMA, Patricia Souza. **D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 303-304.

Fato importante é perceber, inicialmente, que há uma relação fundamental nas cartas 1 e 2: o “eu” enuncia sempre em função do “tu”. A imperatriz Leopoldina escreve para sua irmã, Maria Luísa, e para a tia, Maria Amélia. No texto 1, ambas estão no continente europeu; a primeira em Praga, a segunda nas dependências do palácio dos Habsburgo-Lorena, na Áustria. Na carta 2, a locutora se encontra realizando a travessia marítima, no porto de Florença, e a interlocutora está no seio familiar, em Viena.

O distanciamento espacial entre o locutor e o interlocutor é um dos principais elementos motivadores da escrita das cartas da imperatriz. A ruptura de vínculos – tão opressora à Leopoldina – gera a produção de enunciados carregados de subjetividade, a partir da apropriação de um modo particular de materializar-se no diálogo.

Através da escrita, a imperatriz Leopoldina se instaura enquanto locutora frente à realidade de separação de suas interlocutoras. Ela, então, projeta-se no discurso, enquanto autora de seu dizer, via diálogo mnemônico. Atualizada por intermédio da linguagem, a

palavra, nas cartas, é garantia de exteriorização do pensamento, da subjetividade e do ego refletido na enunciação.

A natureza subjetiva que reside no ato de enunciar instaura-se no domínio da memória nas cartas, considerando o diálogo elaborado pelo “eu” em face do “tu”. É no âmbito transcendental mnemônico-discursivo entre o locutor e os interlocutores que o espaço (“aqui”) e o tempo cronológico (“agora”) enunciativos se encurtam, à medida que Leopoldina, Maria Luísa e Maria Amélia se aproximam apenas por intermédio da correspondência subjetiva que integra a escrita das cartas.

Referindo-se a isso, Émile Benveniste (2005, p. 278) questiona, ao mesmo tempo que traz respostas, sobre “Qual é, portanto, a “realidade” à qual se refere *eu* ou *tu*? Unicamente uma “realidade de discurso”, que é coisa muito singular. *Eu* só pode definir-se em termos de “locução”, não em termos de objetos, como um signo nominal. *Eu* significa “a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*”. Instância única por definição, e válida somente na sua unicidade.”. (grifos do autor). Esse pressuposto fundamenta o efeito de encurtamento – do espaço e do tempo – pois é no campo subjetivo do diálogo que o “eu” e o “tu” aproximam-se, ratificando a perspectiva inclusiva inerente à enunciação.

A relação “eu / tu” pode ser vista em alguns fragmentos da carta de Leopoldina à Maria Luísa, tais como: a) “Queridíssima Luísa! Tua carta tão carinhosa me trouxe alegria extraordinária e grande pesar ao mesmo tempo”, b) “Pensei muito em ti porque também gostas tanto de dançar”, c) “Fico feliz em saber que te lembrarás de minha coleção de minerais”, d) “Escreve-me sempre cartas tão longas quanto a última, assim também escreverei mais” e e) “Adeus, querida irmã, abraço-te mil vezes e acredita que sempre serás amada por tua irmã Leopoldina”.

A inseparabilidade “eu / tu”, na carta 2, se torna nítida nas seguintes ocorrências: a) “Como poderia expressar-lhe a alegria que senti ao ler sua amável carta”, b) “esta prova de sua lembrança e interesse por mim encheu-me do mais ardente reconhecimento”, c) “É uma doce consolação para mim ter a certeza de que sua lembrança acompanhar-me-á sempre”, d) “sua bênção e suas preces servir-me-ão de guia nesta viagem que empreendo com a maior calma e tranqüilidade de espírito possíveis”, e) “Tenha a certeza, querida tia, que nos breves instantes em que a senhora tiver a bondade de pensar em mim, meus pensamentos encontrarão os seus”, f) “As belas pulseiras que a senhora se dignou enviar-me deram-me o maior prazer”, g) “Permita-me, querida tia, solicitar-lhe que abrace por mim, com muita ternura, minhas primas e primos, que amo infinitamente sem os

conhecer” e h) “Querida tia, pode ter a certeza de que, ao beijar com muita ternura suas mãos, assim como as do querido tio, permanecerei toda a minha vida com a mais verdadeira e terna afeição”.

Há, em ambas as cartas, sempre, o direcionamento do locutor em face do interlocutor, corroborando o fundamento enunciativo da correlação de subjetividade. Essa perspectiva, através das instâncias de enunciação, reduz, na esfera discursiva, a distância espaço-temporal entre os indivíduos.

A dualidade entre o “eu” e o “tu” é traço intrínseco à escrita de cartas. O espaço de interlocução que se estabelece entre a imperatriz Leopoldina, a irmã e a tia tem como elemento extrínseco a ausência. Essa é preenchida à medida que o locutor faz remissões enunciativas aos interlocutores, produzindo o efeito linguístico de encurtamento tanto do espaço quanto do tempo cronológico na enunciação.

O filósofo da linguagem Dany-Robert Dufour (2000, p. 55) faz referência a esse fenômeno, explicando que

O homem, como falante, quaisquer que sejam os céus e os tempos, jamais fará outra coisa que não passar a vida indo de uma posição a outra, jamais sairá do espaço dual da fala. Para experimentar sua própria presença, para experimentar-se como sujeito, para ser um, é necessário ser dois: é mudando constantemente de posição que os interlocutores se afirmam mutuamente como presentes. “Eu-tu” é o espaço da copresença dos dois locutores. Se a troca de “eu” em “tu” e de “tu” em “eu” não existisse, não haveria troca de mensagens. Este é um fenômeno derivado: é uma simples consequência dessa troca primeira. É nessa troca fundamental, garantindo sua presença, que estão interessados os dois interlocutores. [...] Mas para que os dois sejam copresentes é necessário e suficiente que tenham expulsado a ausência de seu campo. (DUFOUR, 2000, p. 55).

Na carta 1, a imperatriz interpela Maria Luísa, explicitando a díade fenomenológica “eu / tu”. A primeira, estando em Praga, e a segunda residindo em Viena, tem entre elas o hiato da distância, amenizado pela temporalidade (o “agora”) do discurso do locutor em relação ao interlocutor. O “eu” implica o “tu”. E é no interior dessa correlação subjetiva que o espaço e o tempo são encurtados no âmbito do diálogo.

É necessário observar, também, os verbos e seu funcionamento nas cartas, pois eles estão, sempre, atrelados aos pronomes “eu” e “tu”. Para tanto, é preciso considerar um aspecto que os determina na enunciação: a temporalidade. O tempo cronológico é uma categoria enunciativa regida pela noção de pessoa, especificamente pela ausência ou presença dos índices de instauração da subjetividade.

A Teoria Enunciativa benvenistiana aponta um aspecto esclarecedor: a tradicional divisão de ordem paradigmática “passado, presente e futuro” não é suficiente para

dimensionar o tempo. A língua escrita conserva formas tradicionais de emprego dos verbos; já a língua falada utiliza construções verbais atualizadas.

As cartas escritas por Leopoldina a Maria Luísa e Maria Amélia configuram a enunciação de discurso, pois essa modalidade enunciativa demanda a presença de um locutor frente a um interlocutor, através da qual aquele que enuncia faz uso da categoria de pessoa, dirigindo-se ao outro.

Todos os tempos verbais, em todas as formas, estão presentes na enunciação de discurso. Em *O aparelho formal da enunciação* (1970), Émile Benveniste afirma que “Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo.”. Isso é mais um indicador que os verbos auxiliam os pronomes a encurtar distâncias espaço-temporais nas trocas enunciativas, visto que nas cartas (enquanto enunciações de discurso) há a relação “eu / tu”. A categoria de pessoa constrói a singularidade do sentido à medida que uma forma verbal inerente a um ou outro sistema temporal é conjugada.

Essas considerações encontram justificativas nas palavras de Benveniste (2005, p. 247), ao referir-se ao fato de que o verbo “é, com o pronome, a única espécie de palavra submetida à categoria da pessoa. O pronome, entretanto, tem tantos outros caracteres que lhe pertencem particularmente e comporta relações tão diferentes que exigiria um estudo independente. Utilizando, embora, oportunamente os pronomes, só consideraremos a pessoa verbal.”. A imperatriz Leopoldina dirige-se à irmã, mobilizando formas verbais dependentes da categoria de pessoa. Para isso, ela utiliza verbos próprios da enunciação de discurso e, nesse processo, subjetiva-se, encurtando distâncias. Através da subjetividade, interior ao diálogo, há a diminuição do espaço e do tempo cronológico existentes entre o locutor e o interlocutor presentes nas cartas.

O modo enunciativo de organização dos verbos – relacionados aos pronomes – pode ser visto em enunciados da carta 1 como, por exemplo:

- a) “também me preocupa que não **tenhas** recebido as cartas que te **enviei** de Praga, nas quais **descrevi** vários prazeres que **desfrutei**.”. (grifos meus);
- b) “Mas agora **tenho** uma coisa para contar que vai te divertir muito: a descrição exata da universidade local.”. (grifo meu);

- c) “A irmã Carolina ainda não recebeu a caixinha que lhe mandaste, e também **estou** à espera de tua quarta carta.”. (grifo meu);
- d) “**Estou** convicta de que **compartilhas** todas as tuas alegrias comigo, por isso **quero dizer-te** que vou para Karlsbad com a querida mamãe.”. (grifos meus);
- e) “Mais uma coisa: **peço-te** que me **descrevas** tudo o que **vires** quando **fores** a Paris. Se **fores** a Florença, como dizem, **faz-me** um relato minucioso dessa grande cidade e suas atrações.”. (grifos meus).

De maneira complementar, no texto 2, a relação de dependência entre os verbos e os pronomes aparece nas amostras:

- a) “Como poderia **expressar-lhe** a alegria que **sentí** ao ler sua amável carta.”. (grifos meus);
- b) “esta prova de **sua** lembrança e interesse por **mim** **encheu-me** do mais ardente reconhecimento.”. (grifos meus);
- c) “É uma doce consolação para **mim** ter a certeza de que **sua** lembrança **acompanhar-me-á** sempre.”. (grifos meus);
- d) “**sua** bênção e **suas** preces **servir-me-ão** de guia nesta viagem que **empreendo** com a maior calma e tranqüilidade de espírito possíveis.”. (grifos meus);
- e) “**Tenha** a certeza, **querida tia**, que nos breves instantes em que **a senhora tiver** a bondade de **pensar** em **mim**, **meus** pensamentos **encontrarão** os **seus**.”. (grifos meus);
- f) “As belas pulseiras que **a senhora se dignou enviar-me deram-me** o maior prazer.”. (grifo meu);
- g) “**Permita-me, querida tia, solicitar-lhe** que **abraçe** por **mim**, com muita ternura, **minhas** primas e primos, que **amo** infinitamente sem **os conhecer**.”. (grifos meus);
- h) “**Querida tia, pode ter** a certeza de que, ao beijar com muita ternura **suas** mãos, assim como as do querido tio, **permanecerei** toda a **minha** vida com a mais verdadeira e terna afeição.”. (grifos meus).

O termo “enunciação”, na expressão “enunciação de discurso”, se refere propriamente ao acontecimento, a partir do qual o homem se apropria da língua e enuncia. Há, nesse sentido, marcas formais que caracterizam o discurso, destacando-se os pronomes e os verbos. O uso verbal depende diretamente da correlação de subjetividade “eu / tu”, pois as escolhas, mesmo que inconscientes, do locutor para se dirigir aos interlocutores constroem sentidos a partir do uso de certos verbos em detrimento de outros.

No âmbito do diálogo, o locutor interpela o interlocutor, organizando o que diz calcado na categoria de pessoa. A língua tem duas faces: as relações e as oposições. Quanto à face relativa, o “eu” enuncia ao “tu” auxiliado pelos pronomes e os verbos.

A relação construída, por exemplo, nas cartas da imperatriz à Maria Luísa e à Maria Amélia se baseia, sempre, na correspondência “eu / tu”. No campo enunciativo, os verbos unem-se aos pronomes não para se oporem a eles, mas para complementá-los. Essa completude garante que, através do diálogo, as distâncias espaço-temporais sejam encurtadas entre o locutor e os interlocutores.

A redução do espaço e do tempo é possível pelo fato de estar imersa no domínio do discurso, influenciada tanto pela subjetividade do “eu” em relação ao “tu” quanto pelo sentido produzido pelos pronomes em relação aos verbos. Acerca disso, Émile Benveniste (2005, p. 267) revela que é preciso

Entender discurso na sua mais ampla extensão: toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro. É em primeiro lugar a diversidade dos discursos orais de qualquer natureza e de qualquer nível, da conversa trivial à oração mais ornamentada. E é também a massa dos escritos que reproduzem discursos orais ou que lhes tomam emprestados a construção e os fins: correspondências, memórias, teatro, obras didáticas, enfim todos os gêneros nos quais alguém se dirige a alguém, se enuncia como locutor e organiza aquilo que diz na categoria da pessoa. (BENVENISTE, 2005, p. 267).

No âmbito da carta, o diálogo permite o emprego de todas as formas pronominais e verbais. A relação de pessoa e a correlação de subjetividade estão presentes na escrita leopoldinense, aproximando Leopoldina e seus interlocutores à medida que o locutor escreve ao outro e, na dimensão mnemônico-discursiva, faz do espaço e do tempo elementos não de distanciamento, mas de proximidade.

A nossa atividade analítica pretende ser original. Nesse sentido, observamos a relação subjetiva “eu / tu”, simultaneamente, nas cartas leopoldinenses 1 e 2. Agora, tendo em vista que o “eu” sempre enuncia ao “tu”, em face do “ele”, explicitaremos todas as ocorrências em que a não pessoa se materializa, definindo ao que ou a quem ela faz referência. Escolhemos fazer este estudo apenas no texto 3, a fim de que o processo de análise não se torne repetitivo.

São Cristóvão, 8 de novembro de 1817

Querido papai!

Com a ajuda divina cheguei muito feliz e saudável ao Rio de Janeiro, após uma travessia de 84 dias, da qual me despedi no penúltimo dia com uma tempestade bastante violenta; a entrada do porto é estreita e acho que nem pena nem pincel podem descrever

a primeira impressão que o paradisíaco Brasil causa a qualquer estrangeiro; basta dizer-lhe que é a Suíça com o mais lindo e suave céu; na entrada da baía há três belos fortes, além de vários grupos de ilhas; ao longe vislumbram-se altíssimas montanhas cobertas de palmeiras e muitas outras espécies de árvores. Toda a frota portuguesa e as fortalezas fizeram um canhoneio tão estrondoso que quase ensurdeci; havia chegado há cerca de uma hora no porto quando chegou toda a família real em uma galeota magnífica para me fazer uma visita; Sua Majestade, o Rei, sofre muito de uma perna, mas graças a Deus já está melhor; fiquei profundamente emocionada com a recepção que me ofereceram. Todos são anjos de bondade, especialmente meu querido Pedro, que além de tudo é muito culto. Embora esteja casada com ele há apenas dois dias, ele merece todo o meu respeito e atenção, pois seu comportamento, sob todos os aspectos, é admirável. Passei alguns dias bem difíceis, pois estava de mau humor das sete da manhã às duas da madrugada; além disso meu mui amado esposo não me deixava dormir, até que lhe disse sinceramente que estava abatida; faz quatro dias que estou com dores de estômago e barriga, que meu marido já considera bons presságios, mas não acredito nisso. O Kammerlacher foi nomeado médico particular e permanece aqui, assim como Schüch e Frick. Sua Majestade, o Rei, está extremamente satisfeito com o Barão [...] e o Conde Wrba e fala o dia todo sobre o senhor, querido papai, o que me deixa muito contente; acaba de me pedir (fico muito com ele) que lhe apresente os seus respeitos. Beijo-lhe as mãos inúmeras vezes e permaneço sempre com profundíssimo respeito e amor filial, querido papai,
sua filha mui obediente
Leopoldina

KANN, Bettina; LIMA, Patricia Souza. **D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 313-314.

A Teoria da Enunciação de Émile Benveniste concebe o objeto sobre o qual se debruça, cientificamente, como heterogêneo. Ela assim procede devido ao fato que “incluir no objeto da lingüística questões como subjetividade, referência, dêixis, contexto, modalização, entre outras, é concebê-lo como heterogeneamente constituído.”. (FLORES, 2005, p. 12). O “ele”, estando apartado da alocação entre o “eu” e o “tu”, e sendo ao mesmo tempo integrante da enunciação, corrobora essa perspectiva.

O estudo do texto, especificamente a carta, sob o viés da enunciação benvenistiana, corresponde a observar a língua em situações reais de uso, como, por exemplo, no diálogo empreendido pela imperatriz Leopoldina com diferentes interlocutores. As cartas precisam ser ressignificadas na sua singularidade constitutiva. Inserido no quadro da enunciação, o diálogo sempre sofre a influência da pessoa (o “eu” e o “tu”), do espaço (o “aqui”) e do tempo (o “agora”), elementos esses que se relacionam à língua em atividade funcional. Logo, o par subjetivo “eu / tu”, enquanto troca interpessoal, se opõe ao “ele”, a não pessoa enunciativa.

Quanto ao tema nu da enunciação – o “ele” – assim como a situação lingüística dos demais pronomes pessoais, Benveniste já chamou a atenção para o fato que não é

suficiente distingui-los das demais formas pronominais por meio de uma denominação que os aparte. O princípio classificatório dos pronomes pessoais, contendo as formas “eu”, “tu” e “ele”, carrega, internamente, a noção de pessoa. Então, entre a não pessoa enunciativa e um referente existe uma noção lexical, não havendo somente distinções estruturais, mas outras tantas que compõem o processo de enunciação, o qual vai muito além da forma, considerando, sempre, a significação *no* e *do* diálogo entre o locutor e o interlocutor.

A relação subjetiva “eu / tu” não contempla, em sua interioridade, o “ele”, haja vista que esse é o elemento externo à alocação. Contudo, ela não o desconsidera, pois tanto o “eu” quanto o “tu” enunciam sobre o “ele”. A não pessoa enunciativa, através do processo de referenciação, auxilia, sem dúvidas, na fenomenologia de encurtamento do espaço e do tempo de natureza cronológica no discurso da carta. Isso pode ser melhor compreendido através da explicação dada pela linguista francesa Sarah de Vogüé²⁵ (2011, p. 12), a qual deixa claro que, no diálogo, a referenciação executada pelo “ele”

Trata-se de operações por meio das quais a linguagem permite dizer algo do mundo, tornando-o parte integrante de um *querer dizer* (querer dizer a respeito do mundo / querer dizer do mundo). Por meio das formas, exprime-se algo a propósito de um estado de coisas que é – como capta tão bem o termo inglês *aboutness* – isso do que se fala ao dizer o que se diz. Os arranjos de formas são a materialidade das línguas e consistem em formas que constituem um modo particular de apreender o mundo. A referenciação é uma construção, o mundo apreendido como dito do modo como é dito. A partir do momento que o mundo entra na ordem do dizer, só lhe resta a forma que lhe confere este dizer, de modo que ele se inscreve em uma lacuna a se preencher ou reformular, sempre, entre o informulável e o formulado. Em suma, o mundo, quando da ordem do dizer, é, então, o lugar em que se exprime o irredutível distanciamento entre o dizer e o querer dizer, de todas as maneiras possíveis (sofrimento, falha, criatividade, recurso poético, reformulação, gaguejos, recursos a outros modos de referenciação). (VOGÜÉ, 2011, p. 12). (grifos da autora).

²⁵ A linguista Sarah de Vogüé trabalha há quase trinta anos na equipe de pesquisa fundada por Antoine Culioli. É professora de Linguística da Universidade de Paris Ouest Nanterre e se interessa pela descrição do francês, tendo estudado, nessa língua, conectores (conjunções condicionais e concessivas), estruturas (anteposição do epíteto, enunciados no infinitivo) e marcas de tempo-aspecto-modo. Atualmente, desenvolve análises da ortografia do francês, fundamentada na descrição de sua fonologia, morfologia e sintaxe. Além disso, participa das reflexões da escola culioliana sobre a diversidade das línguas, a noção de enunciação e os modos de construção do valor referencial nos enunciados, a identidade das unidades morfolexicais e as categorias gramaticais. Há alguns anos, coordena com Rémi Camus o grupo *Invariantes Lexicais* – INVLEX, cujo objetivo é o de elaborar uma metodologia de análise para as unidades morfolexicais. Este trabalho a conduziu a fundar um novo programa de pesquisa sobre a heterogeneidade no seio das línguas, programa inserido em um projeto pluridisciplinar iniciado na Universidade de Nanterre e que agrupa professores da área de literatura, linguistas e filósofos envolvidos no estudo da criouliização e da constituição do comum (polo “Todo mundo: As formas do comum, o sentido do comum”). (VOGÜÉ, 2011, p. 221).

Há, na definição pronominal clássica, e na carta 3, escrita pela imperatriz Leopoldina a Francisco I, três pessoas: a que fala (o “eu” locutor), a com quem se fala (o “tu” interlocutor) e a de quem se fala (o “ele”, o referente). Émile Benveniste ignorou a simetria clássica quanto aos pronomes e utilizou a gramática árabe como exemplo à reflexão sobre a noção de pessoa. Através dela, o linguista apresentou algumas definições: a) a primeira pessoa é entendida como a que fala, b) a segunda, é sempre aquela a quem nos reportamos e c) a terceira pessoa se constitui naquela que está ausente (a não pessoa, o tema nu). Assim, Benveniste opõe a primeira e a segunda pessoa à terceira, pois tanto o “eu” quanto o “tu” estão implicados na instância de discurso, contrapondo-se ao “ele”, que, diretamente, não participa da alocação. A não pessoa é inerente ao nível semiótico; já a categoria de pessoa “eu / tu” pertence ao extrato semântico, pois é apropriada pelo locutor no diálogo, sempre que ele assume a palavra, via enunciação, encurtando, mnemonicamente, as distâncias espaço-temporais.

O “eu / tu”, ou seja, a noção de pessoa benvenistiana, é, inquestionavelmente, constitutiva da enunciação, sendo que isso é possível por meio do processo de reversibilidade. Tal pressuposto corrobora a relação opositiva “pessoa / não pessoa”, visto que elas são categorias linguísticas de natureza distintas. Enquanto a noção de pessoa se refere à instância discursiva, o “ele” integra o nível sintático do diálogo.

É notório o fato que a não pessoa “ele” é auxiliar ao “eu / tu” no mecanismo de encurtamento do espaço e do tempo nas cartas da imperatriz. Não podemos desconsiderar que os pronomes “eu” e “tu” pertencem ao nível pragmático da língua, pois eles só têm referência na instância do discurso. O “ele”, por sua vez, é o referente externo, uma espécie de substituinte enunciativo, por pertencer à sintaxe, no diálogo leopoldinense. Ao escrever a carta 3 ao pai, por exemplo, Leopoldina toma a palavra diante de Francisco I, fato que implica a intersubjetividade, acionada pela reversibilidade tanto do “eu” quanto do “tu” em face do “ele”. À luz da Teoria da Enunciação de Benveniste, é relevante, na escrituralidade das cartas, refletir não só acerca da condição de subjetividade mobilizada através da categoria de pessoa mas também sobre a situação de não subjetividade transcrita por “ele”. Há, na Teoria da Enunciação benvenistiana, a distinção entre o que concerne à enunciação e o que não lhe é próprio.

Dito isso, podemos afirmar que o “ele” integra a enunciação à medida que o “eu / tu” enuncia sobre algo ou alguém externos ao diálogo, abordando o referente extrínseco ao “aqui / agora”, o outro no discurso da carta. Vejamos o que confirma Vogüé (2011, p. 135-136) sobre essa perspectiva:

Na verdade, a ruptura **mundo real/mundo ideal do enunciador** impede qualquer tipo de aproximação: o destinatário não é um ser no mundo, não sendo o caso de julgar a eficácia de minha argumentação a partir de um comportamento verbal ou não verbal desencadeado pelo interlocutor. Em outras palavras, todo reconhecimento de minha intenção com base na exterioridade dos dois locutores enquanto seres do mundo deixa de ser um critério. O outro só existe na enunciação, tornando-se ao mesmo tempo irredutível a meu projeto enunciativo. (VOGÜÉ, 2011, p. 135-136). (grifo da autora).

Nas cartas da imperatriz Leopoldina, a língua se converte em discurso. Para que isso ocorra, a categoria de pessoa é auxiliar, pois ela enforma o diálogo. Desse modo, o “eu” faz referência a um ato individual de utilização da palavra, no qual há a instauração do interlocutor “tu”. A primeira pessoa se fundamenta na oposição que realiza com a segunda, considerando, mesmo que inconscientemente, a terceira. Cabe, na carta 3, ao diálogo subsidiar tal engendramento enunciativo, porque ele se consolida na reversibilidade “eu / tu”. A quase impossibilidade de dissociação de “eu” e “tu” de “ele” deixa claro que a categoria de pessoa, sob o prisma da intersubjetividade, não pode estar totalmente apartada da não pessoa da enunciação.

Múltiplas são as maneiras do “ele” se apresentar nas trocas enunciativas. A partir disso, enumeraremos de que forma a não pessoa se revelou na carta escrita pela imperatriz, no dia 8 de novembro de 1817, a seu pai, Francisco I:

- 1- “São Cristóvão”;
- 2- “8 de novembro”;
- 3- “1817”;
- 4- “a ajuda divina”;
- 5- “Rio de Janeiro”;
- 6- “uma travessia de 84 dias”;
- 7- “uma tempestade bastante violenta”;
- 8- “a entrada do porto”;
- 9- “pena”;
- 10- “pincel”;
- 11- “a primeira impressão”;
- 12- “o paradisíaco Brasil”;
- 13- “qualquer estrangeiro”;
- 14- “a Suíça com o mais lindo e suave céu”;
- 15- “entrada da baía”;
- 16- “três belos fortes”;

- 17- “vários grupos de ilhas”;
- 18- “altíssimas montanhas cobertas de palmeiras”;
- 19- “muitas outras espécies de árvores”;
- 20- “a frota portuguesa”;
- 21- “as fortalezas”;
- 22- “um canhoneio”;
- 23- “porto”;
- 24- “toda a família real”;
- 25- “galeota magnífica”;
- 26- “uma visita”;
- 27- “Sua Majestade”;
- 28- “o Rei”;
- 29- “uma perna”;
- 30- “Deus”;
- 31- “a recepção que me ofereceram”;
- 32- “Todos”;
- 33- “anjos de bondade”;
- 34- “seu comportamento”;
- 35- “todos os aspectos”;
- 36- “alguns dias bem difíceis”;
- 37- “dores de estômago e barriga”;
- 38- “bons presságios”;
- 39- “O Kammerlacher”;
- 40- “médico particular”;
- 41- “Schüch”;
- 42- “Frick”;
- 43- “o Barão”;
- 44- “o Conde Wrbna”.

O “ele” corresponde ao pronome não explicitado na correlação pessoal. O marcador do tema nu é, em essência, totalmente diferente da primeira e da segunda pessoa, tanto no que diz respeito à função quanto no que se refere à natureza. A não pessoa nunca remete a ela mesma no discurso, sempre fazendo parte do processo de “não importa o que” / “não importa quem”, referindo-se a um objeto do diálogo. Então, o “ele”, na carta 3, assume a função de índice referencial, haja vista que são empregadas 44 formas

diferentes do “eu” enunciar sobre algo ou alguém a “tu”. Isso, no âmbito da memória linguística, encurta tanto o espaço (o “aqui”) quanto o tempo (o “agora”). Assim, não há quase nada de comum entre a terceira pessoa e os indicadores de subjetividade “eu / tu”. A não pessoa “ele” é capaz de representar uma infinidade de sujeitos e, ao mesmo tempo, nenhum. Enquanto isso, a primeira e a segunda pessoa são únicas e têm a capacidade de se modificar, dependendo da situação enunciativa na qual apareçam.

De modo geral, o “ele” – a terceira pessoa do discurso – possui, na carta escrita por Leopoldina a seu pai, as seguintes características:

- a) pode ser uma infinidade de sujeitos, ou talvez nenhum;
- b) não designa, em específico, nada nem ninguém;
- c) é a única maneira pela qual algo ou alguém são predicados verbalmente.

A não pessoa é intrínseca à enunciação da imperatriz Leopoldina. Na carta, em situação de uso da língua, ela é a expressão semântica relativa a uma enunciação que transparece a atitude do locutor em determinadas práticas enunciativas.

O ato de enunciação que se desenvolve na carta 3 diferencia uma pessoa da outra. Na esfera do diálogo, a imperatriz opõe a primeira pessoa e a segunda à terceira – “eu / tu” *versus* “ele” – pois “eu” (Leopoldina) e “tu” (Francisco I) estão implicados no discurso mnemônico; enquanto que os diversos “ele” não participam, sendo, por esse motivo, classificados como a não pessoa. A noção de pessoalidade subjetiva, nas cartas, se apresenta de modo recíproco. No instante em que o “eu” se instaura no ato de tomada da palavra, ele, conseqüentemente, materializa o “tu”. Em virtude disso, atribuir referência ao “eu” é fazer alusão ao outro, o “tu”. Encurtar o espaço e o tempo cabe, sem dúvida, ao “eu / tu” e, também, ao “ele”.

Duas diferentes características podem ser atribuídas à categoria de pessoa: a) a unicidade e b) a reversibilidade. Na primeira delas, “eu / tu” autorrenovam-se a cada enunciação, sendo sempre únicos. Por sua vez, a segunda remete ao fato que a situação enunciativa é sempre nova, irrepitível. Ao “tu” tomar a palavra, ele já não é mais “tu”, mas um novo “eu”. No eixo daquilo que não se repete, próprio da enunciação, é que o encurtamento espaço-temporal encontra subsídios para se manifestar. A cada vez que uma pessoa do discurso (“eu” ou “tu”) enuncia, referindo-se ao “ele”, a relação intersubjetiva é refeita, não sendo nunca a mesma.

Ao observarmos atentamente o conteúdo da carta 3, percebemos que o “eu / tu” (a imperatriz Leopoldina / o imperador austríaco Francisco I) instaura a noção de subjetividade. Os 44 “ele” contrapostos ao “eu / tu” condicionam à situação enunciativa

da intersubjetividade. O caráter subjetivo e intersubjetivo do diálogo leopoldinense permite à imperatriz se propor como locutora, atenuando distâncias no discurso. Tal capacidade manifesta-se via ato individual de exercício da língua. O sujeito que enuncia é sempre único, portanto, sua enunciação também o é. Concomitante a isso, o “ele” é plural. No diálogo da carta, a noção de pessoa se renova a cada ato enunciativo. Esse mecanismo instaura a noção de espaço-tempo encurtado na enunciação.

Nas três cartas da imperatriz apresentadas até agora, a fim de que a linguagem se torne discurso, a categoria de pessoa é imprescindível, pois “eu / tu” também estabelece o diálogo com “ele”. A situação subjetiva “eu / tu” refere-se ao ato coletivo do discurso, no qual sempre se instaura um locutor diante de um interlocutor. A primeira pessoa existe oposta à segunda. E, juntas, elas complementam-se em face da terceira. O diálogo da correspondência abriga, internamente, essa fenomenologia linguística, porque ela se constrói na reversibilidade “eu / tu” em consonância ao “ele”.

No processo de construção da carta por Leopoldina, o “ele” é, ao mesmo tempo, tudo e nada, todos e, também, ninguém. Dufour (2000, p. 90) sobre isso dá uma excelente explicação. Reproduzimo-la:

Quem é ninguém? Ninguém é o ausente dos gramáticos árabes. “Ele”, eis ainda uma outra palavra mágica. O “eu” fazia surgir uma verdade anterior a toda prova, despontando no mundo antes de todo controle; o “ele” é um fabuloso operador cinestésico e cada falante o utiliza do modo mais banal possível: é preciso ver *aqui e agora* o que se dá *alhures e num outro tempo* – até mesmo fora do tempo. Deveríamos exultar a todo instante por realizar sem refletir e sem o menor esforço esses feitos extraordinários. “Ele”, esta simples palavra, realiza pois um imenso prodígio: ele faz *ver* aquilo que não está presente. “Ele” *re-presenta* o que está ausente. Em outros termos, “ele” torna possível a cena da representação. (DUFOUR, 2000, p. 90). (grifos do autor).

A imperatriz Leopoldina se insere, individualmente, em suas três cartas, como “eu locutora”, em sintonia com o “tu” e com o “ele”. Essa forma linguístico-comportamental é instintiva, pois o indivíduo que enuncia sempre se refere ao mesmo marcador de primeira pessoa. A situação de discurso é intencionalmente original ao que a produz, mas para quem a recebe, será sempre nova, unívoca, ainda que seja repetida por inúmeras vezes, porque realiza-se, a cada instante, a inserção do locutor em um momento temporal novo, a partir de uma situação diferente, baseada em circunstâncias de diálogo distintas.

No diálogo leopoldinense, tanto nas cartas 1 e 2 quanto na correspondência 3, os pronomes estão disponíveis ao uso. Quando a imperatriz os escolhe, ela os assume em seu discurso, materializando-os. Como produto disso, o pronome “eu” se transforma em

um índice de especificação particular e produz, a cada instância enunciativa, uma nova pessoa. Isso evidencia uma experiência humana, haja vista que se cria uma possibilidade de discurso, pois seria inviável à interação verbal se, a cada experiência, tivéssemos de elaborar uma expressão única para um locutor específico. O “eu”, em face do “tu”, e oposto ao “ele”, transmuta-se durante a enunciação da carta, pois o interlocutor que o entende o relaciona ao outro, o que fomenta a sensação linguístico-mnemônica de diminuição do “espaço / tempo” no discurso.

O ato de enunciar, nas correspondências 1, 2 e 3 de Leopoldina, compreende alguns elementos essenciais: a) a língua, b) a linguagem, c) o locutor, d) os interlocutores, e) os pronomes “eu”, “tu” e “ele” e f) o espaço e o tempo sociais. A partir desse percurso, no eixo da memória linguística do diálogo, os sentidos são produzidos, a cada vez únicos, preenchendo as instâncias de enunciação.

E, qual a condição da imperatriz Leopoldina, enquanto locutor que enuncia nas cartas, para comunicar-se frente ao mundo?

O que referenciou o filósofo da linguagem Dufour (2000, p. 100) serve como uma resposta bastante convincente a essa indagação, pois

*Para ser um (sujeito), é preciso ser dois, mas quando se é dois já se é três. Um é igual a dois, mas dois é igual a três. Em suma, isso dá: Um é igual a Três. Em outros tempos, essa curiosidade matemática havia sido denominada “mistério da Santíssima Trindade”. De fato, trata-se de uma maneira bastante particular de fazer matemática, uma maneira decorrente da organização trinitária das pessoas verbais. Significa simplesmente que é preciso três pessoas para estancar o erro do Um, o erro do unário: o pecado original. O conjunto de três desempenha, com efeito, um papel *decididamente normativo* com relação à desordem fundamental da expressão unária: o “erro” de cálculo inaugural, próprio à expressão unária, pelo qual o sujeito entra no discurso, é assim corrigido gradualmente. (DUFOR, 2000, p. 100). (grifos do autor).*

A carta leopoldinense de número 3 acionou, com o intuito da interação enunciativa entre o locutor e o interlocutor, 44 elementos referentes ao “ele” (a não pessoa, tema nu, marca zero e objeto colocado fora da alocação). Acerca do índice linguístico “ele”, na correspondência da imperatriz ao pai, é possível afirmarmos que:

- 1º O “ele” somente existe à medida que se opõe ao “eu” e ao “tu”;
- 2º O “eu” é assumido pelo locutor da carta, o qual enuncia. O “tu” se materializa na figura de Francisco I. O “ele” se coloca diante do par pronominal “eu / tu” de diferentes maneiras, fato que suscitou a enunciação mnemônica atenuante de distâncias espaciais e temporais;

3º A não pessoa é utilizada na sua forma gramatical original, facilitando a compreensão semântica textual;

4º Diversas expressões complexas (os sintagmas) exerceram a função de referentes do tema nu “ele”;

5º O objeto colocado fora da alocação “ele” é inerente à natureza da enunciação e, no diálogo de Leopoldina, encurta tanto o espaço quanto o tempo cronológico.

A manifestação da subjetividade enunciativa é percebida através do estudo do presente da enunciação. É nesse instante que ocorre a intervenção do locutor no espaço (“aqui”) e no tempo (“agora”). Ao observarmos o presente da enunciação, sempre veremos a manifestação subjetiva da linguagem, intermediada pela inserção do locutor tanto no espaço quanto no tempo.

A relação “aqui / agora” é o centro das atenções, a partir de agora, em nossa atividade de análise. Como se dá o encurtamento espaço-temporal no diálogo leopoldinense, levando em consideração as categorias espaciais e temporais da enunciação?

A seguir, apresentaremos as duas cartas (4 e 5) escritas pela imperatriz Leopoldina que analisaremos, atentando para as noções linguísticas do “aqui” e do “agora”:

Schönbrunn, 28 de setembro de 1814

Amada Luísa!

Escrevo-te apenas algumas linhas para que vejas como sou aplicada e que se não escrevo mais é apenas por falta de tempo. Minha saúde está melhorando, mas demasiado lentamente, porque é o estômago e um pouco de reumatismo. Mal posso esperar por tua chegada e divertir-te com minhas histórias. Nossa vida atual não me agrada em nada: das dez da manhã às sete da noite estamos continuamente em vestido de gala, de pé, passando o dia em cumprimentos e ociosidade. Todos os dias temos um jantar de 34 pratos, que começa às quatro e dura três horas, já que o czar da Rússia deixa-nos esperando durante duas horas; gosto muito do rei da Prússia, pois é um príncipe muito bonito e bem educado. A czarina da Rússia também tem todo o meu aplauso, é um tanto embarçada, mas de resto tem bom coração. Hoje chegaram o rei, a rainha, o príncipe herdeiro e o Príncipe Carlos da Baviera, que me agradam muito. Estamos todos muitos cansados e confesso que não consigo me alegrar, como as outras pessoas, vendo todos esses soberanos. Fico bastante desolada quando tu, querida irmã, tem freqüentemente aquelas dores d’alma e podes ter certeza de que me solidarizo contigo. Não vejo mais teu filho; [...] há pouco, quando a Princesa Taxis e o rei da Dinamarca o viram do escritório, o acharam a criança mais adorável e linda do mundo; a princesa me pediu que eu te apresentasse seus respeitos e te dissesse como se solidariza contigo na tua situação; falei com ela após o almoço um dia desses durante meia hora. Espero receber teus relatos de viagem, pois desde que partiste recebi apenas a primeira das tuas três cartas. Kozeluch está terrivelmente zangado, pois quase não tenho aulas com ele desde que os soberanos estão aqui. Não sei como agradecer à Condessa Montesquieu pela atenção que tem comigo, pois me dá notícias tuas quando não as recebo. Estamos freqüentemente com tia Teresa e o Príncipe

Antônio; o coitado me dá pena, assim como toda a família saxônica, pois não são nada bem tratados. Meu desejo é que pudesses comemorar conosco o dia onomástico do querido papai, que passaremos aqui em toda a tranqüilidade, e com certeza ele ficaria feliz. Adeus, abraço-te mil vezes e permaneço

tua irmã que te ama ternamente

Leopoldina

KANN, Bettina; LIMA, Patricia Souza. **D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 214-215.

Santa Cruz, 1º de março de 1818

Caríssima Luísa!

Minha boa e velha irmã, apenas umas poucas linhas de Santa Cruz, onde agora estou, para brigar muito, muito contigo; és infiel, o último navio não me trouxe nenhuma linha de ti, que tanto amo, por quem choro por não poder estar contigo; mas é assim, a quarenta mil milhas de distância esquece-se dos amigos que têm seu único consolo, sua única alegria pensando em sua velha amada Luísa; [...] crê-me, já tive tantas experiências nos poucos meses em que vivo entre outras pessoas em um outro país, que me tornei um tanto desconfiada e cautelosa; superei alguma ingratidão, algum desgosto, tudo isso posso suportar firmemente confiante no Onipotente, que nunca abandona ninguém na dor e aflição, mas a idéia de que tu talvez me ames menos do que antes, quando éramos as duas amigas mais íntimas, esse pensamento parte meu coração; escreve-me sobre tudo que te é caro, muito, muito, senão ficarei desesperadamente melancólica. Agora vou todos os dias à caça em lodo, pântano e água, geralmente a cavalo, porque há muitas cobras venenosas; espero receber as plantas para ti quando retornar a São Cristóvão. Adeus, o navio está de partida, abraço-te cem mil vezes e permaneço sempre com fervorosos amor e amizade

tua Leopoldina que te ama ternamente

KANN, Bettina; LIMA, Patricia Souza. **D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 330.

Precisamos mencionar, inicialmente, que a categoria de tempo, a partir dos pressupostos da Teoria Enunciativa de Émile Benveniste, é altamente reveladora da experiência subjetiva. No contexto da enunciação entre o locutor e o interlocutor, há uma distinção realizada pelo próprio diálogo, a qual ocorre entre dois tempos: o cronológico (ou crônico) e o linguístico. O primeiro deles, a saber, se refere às convenções sociais que dispõem os acontecimentos em uma sequência cronológica linear.

Nas cartas 4 e 5, escritas pela imperatriz à irmã, o tempo linguístico difere do tempo crônico. Esse último se estabelece, sempre, a partir de um determinado acontecimento. Com base nele, o locutor e o interlocutor podem se situar de modo objetivo um em relação ao outro, mesmo que estejam separados, fisicamente. Na temporalidade cronológica do diálogo das cartas, a cronologia não pode coincidir com a

temporalidade vivida, apartando-se das categorias próprias que regem a experiência humana referente ao tempo real.

Considerando os princípios da enunciação benvenistiana, o tempo de natureza linguística está relacionado, unicamente, ao exercício da fala. Essa marca de temporalidade no diálogo se define e se organiza em função do discurso que ocorre entre Leopoldina e Maria Luísa. O tempo linguístico está calcado no presente da instância de fala. Sempre que o locutor se enuncia, na carta, fazendo uso desse tempo discursivo, ele estará caracterizando os acontecimentos, frente ao interlocutor, como contemporâneos da instância de discurso. A imperatriz Leopoldina estabelece como presente o seu discurso em relação à Luísa devido à modalidade linguística que ela utiliza. Essa categoria temporal será sempre reinventada a cada vez que o locutor tomar a palavra, caracterizando uma enunciação única, um momento ainda não vivido, abreviando, no diálogo, as distâncias temporais.

Falar do tempo é fazer referência a uma das categorias mais importantes à enunciação. Flores, na obra *Problemas gerais de linguística* (2019, p. 78-79) posiciona-se sobre esse constituinte enunciativo:

O tempo – a exemplo da pessoa e do espaço – também é uma das formas (das categorias) da enunciação: contemporâneo e inerente a toda presente instância de discurso, instaurado a cada vez que se fala, produzido na e pela enunciação. Para Benveniste (1989, p. 85), o tempo da enunciação é sempre presente, “da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo”, o que significa que “o presente é propriamente a origem do tempo”. Ele instaura um antes e um depois irrepetíveis, não coincidindo, dessa forma, com nenhuma das divisões existentes do tempo crônico. O tempo é “[...] esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível” (p. 85). Por sua característica de contemporaneidade ao discurso, diz-se que o único tempo da língua é o presente; passado e futuro surgem como projeções, visões sobre o tempo, a partir do presente da enunciação. (FLORES, 2019, p. 78-79).

A enunciação dispõe de uma expressão temporal principal – o presente – onde o passado e o futuro se constituem apenas como projeções, a partir do instante que origina os enunciados. Nas cartas 4 e 5, a materialidade enunciativa do “eu” sempre estabelece a temporalidade correspondente ao “tu”. A partir disso, podemos afirmar que o presente é o fundamento basilar da intersubjetividade. A enunciação intersubjetiva se torna possível, nas correspondências, sempre que o locutor e o interlocutor assumem a temporalidade enunciativa um do outro, reciprocamente. A temporalidade da imperatriz, por exemplo, é idêntica à da irmã. Esse mecanismo inerente ao diálogo garante a relação entre aquele que enuncia e o seu destinatário, por meio de uma troca enunciativa ininterrupta.

Vale recordarmos que, ao tratarmos da noção de pessoa “eu / tu”, devemos adotar o critério classificatório essencialmente linguístico, haja vista que ele não se baseia em estruturas de ordem meramente lexical. O linguista francês Jean-Jaques Franckel²⁶ (2011, p. 37) deixa claro que “Fora da própria linguagem, o espaço e o tempo só existem por meio de representações que nós lhe damos, e o referente é indissociável de um domínio nocional, complexo e variável, ao qual o associamos.”. O fenômeno da enunciação (incluindo as relações dela com as categorias de tempo e espaço) é que delinea a instância discursiva na carta, a qual é preenchida pelo presente da enunciação, sendo esse progressivamente renovado, a cada ato novo de mobilização do discurso, por Leopoldina.

Isso pode ser visto tanto na correspondência 4 quanto no texto 5, pois o presente linguístico age como o ponto central, coordenador de todas as relações temporais e espaciais. A temporalidade no diálogo da imperatriz Leopoldina com Maria Luísa indica que há a equivalência entre o presente, passado e futuro, pois ela constrói uma relação semântica entre esses diferentes tempos e a instância discursiva geradora das trocas enunciativas. Desse modo, o tempo, no diálogo das cartas, devido ao fato de estar sempre relacionado ao exercício da língua, tem como característica fundamental o fato de estar atrelado à fala, pois ele é definido e organizado via discurso.

Em se tratando da Teoria da Enunciação benvenistiana, o espaço e o tempo (o “aqui / agora”) se relacionam à língua em uso, correlacionados por intermédio da intersubjetividade (as relações que ocorrem entre o “eu” e o “tu”, constituintes do diálogo). É evidente, diante disso, que o locutor interage em um espaço no tempo. Ao enunciar nas cartas, a imperatriz temporaliza os fatos, organizando-os em um espaço específico.

Complementando o entendimento acerca dessa constatação, Dufour (2000, p. 86-87) nos faz atentar para o fato que

Trocando, sem parar, “eu” e “tu”, garantimos por contraste nosso arrimo comum no presente, definido por um “aqui” e por um “agora”. Ora, o espaço e o tempo atuais do discurso têm uma só e única definição: o presente nada

²⁶ Jean-Jaques Franckel é especialista em semântica e linguística francesa. Integrante da equipe de pesquisa fundada por Antoine Culioli desde os seus primórdios, tem publicado, nessas últimas três décadas, artigos direcionados à compreensão do funcionamento enunciativo de unidades linguísticas de natureza diversa. Com a contribuição trazida pela análise de problemas precisos estudados em diferentes línguas, ele se interessa pelas propriedades características da língua francesa. Suas obras analisam, de um lado, unidades gramaticais do francês, com atenção especial às marcas aspectuais e às preposições – estas, estudadas em parceria com Denis Paillard –, de outro, unidades lexicais, com vistas a melhor apreender os princípios que se encontram no fundamento da organização de sua variação semântica. Atualmente, desenvolve suas atividades no âmbito do Grupo de Pesquisa *Invariantes Lexicais* – INVLEX, coordenado por Sarah de Vogüé e Rémi Camus. (VOGÜÉ, 2011, p. 221-222).

mais é que o tempo em que “eu” fala a “tu”. Desde que falamos, estamos no presente, de onde se segue uma definição reflexiva do presente: o presente é uma evidência que sofre da fraqueza constitutiva das expressões reflexivas. “Eu” e “tu” se asseguram, mutuamente e por contraste, de sua presença, referindo-se a uma indexação que eles mesmos criaram. Essa fraqueza extrema não deixa de ser acompanhada da esperança de um ganho gigantesco: como o presente é o tempo em que se fala e como este tempo em que se fala se desloca reflexivamente à medida mesma que se fala, fala-se sempre no presente: o tempo em que se fala é o “momento eternamente ‘presente’”, escreve Benveniste. Em suma, o outro que se enuncia como “eu” talvez tenha uma natureza fugaz, mas, ao falar com ele, não arrisco nada menos que ganhar a eternidade. Em outras palavras, *a eternidade está suposta na relação interlocutória*. (DUFOUR, 2000, p. 86-87). (grifo do autor).

A que nos remete o tempo cronológico presente, na enunciação? Certamente, à instauração da subjetividade, através da qual o locutor intervém tanto no tempo quanto no espaço. Logo, aquele a quem Leopoldina se refere assume a temporalidade e a espacialidade, as quais embasam o diálogo, firmando-se como integrantes de uma situação subjetivo-discursiva, adequando-se ao “espaço / tempo”.

É evidente o fato que, nos textos 4 e 5, a intersubjetividade é constitutiva da enunciação. A noção de pessoa implica, inserida no espaço e no tempo, a reciprocidade, através de um ato pelo qual o “eu” se constitui como sujeito, alocutando o “tu”. O locutor e o interlocutor estão justapostos, atuando por meio de relações intersubjetivas, as quais tornam possível a comunicação no diálogo.

Julgamos pertinente ilustrar as ocorrências, presentes nas cartas 4 e 5, que se referem à categoria do espaço, na enunciação:

- 1- “Schönbrunn”;
- 2- “Prússia”;
- 3- “Rússia”;
- 4- “Baviera”;
- 5- “Dinamarca”;
- 6- “do escritório”;
- 7- “do mundo”;
- 8- “aqui”;
- 9- “Santa Cruz”;
- 10- “de Santa Cruz”;
- 11- “onde agora estou”;
- 12- “a quarenta mil milhas de distância”;
- 13- “um outro país”;

- 14- “no Onipotente”;
- 15- “em lodo, pântano e água”;
- 16- “São Cristóvão”.

O ato linguístico de produção de uma carta demanda que o locutor escreva (enuncie) a partir da presença do outro (o “tu”). O tempo, seja linguístico seja cronológico, tem como propriedade fundamental mobilizar a noção de intersubjetividade – “eu / tu” – já que *é na e pela* linguagem que o homem se constitui como sujeito. Entretanto, para que isso ocorra, há a dependência da existência do interlocutor em face do locutor.

A partir disso, extraímos, da quarta e da quinta correspondência, as marcas linguísticas que fazem alusão ao tempo no diálogo leopoldinense:

- 1- “28”;
- 2- “setembro”;
- 3- “1814”;
- 4- “falta de tempo”;
- 5- “lentamente”;
- 6- “das dez da manhã às sete da noite”;
- 7- “continuamente”;
- 8- “Todos os dias”;
- 9- “às quatro”;
- 10- “três horas”;
- 11- “durante duas horas”;
- 12- “Hoje”;
- 13- “freqüentemente”;
- 14- “há pouco”;
- 15- “após o almoço”;
- 16- “um dia desses”;
- 17- “durante meia hora”;
- 18- “desde que partiste”;
- 19- “desde que os soberanos estão aqui”;
- 20- “aqui”;
- 21- “1º”;
- 22- “março”;
- 23- “1818”;

24- “Agora”;

25- “todos os dias”.

As noções de pessoa (“eu” e “tu”), espaço (“aqui”) e tempo (“agora”) são constitutivas da enunciação, estando, explícitas ou implícitas, no ato enunciativo. Tal cenário linguístico é possível, nas correspondências, porque mesmo que o enunciado não revele a primeira pessoa explicitamente, o “eu” é sempre inerente à enunciação.

O ato enunciativo da imperatriz Leopoldina em face de seus interlocutores, nas cinco cartas analisadas, sempre instaura a noção de “espaço / tempo” na enunciação. As propriedades de espacialidade e temporalidade integram o aparelho formal da língua. Isso torna possível a manifestação da linguagem, através de atos discursivos que permitem o processo de alocação intrínseco às cartas. Tanto a temporalidade quanto a espacialidade são fatores determinantes ao diálogo, pois enquadram o locutor e o interlocutor em uma instância enunciativa. É possível depreendermos, com base nisso, que o homem não dispõe de nenhuma outra forma de estabelecer o “aqui / agora” a não ser por meio da inserção do seu dizer no mundo.

A enunciação que encurta o espaço e o tempo, no diálogo das cartas leopoldinenses, no que tange à instauração do “aqui / agora”, ocorre sempre no presente linguístico e cronológico. O discurso da imperatriz à Maria Luísa, Maria Amélia e Francisco I instaura o “aqui” em um “agora”, através da temporalidade linguística, cuja singularidade reside no fato de estar relacionada à fala, definindo-se em função do discurso. O presente cronológico das correspondências de Leopoldina (o “agora”) não é simplesmente gramatical. O uso dele no diálogo aponta para o fato que há uma estreita relação entre o ato de dizer e o que é dito, facilitando o encurtamento de distâncias espaço-temporais entre o locutor e o interlocutor. Tais noções de pessoa, espaço e tempo (o “eu / tu”, “aqui / agora”) são constitutivas do diálogo mnemônico-linguístico. Ao concebermos essa perspectiva, sob esse olhar, consideramos a escrita leopoldinense como um ato subjetivo e, também, intersubjetivo, atuando como uma prática de conversão da língua em discurso, a qual é capaz de atenuar as distâncias espaciais e temporais na enunciação.

As cartas da imperatriz Leopoldina converteram a língua em discurso, através do diálogo. A relação intersubjetiva entre o “eu” e o “tu” ocorreu nas cinco correspondências, tornando nítido o aparecimento de múltiplos “ele”. O ato de enunciar, realizado entre o locutor e o interlocutor, materializou pessoas e não pessoas enunciativas, situadas em um

espaço específico (o “aqui”) e, também, em um tempo cronológico determinado (o “agora”), abreviando, no nível mnemônico-discursivo, distâncias espaciais e temporais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita deste trabalho nos possibilitou perceber que a Teoria da Enunciação é, hoje, uma área de estudos da língua, da linguagem e do texto bastante promissora. Isso se deve, na nossa visão, ao fato que pesquisas estrangeiras adentraram no Brasil, principalmente na década de 1960, conquistando espaço e interesse no universo acadêmico. Nesse cenário, merecem especial atenção os artigos escritos, na França, por Émile Benveniste, cuja compilação se convencionou denominar como “Teoria Enunciativa de Benveniste”. Contudo, essa rotulação divide opiniões, pois a maioria dos pesquisadores da área explica que Benveniste não formulou uma teoria propriamente dita. Até a atualidade, porém, não se encontrou uma designação definitiva mais adequada que possa substituir essa denominação acerca do escopo teórico benvenistiano.

O fato que a Teoria Enunciativa de Benveniste conquista, sucessivamente, adeptos interessados em estudá-la é irrevogável. Talvez por ser um campo de estudos textuais relativamente novo no Brasil, ele oferece oportunidades de discutir diversas questões significativas que ainda não foram o suficientemente exploradas pelas Ciências da Linguagem, como o estudo dos pronomes, do espaço e do tempo na carta.

A partir da pesquisa de abordagem linguística, histórica e enunciativa que realizamos, julgamos que o leitor se sentiu convidado a explorar novos conhecimentos, os quais possam dar prosseguimento à temática por nós abordada. A Ciência (especialmente fomentada pela Linguística, História e Antropologia) tem a necessidade de partilhar do irrepetível e sempre novo que emanam da Enunciação.

Teoricamente, esta tese se constituiu como um exercício reflexivo capaz de proporcionar a oportunidade de conhecer mais profundamente as contribuições no que tange à língua, à linguagem e aos fatores linguísticos relacionados à experiência humana legadas a nós por meio dos escritos de Émile Benveniste.

É preciso mencionarmos que o nosso trabalho teve como uma das tarefas primordiais apontar e, posteriormente, analisar, em cinco cartas escritas pela imperatriz Leopoldina, as marcas de subjetividade – do “eu” em relação ao “tu” – na linguagem, a partir dos conceitos teóricos propostos por Benveniste. Isso fez vermos que elas são inerentes ao homem, ou seja, faz parte da essência humana subjetivar-se, marcar-se no

discurso e identificar-se, de uma forma ou de outra, através do exercício da capacidade de comunicação representada pela maior ferramenta interacional de que o indivíduo dispõe (a linguagem) para constituir-se como locutor, estando ambas as atividades atreladas à mais nobre virtude cultural humana (a língua).

O percurso teórico e a análise realizados caracterizaram esta pesquisa como bibliográfica, de cunho descritivo, sendo fundamentada pelo exercício analítico qualitativo acerca da teoria enunciativa que trata tanto da subjetividade quanto da intersubjetividade na linguagem, tendo como marco teórico central os textos de Émile Benveniste – principalmente os que integram as obras *Problemas de lingüística geral I* (2005) e *Problemas de lingüística geral II* (2006) – sobre os pronomes “eu”, “tu” e “ele”, inseridos no “aqui / agora”, fazendo da linguagem das cartas uma experiência humana.

A nossa proposição de identificar as marcas de personalidade “eu / tu” e de não personalidade, representadas pelo pronome “ele”, inerentes à questão subjetiva da linguagem das correspondências leopoldinenses é válida aos estudos enunciativos, pois ela viabiliza aprofundar os conceitos inerentes a essa área do conhecimento e, também, acrescenta reflexões acerca dos ensinamentos de Benveniste, oportunizando que seu legado à comunidade de estudiosos dos fenômenos relacionados à língua e à linguagem esteja em constante evolução, complementação e aprofundamento.

Então, partindo dos pressupostos teóricos de Émile Benveniste acerca da questão referente à subjetividade e à intersubjetividade na linguagem, podemos afirmar que a categoria de pessoa “eu” / “tu” da Enunciação está presente nos cinco textos redigidos pela imperatriz. Constatamos, ainda, em seus escritos, as diferentes marcas explícitas do que Benveniste denominou como não pessoa, o “ele” enunciativo. A natureza constitutiva dos pronomes “eu”, “tu” e “ele” foi um dos fatores que viabilizou o processo de encurtamento físico-temporal entre Leopoldina e os integrantes da corte europeia dos Habsburgo-Lorena.

As cartas leopoldinenses foram elaboradas pelo locutor em razão da existência do interlocutor, contrapostas ao “ele”, tema nu externo à locução. Assim, nos parece coerente, para fins de conclusão e esclarecimentos, rememorarmos algumas considerações que perpassaram este trabalho investigativo.

Primeiramente, salientamos que Émile Benveniste, acerca da enunciação, se preocupou com a significação. Sem a intenção inicial de conceber uma perspectiva teórica que tratasse exclusivamente do sujeito, Benveniste deixou um legado à Linguística por meio da noção de subjetividade. O sujeito, representado, nas cartas analisadas, pela

imperatriz Leopoldina, se configura como o ponto máximo da Teoria da Enunciação benvenistiana.

Nas cartas da imperatriz, destinadas à Maria Luísa, à Maria Amélia e a Francisco I, a subjetividade se constituiu como uma propriedade do locutor para se propor como sujeito diante dos interlocutores, sendo a linguagem enunciada a mediadora desse processo. Nos textos que analisamos, notamos que foi *na* linguagem e *pela* linguagem que Leopoldina se definiu como sujeito. A linguagem é, portanto, a faculdade humana que fundamenta a realidade enunciativa constituinte da carta, inserindo o remetente, por completo, na interioridade da correspondência.

A relação pronominal “eu / tu” foi determinada pela questão da personalidade. Houve, nas cartas, formas distintas de instauração da subjetividade nos enunciados, como, por exemplo, através do uso de elementos dêiticos (o “aqui” e o “agora”), além dos pronomes “eu”, “tu” e “ele”, junto de alguns verbos.

Isso posto, Émile Benveniste, ao propor a categoria de pessoa, definiu-a enquanto constituinte da instância do discurso, delineando as pessoas da enunciação. O “eu” – a imperatriz Leopoldina – e o “tu” – a irmã, a tia e o pai – são as pessoas autênticas do diálogo, estando em oposição aos diferentes “ele”, a não pessoa discursiva, em cada uma das cartas. As pessoas “eu” e “tu” somente se constituíram como sujeitos do discurso *na* instância enunciativa das correspondências, por meio da mobilização da linguagem pelo locutor.

Os pronomes “eu”, “tu” e “ele”, categoria da enunciação que abordamos nesta tese, estão inseridos no discurso, haja vista o valor que assumem no que se refere à personalidade e, conseqüentemente, à instauração da subjetividade e da intersubjetividade na linguagem, construindo uma relação de encurtamento tanto do espaço quanto do tempo cronológico no diálogo.

A imperatriz, distante física e temporalmente da corte austríaca, escreveu, subjetivando-se. Os pronomes, em suas correspondências, desempenharam papel primordial no exercício da capacidade de subjetivar-se, fato que atenuou, no âmbito da memória discursiva, o distanciamento territorial e temporal no diálogo. No processo realizado por Leopoldina de contemplar, por meio do ato da leitura, as cartas-resposta recebidas, ela se deparou com textos que se utilizaram de pronomes como o “eu”, “tu” e “ele”, o que causou a sensação mnemônica de aproximação com o interlocutor, materializando o outro.

Devemos relembrar que os pronomes “eu”, “tu” e “ele”, no entanto, não se consolidam como uma classe unitária. Eles diferenciam-se de acordo com o modo de linguagem no qual operam e, a partir disso, se constituem enquanto signos instáveis. Alguns pronomes são pertencentes ao universo de abrangência sintático. Já outros, priorizados em nosso trabalho, são próprios da instância do discurso, ou seja, dos atos únicos através dos quais a língua é atualizada em palavra por determinado locutor.

Em se tratando do diálogo leopoldinense que compôs as cinco cartas analisadas, os pronomes pessoais assumiram lugar de destaque, pois foram eles que geraram o efeito mnemônico-discursivo de encurtamento físico-temporal. O “eu”, o “tu” e o “ele” agiram, sempre, como os instauradores do locutor e dos interlocutores no exercício de acionamento da língua, via linguagem. O mecanismo dêitico de materialização do “aqui / agora” nas correspondências, complementado pelo emprego pronominal, também foi influente no processo enunciativo de instauração da subjetividade, por parte da imperatriz Leopoldina.

Percebemos, nos textos dirigidos à Maria Luísa, à Maria Amélia e a Francisco I, que os pronomes “eu” e “tu” instituíram as pessoas no discurso, sendo o postulado benvenistiano da noção de pessoa, incontestável. Em contrapartida, o índice pronominal não pessoal “ele” se materializou, na linguagem de todas as cartas, como não pessoa enunciativa.

Nas correspondências de número 1, 2, 3, 4 e 5 foi possível notar que a classe de pronomes denominada como de “terceira pessoa” diferiu, claramente, dos marcadores pronominais “eu” e “tu”, por meio de sua funcionalidade na atividade enunciativa e, também, devido a sua natureza constitutiva. Tal paradigma evidenciou que o “ele” representa o membro não marcado na instância correlativa à pessoalidade no diálogo leopoldinense. Na interioridade das cartas da imperatriz, a não pessoa foi, de fato, uma possibilidade virtual de se enunciarem as pessoas que não devem remeter-se a elas mesmas na enunciação.

A condição pronominal “eu / tu”, em relação opositiva ao “ele”, inquestionavelmente, se mostrou ser fundamental para proceder à verificação das pessoas e da não pessoa que se materializaram nos atos enunciativos das cartas leopoldinenses. Sendo a correspondência um veículo de comunicação verbal interativo, conhecer as marcas linguísticas que denotam sujeitos foi importante para que, essencialmente, se conhecesse a própria enunciação que caracteriza a carta.

Com base nisso, foi possível observar que houve a presença de uma dupla faceta que integrou as cartas de Leopoldina a seus familiares: a impossibilidade de falar tudo ao interlocutor e, ao mesmo tempo, o impedimento de calar, por completo, diante do outro.

Em meio à mescla entre a intimidade, a privacidade e o segredo, o locutor conseguiu, através da escrita da correspondência, realizar a alternância materializada na antítese “comunicação *versus* solidão”. O fato de não poder realizar a troca verbal, face a face, com outro indivíduo, ocorreu nos tempos imperiais e ainda ocorre, hoje, devido a circunstâncias como a distância territorial, as separações, as viagens e os exílios, dentre outras. As cinco cartas analisadas exerceram a função de mediadoras, facilitando a interação entre diferentes indivíduos de determinadas comunidades linguísticas.

A linguagem intrínseca às cartas – enquanto prática enunciativa – teve representatividade no que tange à caracterização da funcionalidade dos pronomes. Os indicadores de subjetividade e intersubjetividade “eu” e “tu”, junto do “aqui / agora”, não atuaram, nas correspondências da imperatriz Leopoldina, como índices enunciativos estáveis, visto que estiveram suscetíveis à mobilidade no espaço e, também, no tempo, condição essa intrínseca à *práxis* da língua, materializando o outro no discurso.

A questão norteadora central da nossa tese encontrou resposta-chave que a ratificou, pois os pronomes “eu”, “tu” e “ele”, inseridos no “aqui / agora”, atuaram no diálogo das cartas como elementos encurtadores de distâncias físico-temporais nas trocas enunciativas realizadas pela imperatriz junto de seus interlocutores.

Quanto ao objetivo geral, que foi demonstrar que os pronomes “eu”, “tu” e “ele”, em sincronia ao “aqui” e ao “agora”, são elementos encurtadores de distâncias espaciais e temporais no processo de trocas enunciativas realizadas entre Leopoldina e os integrantes da corte dos Habsburgo-Lorena, houve a total confirmação, sendo alcançado em sua integralidade.

No que tange aos objetivos específicos, algumas proposições fizeram parte deste trabalho:

1ª demonstrar que o par pronominal “eu” e “tu”, em oposição ao “ele”, inserido no contexto do “aqui / agora”, é traço linguístico-enunciativo atenuante e redutor de distâncias e do tempo cronológico entre diferentes indivíduos inseridos no âmbito da enunciação;

2ª reconhecer que tanto o indicador de subjetividade “eu” quanto o índice intersubjetivo “tu”, situados no “aqui” e no “agora”, são capazes de materializar, através do diálogo, o

outro, mesmo que tal fato não ocorra presencialmente, em situações de interação enunciativa;

3ª verificar o comportamento pronominal, enquanto instaurador de subjetividade e intersubjetividade, em diferentes espaços e períodos temporais, a partir de textos pertencentes ao gênero carta, escritos pela imperatriz Leopoldina a distintos interlocutores.

Ao findarmos o percurso realizado, é possível afirmar que todos os objetivos foram cumpridos, validando, positivamente, a hipótese que os pronomes “eu”, “tu” e “ele”, no esteio do “aqui / agora”, atuam como elos de reaproximação entre a imperatriz e a corte austríaca dos Habsburgo-Lorena.

A Enunciação benvenistiana se estabelece como uma área de ramificação da Linguística difundida na atualidade. Ela permite que vejamos a língua, a linguagem, a fala e a escrita sob uma ótica original e dinâmica.

Por meio de todas as explanações que foram apresentadas e das análises realizadas, ficou evidente que as questões norteadoras deste trabalho se mostraram presentes no *corpus* analisado, corroborando os postulados teóricos de Émile Benveniste acerca dos conceitos por nós mobilizados.

Mostraram-se presentes, ao longo das cinco correspondências leopoldinenses, as marcas de personalidade “eu” e “tu” da Enunciação e os índices de não pessoa “ele” benvenistianos. Logo, verificamos que a natureza dos pronomes, junto do “aqui” e do “agora”, é determinante no processo de encurtamento físico-temporal que ocorre no âmbito mnemônico-discursivo do diálogo, aproximando Leopoldina da irmã Maria Luísa, da tia Maria Amélia e do pai, Francisco I.

O nosso estudo contribuiu para que fosse possível compreender que as marcas de subjetividade, intersubjetividade, espacialidade e temporalidade linguística se consolidam como propriedades inerentes ao homem, à enunciação, ao diálogo e às cartas.

É notório que faz parte da experiência e da essência humana subjetivar-se, marcar-se e identificar-se no exercício da comunicação, independentemente do recurso linguístico utilizado para desempenhar essa tarefa.

A subjetividade e a intersubjetividade na linguagem das cartas leopoldinenses, acompanhadas da natureza pronominal, espacial e, também, temporal se firmam, definitivamente, como elementos essenciais da Enunciação, pois é por meio delas que se pode instaurar o caráter sempre novo das instâncias enunciativas que compõem o diálogo,

possibilitando conceber o texto – construído através do exercício da escrita – como uma prática linguístico-enunciativa singular.

A elaboração de uma tese é uma atividade intelectual que demanda muita dedicação, estudo, disciplina e paciência. Afirmar que a construção de um trabalho desta envergadura foi uma tarefa fácil seria inverídico. Diversas foram as horas a fio realizando leituras, elaborando esboços de textos, definindo o *corpus* de análise e escolhendo os melhores caminhos a seguir, a fim de atingir um resultado satisfatório. Ao longo desse percurso, houve diversas dificuldades, mas talvez uma das mais desafiadoras foi a de encontrar bibliografias teóricas que tratassem tanto do gênero textual carta quanto do diálogo. Essa barreira foi superada, graças à pesquisa e compra de materiais, os quais fundamentaram nosso trabalho.

Durante todo o curso de Doutorado, incluindo a fase de redação da tese, me mantive em atividade docente, em instituições particulares, atendendo alunos do Ensino Fundamental, Médio, Cursos Preparatórios e Ensino Superior. Optei por não me distanciar das salas de aula, pois as intensas atividades de trabalho, mesmo sendo exaustivas, me motivaram a seguir adiante, e a presença amiga dos educandos me fortaleceu, encorajando-me a persistir, sempre.

Tenho a convicção de que a conclusão desta tese não será um ponto final em minha trajetória acadêmica. Pelo contrário: me sinto motivado a dar prosseguimento a esse estudo. A interface entre a Linguística e a História mostrou ser promissora, integrando conhecimentos entre áreas parceiras. A carta, a imperatriz Leopoldina e a Enunciação merecem ser ainda mais exploradas, abrindo espaço a novas investigações. Nosso trabalho se configura como um olhar possível acerca dessa tríade, servindo como material bibliográfico colaborativo tanto ao campo das Letras quanto à fortuna crítica histórica. Esperamos, então, que isso tudo propicie avanços e que instigue outros estudiosos a aprofundar os tópicos por nós abordados.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I** : tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri : revisão do prof. Isaac Nicolau Salum – 5ª edição – Campinas, SP Pontes Editores, 2005.

_____. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1946], p. 247.

_____. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1946], p. 250.

_____. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1946], p. 258.

_____. As relações de tempo no verbo francês. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1959], p. 267.

_____. A natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1956], p. 278.

_____. A natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1956], p. 280.

_____. A natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1956], p. 281.

_____. A natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1956], p. 282.

_____. A natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1956], p. 283.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1958], p. 285.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1958], p. 286.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1958], p. 287.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1958], p. 292.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1958], p. 293.

_____. **Problemas de lingüística geral II** / Émile Benveniste ; tradução Eduardo Guimarães ... / et al. / ; revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. – 2ª edição – Campinas, SP : Pontes Editores, 2006.

_____. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1969], p. 54-55.

_____. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1969], p. 61.

_____. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1969], p. 62.

_____. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1969], p. 65.

_____. A linguagem e a experiência humana. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1965], p. 69.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1970], p. 82.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1970], p. 84.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1970], p. 90.

_____. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)** / Émile Benveniste; tradução Daniel Costa da Silva [et al.]. – I. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)** / Émile Benveniste; tradução Daniel Costa da Silva [et al.]. – I. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 130.

_____. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)** / Émile Benveniste; tradução Daniel Costa da Silva [et al.]. – I. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 137.

_____. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)** / Émile Benveniste; tradução Daniel Costa da Silva [et al.]. – I. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 179.

_____. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)** / Émile Benveniste; tradução Daniel Costa da Silva [et al.]. – I. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 181.

_____. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)** / Émile Benveniste; tradução Daniel Costa da Silva [et al.]. – I. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 182.

BULCÃO, Clóvis. **Leopoldina** – A Princesa do Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BUONFIGLIO, Monica. **Imperatriz Leopoldina** – O Anjo da Independência do Brasil. São Paulo: Oficina dos Anjos, 2002.

_____. **Imperatriz Leopoldina** – O Anjo da Independência do Brasil. São Paulo: Oficina dos Anjos, 2002, p. 180.

_____. **Imperatriz Leopoldina** – O Anjo da Independência do Brasil. São Paulo: Oficina dos Anjos, 2002 – Posfácio.

CASTRO, E. M. de Melo. Odeio cartas. In: **Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas / organização Walnice Nogueira Galvão, Nádia Battella Gotlib**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Odeio cartas. In: **Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas / organização** Walnice Nogueira Galvão, Nádia Battella Gotlib. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 15.

DIAZ, Brigitte. **O Gênero Epistolar ou o Pensamento Nômade: Formas e Funções da Correspondência em Alguns Percursos de Escritores no Século XIX / Brigitte Diaz;** tradução Brigitte Hervot, Sandra Ferreira. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

_____. **O Gênero Epistolar ou o Pensamento Nômade: Formas e Funções da Correspondência em Alguns Percursos de Escritores no Século XIX / Brigitte Diaz;** tradução Brigitte Hervot, Sandra Ferreira. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 35-36.

_____. **O Gênero Epistolar ou o Pensamento Nômade: Formas e Funções da Correspondência em Alguns Percursos de Escritores no Século XIX / Brigitte Diaz;** tradução Brigitte Hervot, Sandra Ferreira. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 65.

_____. **O Gênero Epistolar ou o Pensamento Nômade: Formas e Funções da Correspondência em Alguns Percursos de Escritores no Século XIX / Brigitte Diaz;** tradução Brigitte Hervot, Sandra Ferreira. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 66.

_____. **O Gênero Epistolar ou o Pensamento Nômade: Formas e Funções da Correspondência em Alguns Percursos de Escritores no Século XIX / Brigitte Diaz;** tradução Brigitte Hervot, Sandra Ferreira. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 78.

_____. **O Gênero Epistolar ou o Pensamento Nômade: Formas e Funções da Correspondência em Alguns Percursos de Escritores no Século XIX / Brigitte Diaz;** tradução Brigitte Hervot, Sandra Ferreira. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 84.

_____. **O Gênero Epistolar ou o Pensamento Nômade: Formas e Funções da Correspondência em Alguns Percursos de Escritores no Século XIX / Brigitte Diaz;** tradução Brigitte Hervot, Sandra Ferreira. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 88.

_____. **O Gênero Epistolar ou o Pensamento Nômade: Formas e Funções da Correspondência em Alguns Percursos de Escritores no Século XIX / Brigitte Diaz;** tradução Brigitte Hervot, Sandra Ferreira. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 94.

DUFOUR, Dany-Robert. **Os mistérios da trindade / Dany-Robert Dufour;** [tradução Dulce Duque Estrada. – Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000, p. 55.

_____. **Os mistérios da trindade / Dany-Robert Dufour;** [tradução Dulce Duque Estrada. – Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000, p. 86-87.

_____. **Os mistérios da trindade** / Dany-Robert Dufour; [tradução Dulce Duque Estrada. – Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000, p. 90.

_____. **Os mistérios da trindade** / Dany-Robert Dufour; [tradução Dulce Duque Estrada. – Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000, p. 100.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. – São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 12, 21. ed. – (Estudos; 85).

FENOGLIO, Irène. **Émile Benveniste: a gênese de um pensamento** / Irène Fenoglio; Valdir do Nascimento Flores, Verónica Galindez e Heloisa Monteiro Rosário, [organização]. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

_____. **Émile Benveniste: a gênese de um pensamento** / Irène Fenoglio; Valdir do Nascimento Flores, Verónica Galindez e Heloisa Monteiro Rosário, [organização]. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019, p. 94.

_____. **Émile Benveniste: a gênese de um pensamento** / Irène Fenoglio; Valdir do Nascimento Flores, Verónica Galindez e Heloisa Monteiro Rosário, [organização]. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019, p. 174.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Dicionário de linguística da enunciação** / organizadores Valdir do Nascimento Flores [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2019.

_____. **Dicionário de linguística da enunciação** / organizadores Valdir do Nascimento Flores [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2019, p. 102.

_____. **Introdução à linguística da enunciação** / Valdir do Nascimento Flores e Marlene Teixeira. – São Paulo: Contexto, 2005, p. 12.

_____. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste** / Valdir do Nascimento Flores. – 1. ed. – São Paulo: Parábola, 2013.

_____. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste** / Valdir do Nascimento Flores. – 1. ed. – São Paulo: Parábola, 2013, p. 105.

_____. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste** / Valdir do Nascimento Flores. – 1. ed. – São Paulo: Parábola, 2013, p. 169.

_____. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste** / Valdir do Nascimento Flores. – 1. ed. – São Paulo: Parábola, 2013, p. 170.

_____. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste** / Valdir do Nascimento Flores. – 1. ed. – São Paulo: Parábola, 2013, p. 174-175.

_____. **Problemas gerais de linguística** / Valdir do Nascimento Flores. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, – (Coleção de Linguística).

_____. **Problemas gerais de linguística** / Valdir do Nascimento Flores. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, p. 78-79. – (Coleção de Linguística).

FRANCKEL, Jean-Jaques. Referência, referenciação e valores referenciais. In: **Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação** / Sarah de Vogüé, Jean-Jacques Franckel, Denis Paillard; organização de textos e de tradução, Márcia Romero, Milenne Biasotto-Holmo; posfácio Valdir do Nascimento Flores. – São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Referência, referenciação e valores referenciais. In: **Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação** / Sarah de Vogüé, Jean-Jacques Franckel, Denis Paillard; organização de textos e de tradução, Márcia Romero, Milenne Biasotto-Holmo; posfácio Valdir do Nascimento Flores. – São Paulo: Contexto, 2011, p. 37.

GRES IMPERATRIZ LEOPOLDINENSE. **Samba-enredo de 1996**. Disponível em: <<https://www.imperatrizleopoldinense.com.br/inicio>>. Acesso em 24 nov. 2020.

KANN, Bettina; LIMA, Patricia Souza. **D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

_____. **D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 181-184.

_____. **D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 214-215.

_____. **D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 303-304.

_____. **D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 313-314.

_____. **D. Leopoldina, Cartas de uma imperatriz**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 330.

KRISTEVA, Julia. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)** / Émile Benveniste; tradução Daniel Costa da Silva [et al.]. – I. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014 – Prefácio.

_____. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)** / Émile Benveniste; tradução Daniel Costa da Silva [et al.]. – I. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 36.

_____. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)** / Émile Benveniste; tradução Daniel Costa da Silva [et al.]. – I. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 43-44.

MAGALHÃES, Rosa; NEWLANDS, Maria Luiza. **O Inverso das Origens**. Rio de Janeiro: Novaterra, 2014.

_____. **O Inverso das Origens**. Rio de Janeiro: Novaterra, 2014 – Prefácio.

_____. **O Inverso das Origens**. Rio de Janeiro: Novaterra, 2014, p. 84.

MARTINS, Eleni Jacques. **Enunciação e diálogo**. Campinas: Unicamp – Biblioteca Central, 1987.

_____. **Enunciação e diálogo**. Campinas: Unicamp – Biblioteca Central, 1987, p. 14.

_____. **Enunciação e diálogo**. Campinas: Unicamp – Biblioteca Central, 1987, p. 17.

_____. **Enunciação e diálogo**. Campinas: Unicamp – Biblioteca Central, 1987, p. 18.

_____. **Enunciação e diálogo**. Campinas: Unicamp – Biblioteca Central, 1987, p. 20.

_____. **Enunciação e diálogo**. Campinas: Unicamp – Biblioteca Central, 1987, p. 22.

_____. **Enunciação e diálogo**. Campinas: Unicamp – Biblioteca Central, 1987, p. 30.

_____. **Enunciação e diálogo**. Campinas: Unicamp – Biblioteca Central, 1987, p. 37.

_____. **Enunciação e diálogo**. Campinas: Unicamp – Biblioteca Central, 1987, p. 40.

_____. **Enunciação e diálogo**. Campinas: Unicamp – Biblioteca Central, 1987, p. 47.

_____. **Enunciação e diálogo**. Campinas: Unicamp – Biblioteca Central, 1987, p. 48.

_____. **Enunciação e diálogo**. Campinas: Unicamp – Biblioteca Central, 1987, p. 51.

_____. **Enunciação e diálogo**. Campinas: Unicamp – Biblioteca Central, 1987, p. 53.

_____. **Enunciação e diálogo**. Campinas: Unicamp – Biblioteca Central, 1987, p. 66.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Maria Cecília de Souza Minayo (org.); Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016 (Série Manuais Acadêmicos).

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Maria Cecília de Souza Minayo (org.); Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 9 (Série Manuais Acadêmicos).

MORAES, Eliane Robert. A cifra e o corpo: as cartas de prisão do marquês de Sade. In: **Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas / organização Walnice Nogueira Galvão, Nádía Battella Gotlib**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. A cifra e o corpo: as cartas de prisão do marquês de Sade. In: **Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas / organização Walnice Nogueira Galvão, Nádía Battella Gotlib**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 55.

PRIORE, Mary del. **A carne e o sangue: A imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a marquesa de Santos / Mary del Priore**. – Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

_____. **A carne e o sangue: A imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a marquesa de Santos / Mary del Priore**. – Rio de Janeiro: Rocco, 2012, p. 12.

_____. **A carne e o sangue:** A imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a marquesa de Santos / Mary del Priore. – Rio de Janeiro: Rocco, 2012 – Posfácio.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

_____. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013, p. 43.

_____. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013, p. 51.

SANTOS, Matildes Demetrio dos. **Ao sol carta é farol:** a correspondência de Mario de Andrade e outros missivistas. 1. ed. São Paulo: Editora Annablume, 1998.

SERRANO, Francisco Perujo. **Pesquisar no labirinto:** a tese de doutorado, um desafio possível / Francisco Perujo Serrano; tradução: Marcos Marcionilo. – São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

_____. **Pesquisar no labirinto:** a tese de doutorado, um desafio possível / Francisco Perujo Serrano; tradução: Marcos Marcionilo. – São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 135.

SLEMIAN, Andréa. O paradigma do dever em tempos de revolução: D. Leopoldina e “o sacrifício de ficar na América”. In: **D. Leopoldina, 1797-1826, Cartas de uma imperatriz** / pesquisa e seleção de cartas Bettina Kann e Patricia Souza Lima; artigos István Jancsó... [et al.]; coordenação editorial Angel Bojadsen; tradução Tereza Maria Souza de Castro e Guilherme José de Freitas Teixeira. – São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 111.

SPONVILLE, André Comte. **Bom dia, angústia!** / André Comte-Sponville; tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. – São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Bom dia, angústia!** / André Comte-Sponville; tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. – São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 43.

TOLDO, Claudia; FLORES, Valdir do Nascimento. Esboço de uma abordagem enunciativa do texto. In: TOLDO, Claudia; STURM, Luciane. (Orgs.). **Letramento:** práticas de leitura e escrita. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 41.

VOGÜÉ, Sarah de. **Linguagem e enunciação:** representação, referenciação e regulação / Sarah de Vogüé, Jean-Jacques Franckel, Denis Paillard; organização de textos e de tradução, Márcia Romero, Milenne Biasotto-Holmo; posfácio Valdir do Nascimento Flores. – São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Linguagem e enunciação:** representação, referenciação e regulação / Sarah de Vogüé, Jean-Jacques Franckel, Denis Paillard; organização de textos e de tradução,

Márcia Romero, Milenne Biasotto-Holmo; posfácio Valdir do Nascimento Flores. – São Paulo: Contexto, 2011, p. 12.

_____. **Linguagem e enunciação:** representação, referenciação e regulação / Sarah de Vogüé, Jean-Jacques Franckel, Denis Paillard; organização de textos e de tradução, Márcia Romero, Milenne Biasotto-Holmo; posfácio Valdir do Nascimento Flores. – São Paulo: Contexto, 2011, p. 135-136.

_____. **Linguagem e enunciação:** representação, referenciação e regulação / Sarah de Vogüé, Jean-Jacques Franckel, Denis Paillard; organização de textos e de tradução, Márcia Romero, Milenne Biasotto-Holmo; posfácio Valdir do Nascimento Flores. – São Paulo: Contexto, 2011, p. 221.

_____. **Linguagem e enunciação:** representação, referenciação e regulação / Sarah de Vogüé, Jean-Jacques Franckel, Denis Paillard; organização de textos e de tradução, Márcia Romero, Milenne Biasotto-Holmo; posfácio Valdir do Nascimento Flores. – São Paulo: Contexto, 2011, p. 221-222.